

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

**2018/2019**



**TII**

**A PAZ VIOLENTA E AS NOVAS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL: OS ATUAIS DESAFIOS DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

**ANDRÉ LUCIANO BITTENCOURT BARBOSA**

**Coronel de Infantaria (BRASIL)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PAZ VIOLENTA E AS NOVAS AMEAÇAS  
TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL: OS ATUAIS  
DESAFIOS DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL**

Coronel de Infantaria (BRASIL) André Luciano Bittencourt Barbosa

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2018/2019

Pedrouços 2019



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PAZ VIOLENTA E AS NOVAS AMEAÇAS  
TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL: OS ATUAIS  
DESAFIOS DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL**

CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL) André Luciano Bittencourt Barbosa

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2018/2019

Orientador: Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Ramalho Marreiros

Coorientador: Coronel de Cavalaria (Brasil) Eduardo Xavier Ferreira Glaser  
Migon

Pedrouços 2019



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, André Luciano Bittencourt Barbosa, declaro por minha honra que o documento intitulado A Paz Violenta e as novas ameaças transnacionais na América do Sul: os atuais desafios das Forças Armadas do Brasil corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2018/2019, no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 16 de maio de 2019



## **Agradecimentos**

Ao Sr Major-General Corte-Real Andrade, Diretor do Curso de Promoção a Oficial-General 2018/19, em nome de quem estendo os agradecimentos ao corpo docente, que se dispôs permanentemente à orientação e ao acompanhamento, harmonizando os interesses do curso com as necessidades dos auditores, visando sempre os melhores resultados.

Ao Sr. Comandante Marreiros, estimado Orientador, que soube conduzir uma orientação precisa e competente, com diferenciada disponibilidade e atenção, sempre instigando e estimulando seu orientando na busca de coerência e conteúdo para o empreendimento em questão. Além de colaborar com ideias e ferramentas materiais, transmitiu confiança e motivação, contribuindo para a conclusão desse projeto com sentimento de realização.

Ao Sr. Coronel Migon, estimado Coorientador, que reduziu a distância do Atlântico, estando a orientar desde o Brasil, como muita prontidão e disponibilidade, sempre disposto a colaborar com ideias criativas, inovadoras e coerentes, da metodologia ao conteúdo; muito obrigado.

Ao Sr Comandante Guerreiro, a quem faço agradecimento especial pela liderança natural e espontânea com a qual conduz este seletivo grupo de auditores, e em nome de quem agradeço a sua camaradagem e a sincera disponibilidade para apoiar a condução desta investigação.

Aos Senhores Professores investigadores e oficiais das Forças Armadas brasileiras que, não obstante as jornadas de trabalho em suas valorosas Instituições e Organizações Militares, reservaram cuidadosa atenção por ocasião das entrevistas, conferindo conteúdo e credibilidade ao meu trabalho.

À minha querida esposa e companheira Maria e ao meu filho Pedro, a quem sou eternamente grato pela paciência, pelo carinho e pelo incentivo constante e desmedido, alicerce fundamental para que eu perseverasse nesse objetivo tão caro para mim. Que Deus possa lhes retribuir em dobro e que eu me esforce para ser merecedor de tanto afeto.

Por fim, ao bom Deus, Senhor dos Exércitos, que permitiu tudo isto ser possível.



## Índice

Introdução.....	1
1. As Novas Ameaças Transnacionais na América do Sul.....	7
1.1. Características do fenómeno.....	7
1.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores.....	9
1.3. O Discurso do Sujeito Coletivo para as Novas Ameaças Transnacionais.....	9
1.3.1. As ameaças mais relevantes.....	9
1.3.1.1. Crime Organizado Transnacional.....	9
1.3.1.2. Grave Crise Económica e Social.....	10
1.3.1.3. Convergência e Hibridização.....	10
1.3.2. Tendência para as Ameaças Transnacionais no cenário prospectivo.....	11
1.3.2.1. Evolução favorável.....	11
1.3.2.2. Cenário provável.....	11
1.3.2.3. Evolução desfavorável.....	12
1.3.3. As ameaças e o ambiente securitário.....	12
1.3.3.1. Segurança Pública.....	12
1.3.3.2. Segurança Nacional.....	12
1.3.3.3. Segurança Multidimensional.....	12
1.4. Síntese conclusiva.....	14
2. A atuação das Forças Armadas brasileiras face às Novas Ameaças Transnacionais.....	16
2.1. A atuação das Forças Armadas brasileiras.....	16
2.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores.....	17
2.3. O Discurso do Sujeito Coletivo para atuação das Forças Armadas brasileiras.....	17
2.3.1. Por que empenhar as Forças Armadas face às ameaças transnacionais?.....	17
2.3.2. Potencialidades.....	19
2.3.3. Vulnerabilidades.....	20
2.4. Síntese conclusiva.....	22
3. Influência do ambiente externo sobre a atuação das Forças Armadas brasileiras.....	24
3.1. Caracterização do ambiente externo (PESTEL).....	24
3.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores.....	24
3.3. O Discurso do Sujeito Coletivo para a influência do ambiente externo.....	25
3.3.1. Oportunidades.....	25
3.3.1.1. Aspetos Políticos.....	25



3.3.1.2. Aspectos Económicos-Tecnológicos.....	25
3.3.1.3. Aspectos Sociais-Ambientais.....	26
3.3.1.4. Aspectos Legais.....	26
3.3.2. Ameaças.....	27
3.3.2.1. Aspectos Políticos.....	27
3.3.2.2. Aspectos Económicos-Tecnológicos.....	27
3.3.2.3. Aspectos Sociais-Ambientais.....	28
3.3.2.4. Aspectos Legais.....	28
3.4. Síntese conclusiva.....	30
4. Os atuais desafios das Forças Armadas brasileiras face às Ameaças Transnacionais.....	32
4.1. Estratégia de análise, categorização e indicadores.....	32
4.2. O Discurso do Sujeito Coletivo para os atuais desafios das Forças Armadas.....	33
4.2.1. O papel das Forças Armadas brasileiras.....	33
4.2.1.1. Orientação-Coordenação.....	33
4.2.1.2. Colaboração.....	33
4.2.1.3. Atuação operacional.....	34
4.2.2. Desafios face às Ameaças Transnacionais .....	34
4.2.2.1. Nível Político-Estratégico.....	34
4.2.2.2. Nível Operacional-Tático.....	35
4.2.2.3. Transversal a todos os níveis.....	35
4.3. Caracterização dos desafios segundo a análise SWOT.....	37
4.4. Síntese conclusiva.....	38
Conclusões.....	41
Bibliografia.....	44

## Índice de Anexos

Anexo A – Corpo de Conceitos.....	Anx A – 1
Anexo B – Lista de capacidades militares terrestres e operacionais.....	Anx B – 1
Anexo C – Oportunidades e Ameaças (Cenário 2020-2039).....	Anx C – 1
Anexo D – Coordenação interagência na situação de não guerra.....	Anx D – 1
Anexo E – Resultados Quali-quantitativos do <i>DSCsoft 2.0</i> .....	Anx E – 1



## **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Novas Ameaças Transnacionais (Perguntas P 1).....	Apd A – 1
Apêndice B – Guião de entrevista.....	Apd B – 1
Apêndice C – Lista de depoentes.....	Apd C – 1
Apêndice D – Potencialidades.....	Apd D – 1
Apêndice E – Vulnerabilidades.....	Apd E – 1
Apêndice F – Ameaças.....	Apd F – 1
Apêndice G – Oportunidades.....	Apd G – 1
Apêndice H – Desafios das FFAA-Brasil face às AT e Linhas de Ação.....	Apd H – 1
Apêndice I – Matriz SWOT: Ponderação dos pontos analisados.....	Apd I – 1
Apêndice J – DSC para os desafios das FFAA-Brasil (síntese).....	Apd J – 1

## **Índice de Apensos**

Apenso A – Discurso do Sujeito Coletivo - <i>Compact Disc</i> (CD).....	Aps A – 1
---	-----------

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Percurso Metodológico.....	4
Figura 2 – Novas ameaças transnacionais na América do Sul.....	7
Figura 3 – Faixa de Fronteira do Brasil na América do Sul.....	8
Figura 4 – Representação Qualiquantitativa do DSC 1 para P1.....	13
Figura 5 – Representação Qualiquantitativa do DSC 1 para P2.....	13
Figura 6 – Representação Qualiquantitativa do DSC 1 para P3.....	13
Figura 7 – Representação das Ameaças Transnacionais no cenário brasileiro.....	14
Figura 8 – Atuação das Forças Armadas brasileiras relacionadas a Segurança Pública.....	17
Figura 9 – Representação Qualiquantitativa do DSC 2 para P4.....	21
Figura 10 – Representação Qualiquantitativa do DSC 2 para P5.....	22
Figura 11 – Representação Qualiquantitativa do DSC 2 para P6.....	22
Figura 12 – Atuação das Forças Armadas brasileiras face às Ameaças Transnacionais.....	23
Figura 13 – Tendência para o Cenário Nacional 2020-2039.....	24
Figura 14 – Grau de confiança nas FFAA-Brasil (abril 2019).....	26
Figura 15 – Representação Qualiquantitativa do DSC 3 para P7.....	29
Figura 16 – Representação Qualiquantitativa do DSC 3 para P8.....	29
Figura 17 – Dinâmica de relação entre as dimensões PESTEL e a atuação das FFAA.....	31



Figura 18 – Representação Qualiquantitativa do DSC 4 para P9.....	36
Figura 19 – Representação Qualiquantitativa do DSC 4 para P10.....	37
Figura 20 – Metodologia empregada na análise SWOT.....	38
Figura 21 – Representação gráfica dos desafios das FFAA-Brasil.....	40
Figura 22 – Exemplos práticos de contributos para os Linhas de Ação.....	Apd – H
Figura 23 – Matriz SWOT: Ponderação de pontos analisados.....	Apd – I
Figura 24 – <i>Compact Disc</i> (CD).....	Aps A –1

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Delimitação da investigação.....	3
Tabela 2 – Objetivos Geral e Específicos.....	3
Tabela 3 – Questões Central e Derivadas.....	3
Tabela 4 – Organização do DSC sobre as AT.....	9
Tabela 5 – Organização do DSC sobre a atuação das FFAA-Brasil.....	17
Tabela 6 – Organização do DSC sobre a influência do ambiente externo.....	25
Tabela 7 – Organização do DSC sobre os atuais desafios das FFAA-Brasil.....	32



## **Resumo**

A presente investigação analisa os atuais desafios das Forças Armadas Brasileiras face às novas ameaças transnacionais, que têm assumido protagonismo na América do Sul. Este fenómeno tem impacto no Estado brasileiro e reflete-se no empenhamento recorrente e por períodos prolongados dos militares, em missões cada vez mais complexas, desafiando as tradicionais características institucionais, as capacidades e as estratégias da instituição.

Na análise dos dados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, apoiada pelas ferramentas *DSCsoft 2.0*, SWOT e PESTEL. Começando por enquadrar a nova realidade dessas ameaças e a forma com que têm afetado o território nacional, procedeu-se à análise da atuação das Forças Armadas Brasileiras neste contexto, os fatores endógenos e exógenos intervenientes e os desafios decorrentes destas ameaças.

Os resultados obtidos permitiram inferir sobre as principais ameaças transnacionais, a sua tendência e o nível de desempenho das Forças Armadas. Foram identificados desafios e estratégias face às ameaças transnacionais, que devem ser estruturados de forma transversal aos níveis Político, Estratégico, Operacional e Tático. As Forças Armadas são, atualmente, uma instituição credível perante a sociedade, devendo adotar uma postura essencialmente colaborativa perante as outras instituições, num esforço coletivo e interagência, que é necessário articular e legislar convenientemente.

## **Palavras-chave**

Ameaças, Transnacionais, FFAA-Brasil, Segurança, Defesa, Estado, Sociedade.



### **Abstract**

*The following investigation work looks upon the current challenges faced by the Brazilian Armed Forces due to the new transnational threats, which have taken the lead in criminal activity in South America in the last two decades. This has caused severe problems to the Brazilian State which have reflected in the frequent and prolonged employment of the Armed Forces in ever more complex missions, by challenging its institutional characteristics, its capacities and the military strategy for carrying out its constitutional mission.*

*Data analysis was carried out by using the Collective Subject Speech Method, supported by DSC soft 2.0, SWOT and PESTEL tools. It was necessary to begin by framing these threats and the way they have affected the Brazilian territory into context, followed by the analysis of the current course of action of the Brazilian Armed Forces relative to the internal and external environment viewpoints, together with the challenges posed by these threats.*

*The results of the investigation allowed to identify and project the main transnational threats into the future in the short and medium runs, and to evaluate the performance of the Brazilian Armed Forces.*

*Challenges to face the transnational threats were identified, and it was shown that action against them should be covered the Political-Strategic and the Operational-Tactical organizational levels. Today, for the Brazilian Armed Forces are a credible reference to society, and they should adopt a collaborative attitude before other institutions, in a collective interagency effort which must be adequately articulated and legislated.*

### **Keywords**

*Threats, Transnational, Brazilian Armed Forces, Security, Defense, State, Societ.*



### **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

AT	– Novas Ameaças Transnacionais
C Cop	– Centro de Coordenação de Operações
C Mil A	– Comando Militar de Área
COT	– Crime Organizado Transnacional
DOAMEPI	– Doutrina, Organização, Adestramento, Meios, Ensino, Pessoal e Infraestrutura
DSC	– Discurso do Sujeito Coletivo
EB	– Exército Brasileiro
ECH	– Expressão-Chave
END	– Estratégia Nacional de Defesa
EUA	– Estados Unidos da América
FAB	– Força Aérea Brasileira
FFAA	– Forças Armadas
FN	– Fuzileiros Navais
F Ter	– Força Terrestre
GE	– Grandes Eventos
GLO	– Garantia da Lei e da Ordem
GSIPr	– Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IAD	– Instrumento de Análise de Dados
IC	– Ideia Central
IUM	– Instituto Universitário Militar
LC	– Lei Complementar
MB	– Marinha do Brasil
MD	– Ministério da Defesa do Brasil
NEP	– Normas de Execução Permanente
ONU	– Organização das Nações Unidas
Orcrim	– Organização criminosa
OE	– Objetivo Específico
OG	– Objetivo Geral
P	– Pergunta
PESTEL	– Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal
PND	– Política Nacional de Defesa
PRODE	– Produtos de Defesa



- QC – Questão Central
- QD – Questão Derivada
- UE – União Europeia



## Introdução

A América do Sul tem apresentado peculiaridades em sua arquitetura securitária, em que o status de ‘Paz Duradoura’ tem sido questionado pela comunidade científica nas últimas décadas, conforme asseveram Franchi, Migon e Villarreal (2017). Nesse sentido, os conceitos de ‘Paz Violenta’, ‘Paz Híbrida’ e ‘Paz Negativa’ identificam o paradoxo da segurança nessa região (Villa, 2015).

Para além dos conflitos latentes, decorrentes de questões fronteiriças de origem histórica e tensões declaradas entre Estados Sul-americanos, nas últimas décadas, as novas ameaças de caráter transnacional (AT) têm assumido o protagonismo.

Esta investigação aborda as AT, sobre o enquadramento conceptual estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU): “conflitos interestatais; conflitos internos (guerras-civis, genocídios); graves ameaças económicas e sociais; proliferação de armas de destruição em massa; terrorismo e crime organizado transnacional” (ONU, 2004).

Os efeitos das AT, transversais aos Estados Sul-americanos, têm sido um desafio ao encontro de soluções que possam reverter a estatística de extrema violência<sup>1</sup> e a sensação de insegurança, decorrentes destas ameaças, que não tem fronteiras e também incidem no território brasileiro.

Em função de tal fenómeno, o conceito de Segurança tem alcançado nova dimensão, que passa a abranger, para além do território, os organismos e as pessoas que integram os Estados (Rudzig & Nogami, 2010). Deste modo, as AT foram incorporadas às agendas de Defesa dos países e, por consequência, tratadas à luz das suas idiossincrasias, com emprego heterogéneo de atores institucionais, dentre eles as Forças Armadas.

No cenário brasileiro, a Política Nacional de Defesa (MD, 2012a) reflete o enlace entre os objetivos estabelecidos pelo mais alto órgão político e o Poder Militar, delegando à Defesa a obrigação fundamental de “garantir o nível adequado de Segurança do País”.

Em decorrência, a Estratégia Nacional de Defesa (MD, 2012b) providencia as bases para o planeamento de prioridades aos órgãos integrantes da Defesa, a reforçar a atuação das Forças Armadas brasileiras (FFAA-Brasil) no “cumprimento de variadas missões, em diferentes áreas e cenários, para respaldar a ação política do Estado”.

Nesse contexto, as FFAA-Brasil, vocacionadas - *a priori* - para a Defesa Nacional, têm sido empenhadas em variadas ações contra as AT, em momentos de comprometimento

---

<sup>1</sup> O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança 2018 apresenta 98,4 mil homicídios por ano na América do Sul, aproximando este subcontinente da América Central, região mais violenta do mundo.



da Paz Social e da Segurança Interna. Desse modo, para além da atuação regular na faixa de fronteira e da resposta a uma diversificada gama de Atribuições Subsidiárias<sup>2</sup>, destaca-se o empenhamento cada vez mais recorrente, em escala crescente e face a cenários cada vez mais complexos, em apoio às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>3</sup>.

Considerando este enquadramento, importa analisar os desafios das FFAA-Brasil decorrentes das AT, no cenário contemporâneo, no contexto das atribuições legais, enquanto efetivo instrumento estatal de Segurança e Defesa, e credível perante a sociedade.

### **Enquadramento e justificação do tema**

A presente investigação está inserida no contexto do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados das Ciências Militares, na subárea de Planeamento Estratégico Militar, em que se analisa o emprego das FFAA-Brasil para a promoção da Segurança, no interior do território nacional, em combate às AT.

Este trabalho se justifica pela necessidade de analisar a forma de enfrentar o fenómeno das AT, cuja atuação das FFAA-Brasil tem sido caracterizada pelo apoio ou até substituição aos órgãos estaduais e federais legalmente atribuídos para tal finalidade.

Apesar do reconhecimento da comunidade científica, de que a “Paz Violenta” na América do Sul abrange tanto os conflitos latentes entre Estados, como as novas ameaças, este trabalho aborda apenas o último vetor de instabilidade, neste caso, as AT no território brasileiro. A investigação está orientada para o âmbito das FFAA-Brasil, sua estrutura, características, e sustentação normativa, que enquadra o seu papel enquanto instituição promotora de Segurança e Defesa.

### **Objeto de estudo e sua delimitação**

O objeto de investigação estará centrado nas FFAA-Brasil face às AT, delimitado segundo Gil (2002, p. 162), para garantir a amplitude e a profundidade necessárias à abrangência deste tema, conforme os seguintes parâmetros contidos na Tabela 1.

---

<sup>2</sup> Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o aprontamento e o emprego das Forças Armadas em atribuições subsidiárias.

<sup>3</sup> Portaria Normativa Nº 3.461 /Ministério da Defesa (MD), de 19 de dezembro de 2013, dispõe sobre a publicação “Garantia da Lei e da Ordem” (MD33-M-10).



**Tabela 1 – Delimitação da investigação**

(1)	Temporal	Abrange o período desde o fim da guerra-fria, na década de 1990, até a atualidade.
(2)	Espacial	Inclui a faixa de fronteira do Brasil, até as áreas de influência no território nacional, onde seus impactos são sentidos.
(3)	Conteúdo	Contempla as AT, de acordo com a classificação da ONU, com ênfase naquelas associadas à atuação das FFAA-Brasil.

### **Objetivos da investigação**

Com a finalidade de contribuir para a compreensão de um cenário e identificação de estratégias, nos níveis Político, Estratégico e Operacional, úteis ao empenhamento das FFAA-Brasil face às AT, esta investigação tem o objetivo geral (OG) e os específicos (OE), apontados na Tabela 2.

**Tabela 2 – Objetivos Geral e Específicos**

<b>OG</b>	<b>Analisar os atuais desafios das FFAA-Brasil face às AT.</b>
<b>OE 1</b>	Analisar a realidade da AT na América do Sul, a fim de identificar aquelas que têm exigido ou poderão vir a exigir o empenhamento das FFAA-Brasil.
<b>OE 2</b>	Analisar a forma como as FFAA-Brasil têm atuado face às AT, com o objetivo de identificar 'potencialidades' e 'vulnerabilidades' (ambiente interno).
<b>OE 3</b>	Analisar a forma como fatores externos às FFAA-Brasil influenciam a sua atuação, com o objetivo de identificar 'oportunidades' e 'ameaças' (ambiente externo).

### **Questões de investigação**

Por forma a orientar a pesquisa, e de acordo com os objetivos estabelecidos, foram definidas a questão central (QC) da investigação e algumas questões derivadas (QD), na Tabela 3.

**Tabela 3 – Questão Central e Questões Derivadas**

<b>QC</b>	<b>Quais são os atuais desafios das FFAA-Brasil e como os enfrentar, face às AT?</b>
<b>QD 1</b>	Quais são as AT na América do Sul, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das FFAA-Brasil?
<b>QD 2</b>	De que forma as FFAA-Brasil têm conduzido suas ações operativas contra as AT?
<b>QD 3</b>	Até que ponto e de que forma o ambiente externo influencia a atuação das FFAA-Brasil no combate às AT?



### Síntese da metodologia da investigação

A metodologia utilizada nesta investigação se encontra especificada no Caderno nº 8, de janeiro de 2016 e nas Normas de Execução Permanente (NEP/INV) nº 001 e 003, de setembro de 2018; todos do Instituto Universitário Militar (IUM).

A fase exploratória teve início com o estado da arte, através de leituras preliminares (IUM, 2016, p. 43). Em seguida, de posse de um quadro de referência, identificou-se o problema, o objeto de estudo e a QC; posteriormente elaborou-se o OG e delimitou-se o tema.

Para melhor compreensão da investigação, optou-se pela formulação de OE e, conseqüentemente, de QD. Daí em diante, seguiu-se a elaboração do modelo de análise e a definição preliminar do procedimento metodológico, adotando-se a epistemologia interpretativista, a estratégia mista (abordagem qualitativa e quantitativa) e o raciocínio indutivo, conforme descreve a Figura 1.

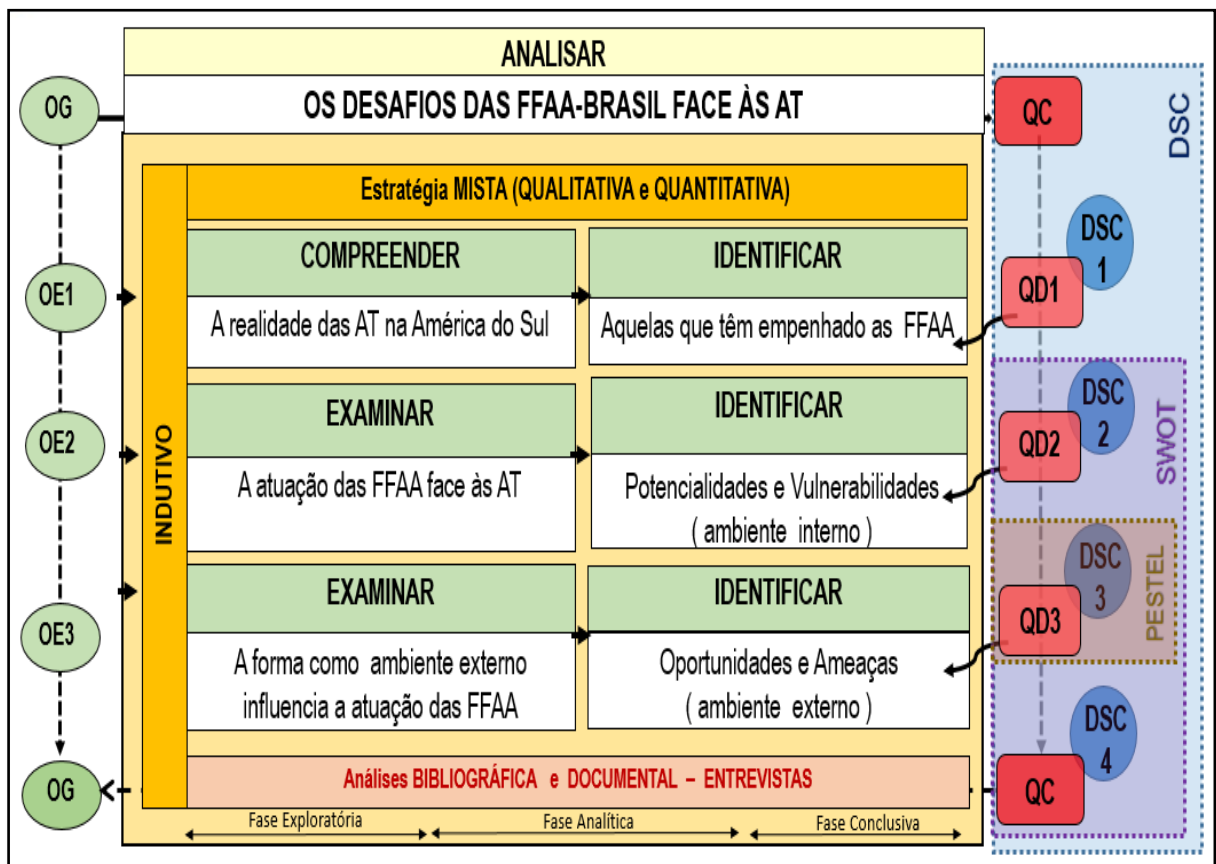


Figura 1 - Percurso Metodológico

A imagem anterior destaca, ainda, a dinâmica interveniente entre a QC e a QD e os objetivos OG e OE, respetivamente; as ações pretendidas durante a investigação, de acordo com a Taxonomia de Bloom (Belhot, 2010); e finalmente as ferramentas e técnicas utilizadas



na fase analítica para interpretação dos dados recolhidos: o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)<sup>4</sup> (Lefreve, 2014), a análise PESTEL<sup>5</sup> e a matriz SWOT<sup>6</sup>.

Na fase de análise, para além das consultas bibliográfica e documental, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas em amostra constituída por especialistas (civis e militares), dedicados às temáticas de Segurança e Defesa. A entrevista semiestruturada é um questionário elaborado, guiado por temas identificados de forma consistente e sistematizada com perguntas a suscitar respostas mais elaboradas (Alves e Deetz, 2000).

Esta metodologia, segundo Kvale e Brinkmann (2009), enriquece a investigação, sendo normalmente a forma mais eficaz e conveniente de recolha de informações. Como referência à proposição das questões e interpretação da entrevista qualitativa, foi utilizada a tipologia apresentada por Dumay e Qu (2011), a partir de adaptação de Kvale (1996).

No tocante à amostra entrevistada e ao questionário, foram escolhidos representantes com os seguintes perfis: investigadores civis e militares da Escola Superior de Guerra e de Estabelecimentos de Altos Estudos Militares; representantes de Órgãos de Segurança Pública (OSP) e do Ministério da Defesa (MD); e militares do Exército Brasileiro (EB) com vivência profissional; todos com reconhecida competência no tema.

Os dados recolhidos das entrevistas e dos inquéritos foram submetidos ao método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que se fundamenta nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais, ou seja, em esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu quotidiano, juízos ou opiniões (Figueiredo, Brasília, & Goulart, 2013).

Os DSC são opiniões individuais que, após transposição do critério analítico do investigador, são transformados em produtos cientificamente tratados, mantendo, porém as características espontâneas e reconhecíveis da linguagem cotidiana. Trata-se, portanto, de um conhecimento, construído e partilhado socialmente, de uma realidade comum a um conjunto social (Lefreve, 2014).

Para levar a cabo esse processo de análise, foi utilizado o *software DSCsoft 2.0*, que permitiu a criação de um cadastro com as respostas recolhidas, classificá-las e posteriormente agrupá-las para a construção do DSC, além de fornecer diversos resultados

---

<sup>4</sup> O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos e tem como fundamento a teoria da Representação Social

<sup>5</sup> A análise PESTEL identifica o impacto que o ambiente externo pode ter na empresa, produtos comercializados ou serviços disponibilizados, nos campos Político, Económico, Social, Tecnológico, Ecológico (Ambiental) e Legal.

<sup>6</sup> A análise SWOT possibilita a avaliação dos fatores internos e externos da empresa, a partir da interação dos fatores de força e fraqueza com as ameaças e as oportunidades.



qualiquantitativos, a partir das respostas, gráficos e perfis dos entrevistados, dando mais consistência, segurança, eficiência e alcance à investigação (Tolteca, 2019). Dessa forma, o DSC serviu de conteúdo para as questões de investigação (QD e QC).

Para atingir a QC em sua plenitude, complementarmente ao DSC, foram acrescentados os contributos da análise SWOT, decorrentes da interação das potencialidades e vulnerabilidades do ambiente interno das FFAA-Brasil (QD 2) com as oportunidades e ameaças do ambiente externo (QD 3), estas enquadradas na análise PESTEL (Coelho & Dominguez, 2016). Isto permitiu sustentação científica (CIMAV, 2019), que validou a investigação, atingindo-se o OG.

### **Organização do estudo**

O trabalho seguiu uma lógica de desenvolvimento organizado em quatro capítulos, enquadrado por uma introdução e uma conclusão. Iniciou-se com a análise qualiquantitativa da realidade das AT na América do Sul, com reflexo para o Brasil, baseando-se em indicadores de recorrência, impacto e amplitude. No segundo capítulo, foi analisada de que maneira as FFAA-Brasil têm conduzido as suas ações face às AT, identificando-se as características, as vulnerabilidades e as potencialidades no âmbito interno. O terceiro capítulo centra-se no âmbito externo, em que se procurou identificar as oportunidades e ameaças intervenientes à atuação das FFAA-Brasil. No quarto capítulo, após a interação entre os ambientes referidos, no contexto do cenário brasileiro, analisaram-se os atuais desafios das FFAA-Brasil diante do aludido fenómeno, e de que forma os enfrentar, respondendo-se à QC. Finalmente, concluiu-se o trabalho, com a avaliação dos resultados obtidos, apresentação dos contributos e recomendações.



## 1. As Novas Ameaças Transnacionais na América do Sul

### 1.1. Caracterização do fenômeno

O marco temporal que universalizou as AT ocorreu na altura em que o Secretário Geral da ONU as definiu como “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou a redução da expectativa de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança global” (ONU, 2004).

As AT possuem tanto origem endógena, como exógena aos Estados e caracterizam-se pela diversificação, imprevisibilidade e dissimulação (Rosas & Torres, 2018); no entanto, a característica mais genuína é o impacto que transcende os limites de fronteiras nacionais, extrapolando as fronteiras regionais e atingindo, inclusive, dimensões globais, de acordo com o alcance dos interesses de seus agentes causadores, em contraposição à capacidade de contenção ou neutralização dos países envolvidos (Xavier, 2019).

Coerente com a tipificação da ONU, destacam-se as principais AT na América do Sul, com reflexos para o Brasil, que são motivo de análise nesta investigação (Figura 2).

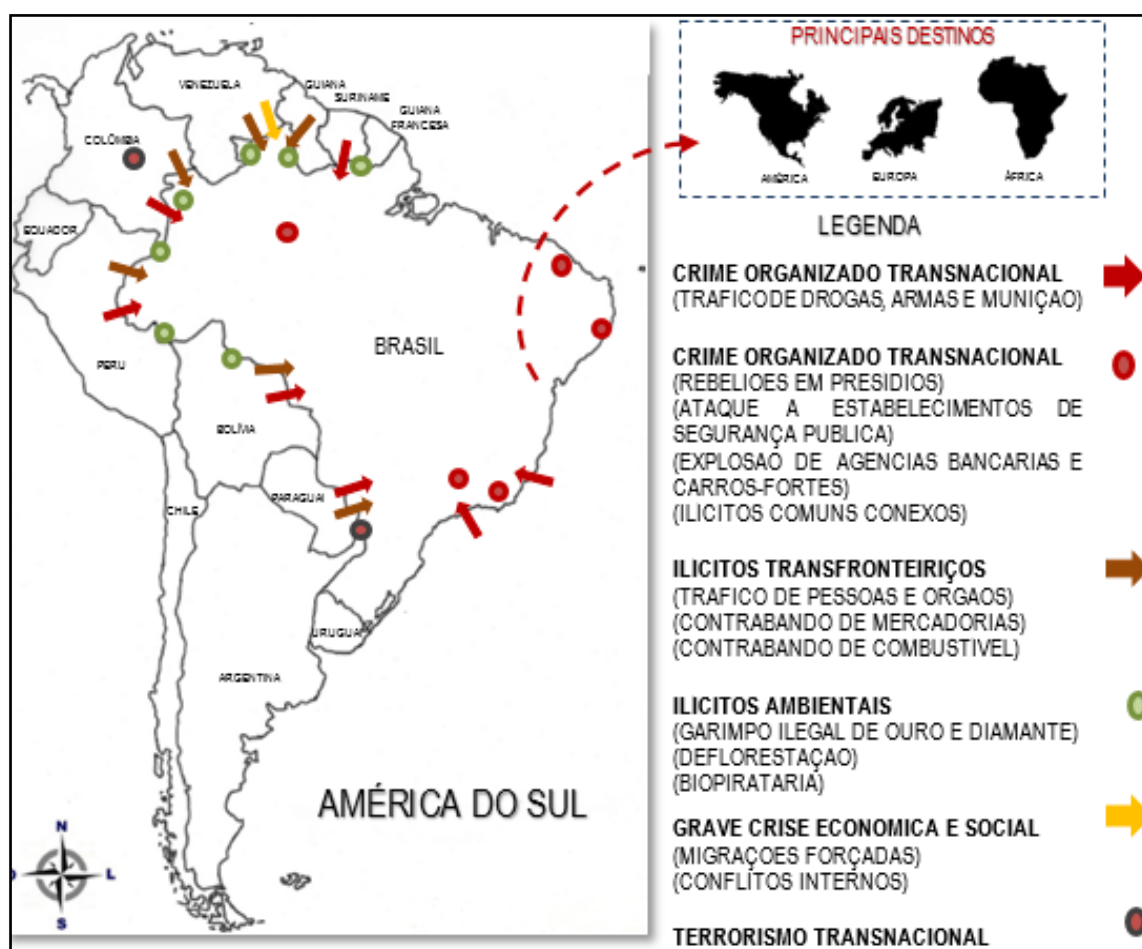


Figura 2 - Novas ameaças transnacionais na América do Sul



Nesse contexto, as conjunções de fatores geopolíticos na América do Sul têm resultado num ambiente favorável à projeção desse fenômeno através das fronteiras, dado possuírem, em geral, baixo índice médio de desenvolvimento humano, graves problemas nos tecidos sociais, a gerar um déficit de necessidades básicas a sua população, já sendo considerado um desafio à segurança nesses países sul-americanos.

Este fenômeno é também uma consequência da porosidade das fronteiras dos Estados atuais, nomeadamente no Brasil, onde estas constituem a principal porta de acesso e também espaço de aderência dessas ameaças, através de uma faixa de 150 km de largura, por aproximadamente 15.700 km de extensão, que representa cerca de 27% do território nacional e 11 estados da Federação (GSIPr, 2018), conforme a Figura 3.

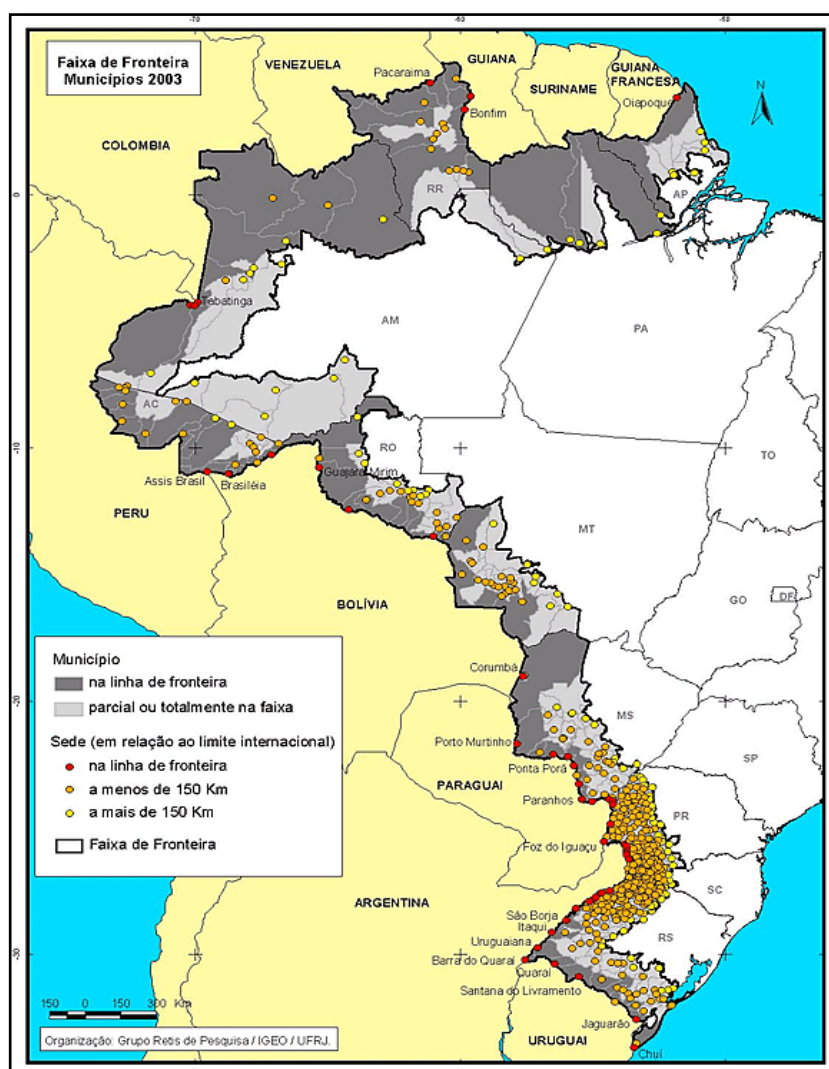


Figura 3 - Faixa de Fronteira do Brasil na América do Sul

Fonte: (MI, 2003)



## 1.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores

Resumidamente, a Tabela 4 descreve as categorias inseridas no *DSCsoft 2.0*, conforme Apenso A – DSC 1, estabelecidas no âmbito das perguntas P1, P2 e P3, que permitiram, no corpo das expressões-chave (ECH), a associação das ideias centrais (IC) semelhantes e a construção dos respectivos DSCs; neste caso, relacionados às AT, que trazem abordagens em atendimento à QD1. Ressalta-se, também, que os indicadores sugeridos: impacto, recorrência e amplitude já estão inseridos no corpo da P1 e, intrinsecamente, são transversais às demais perguntas.

Tabela 4 – Organização do DSC sobre as AT

<b>QD 1</b>	Quais são as novas ameaças transnacionais na América do Sul, nomeadamente aquelas, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das FFAA-Brasil?			
Categorização				
<b>P1</b>	<b>AT</b>	Crime Organizado Transnacional	Grave ameaça económica e social	Convergência e Hibridização
<b>P2</b>	<b>Tendência</b>	Evolução favorável	Cenário provável	Evolução desfavorável
<b>P3</b>	<b>Ambiente Securitário</b>	Segurança Pública	Segurança Nacional	Segurança Multidimensional

## 1.3. O discurso do sujeito coletivo para as novas Ameaças Transnacionais

### 1.3.1. As ameaças mais relevantes

#### 1.3.1.1. Crime Organizado Transnacional

O Brasil está diante de três AT internas, reais e atuais, dentre as quais a de maior importância constitui as organizações criminosas (Orcrim), que ameaçam a soberania, a segurança e o bem-estar da sociedade e do cidadão, obrigando o empenhamento das FFAA-Brasil, no contexto do “Braço Forte” (denominação de emprego operacional característico no âmbito do EB).

O Crime Organizado Transnacional (COT), definido inicialmente pelo tráfico de estupefacientes e de armas, além de toda a cadeia de suporte logístico desses ilícitos, está entre as ameaças mais recorrentes. Muito embora ocorra na faixa de fronteira, por onde esses produtos entram, oriundos de países vizinhos, ou na costa marítima, alcançam até o centro das cidades, afetando todo o território nacional, principalmente na sensação de segurança da população, tendo em vista sua relação com os índices de violência.



O Tráfico de estupefacientes, pessoas, armas e crimes ambientais são os principais ilícitos relevantes em ocorrência na América do Sul, com repercussão no Brasil, que já é o 2º maior consumidor de cocaína. Embora não a produza, constitui um corredor de passagem desde o Peru e a Colômbia (países de origem) até a África e depois para a Europa.

O COT já é extremamente diversificado e evolutivo, abrange desde as Orccrim ligadas aos ilícitos tradicionais: tráfico de estupefacientes, armas e munições, até às milícias, prejudicando a economia brasileira, devido a entrada ilegal de produtos (combustível, tabaco, brinquedos, etc.), gerando perdas à indústria e fuga de divisas ao Estado. Além disso, o COT deprecia a imagem e a credibilidade do País perante a comunidade internacional.

A fronteira brasileira tem sido caracterizada pela existência de uma série de atividades ilícitas ligadas, principalmente, ao tráfico de estupefacientes. Ela coloca o Brasil em contato com dez países, dentre eles Bolívia e Paraguai, com dificuldades econômicas e sociais, que associadas às fragilidades políticas, propiciaram a ocorrência desse tipo de atividade. A Bolívia e o Paraguai já “invadiram” o Brasil há muito tempo com o tráfico de estupefacientes e armas, que tomou conta do território nacional, fazendo do COT a ameaça mais recorrente, de maior amplitude e de impacto negativo mais perceptível, nas cidades e na zona fronteiriça.

#### 1.3.1.2. Grave Crise Económica e Social (CES)

A grave crise económica e social na Venezuela é uma AT contemporânea, que levou à migração descontrolada e em massa para cidades na fronteira amazônica, normalmente sem infraestruturas compatíveis, como é o caso de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, desestabilizando a região de fronteira. Isto fez o Brasil empenhar suas FFAA, compondo uma Força Tarefa Logística de Apoio Humanitário, que desenvolve trabalhos no contexto da “Mão amiga” (designação conhecida para o emprego subsidiário do EB), a fim de acomodar as necessidades sociais, econômicas e de segurança, que têm sido recorrentes, quando o Estado não é capaz e eficiente. Esta ameaça se multiplica a cada dia no País, nomeadamente em zonas urbanas das grandes cidades, ocupadas por estratos sociais mais baixos, onde a sociedade passa a ser envolvida pelo COT.

#### 1.3.1.3. Convergência e Híbridização (C&H)

Num cenário atual, de *Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity (VUCA)*, a Segurança Pública e o COT constituem a ameaça de maior amplitude ao Estado Brasileiro. Adicionalmente, e de forma coerente com as características desse mesmo cenário, o terrorismo transnacional, os movimentos populacionais (fenómenos migratórios) e os ataques cibernéticos, também podem ser identificados como ameaças de maior impacto.



Se por um lado, a globalização assimétrica e as disputas por influência e controlo sobre recursos e áreas de valor estratégico são AT de origem externa, há ilícitos, aparentemente de menor impacto, praticados pelas “Milícias”, que alimentam o COT, tornando-se extremamente rentáveis, tais como a derivação clandestina, o contrabando de combustíveis e tabaco, além da cadeia logística das Orccrim, que sustenta o fluxo dos estupefacientes, desde as regiões produtoras em países vizinhos até os mercados consumidores.

Tudo isso acarreta sérios desafios ao Brasil, ressaltando que a Bolívia, já identificada como um “Narcoestado”, e o Paraguai, que negligencia o contrabando de cigarro, utilizam esses ilícitos como ferramenta de Estado, especialmente a Bolívia. Ou seja, o principal problema que se observa relacionado às AT, sob uma perspectiva holística, é o fenómeno da “convergência”, que integra uma rede de ilícitos e a “hibridização”, caracterizada pelo envolvimento de atores estatais e não estatais, armados ou não.

### 1.3.2. Uma tendência para as ameaças no cenário prospetivo

#### 1.3.2.1. Evolução favorável

Se o atual Governo se consolidar, baseado na recuperação económica, a tendência será de redução do risco das AT, pois ele terá autoridade para endurecer o combate à globalização assimétrica, que influencia no controlo de recursos e de áreas de valor estratégico, às Orccrim, à corrupção endêmica nas instituições públicas e privadas e ao controlo cultural, moral e político da sociedade, atacando a crise de valores, maior indutora das AT.

#### 1.3.2.2. Cenário provável

Para este problema que não se vislumbra uma solução em curto prazo, ou seja, as FFAA-Brasil continuarão a ser acionadas contra as AT nas suas diversas vertentes, como se vê, em resultado da grave crise económica e social na Venezuela, dentro de um cenário de instabilidade política, sem prazo para terminar, em que o Estado brasileiro mantém uma Força Tarefa Logística Humanitária (Operação ACOLHIDA).

O COT e as suas variantes parecem ser realmente uma tendência nos próximos 10 a 15 anos, que levará ao empenhamento cada vez maior das FFAA-Brasil. Diante deste cenário, o Estado Brasileiro deve estar preparado para enfrentar as atuais ameaças: tráfico de estupefacientes, de pessoas, de armas e crimes ambientais. Será interessante priorizar a repressão ao COT por todos os reflexos que isto impõe ao Brasil: violência, corrupção, criminalidade, etc. No futuro próximo, para além das atuais AT, o Estado deve saber agir, também, contra novos desafios, dentre eles: crimes cibernéticos, roubo de dados, lavagem de dinheiro.



### 1.3.2.3. Evolução desfavorável

As AT, nos próximos 10-15 anos, ultrapassarão a dimensão eminentemente militar da Segurança Nacional; entretanto, considera-se necessário ampliar esse horizonte temporal para 45 e 50 anos. Daqui a quatro décadas o cenário será bem distópico e caótico, pois o Estado brasileiro não está fazendo o que precisa ser feito. Se não houver confluência entre o enfrentamento ao COT e a reestruturação dos OSP, há o risco de que as várias Orcrim possam se unir e atuar de maneira transversal e complementar, contribuindo para a criação de agrupamentos mais complexos e de difícil combate.

### 1.3.3. As ameaças e o ambiente Securitário

#### 1.3.3.1. Segurança Pública

O enquadramento das AT, nomeadamente as ações do COT no âmbito da Segurança, é uma questão complexa, mas que se deverá encontrar ainda na esfera da Segurança Pública e, portanto, deve ser combatida inicialmente com esses instrumentos de segurança disponíveis no âmbito estadual, que possuem responsabilidades de manter a ordem, a proteção dos cidadãos e o patrimônio público: Segurança Humana e Segurança Comum.

#### 1.3.3.2. Segurança Nacional

O Brasil já não tem plena soberania sobre áreas pontuais em seu território, ainda que limitadas, nem sobre algumas populações, nem sequer exclusividade do uso da violência. As Orcrim em vários estados já usam armamento considerado de guerra. Ou seja, nem todos os OSP conseguem acompanhar o poder bélico do COT, que já não ameaça apenas a Segurança Pública, mas quase todas as atribuições e funções provedoras do Estado: desenvolvimento, bem-estar, segurança, primazia da justiça e liberdade. Pelo poder que o COT reúne, já se tornou um inimigo interno, ainda que não seja a maior ameaça à Soberania Nacional, é a mais urgente. No entanto, o Estado ainda tem condições para a neutralizar.

#### 1.3.3.3. Segurança Multidimensional

A perspectiva desta temática segue uma abordagem predominante: é uma questão de Segurança Pública ou de Segurança Nacional? Há dois problemas no enquadramento do COT: quando associado a Segurança Pública, constata-se que as nossas polícias estaduais não dispõem das estruturas adequadas para combater esse tipo de crime, que ultrapassa as divisas estaduais, extrapolando à escala internacional. Por outro lado, ao se relacionar o papel do Estado com a questão fronteiriça, é necessário ir um pouco mais adiante e considerar, para além da Segurança Pública, a Defesa Nacional.



A atuação do COT causa repercussões tanto para a Segurança Pública quanto, subsidiariamente, para a Defesa, que são coisas distintas, e essa dicotomia entre “Segurança” e “Defesa” é uma ideia ultrapassada. Portanto, o COT é uma questão de Segurança Pública, de Segurança Nacional, de Segurança Comum e de Segurança Humana, mas a organização das suas áreas de responsabilidades, competências e de atuação ainda não foi efetuada.

As opiniões descritas no aludido DSC podem ser ainda interpretadas sob uma ótica quali-quantitativa, complementando esta temática, a partir da construção de uma síntese mais afinada, conforme sinalizam as Figuras 4 a 6.

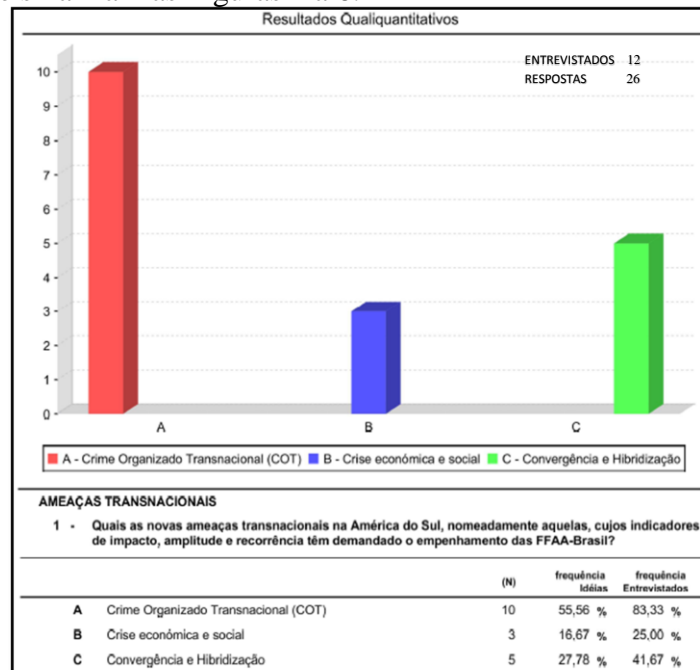


Figura 4 - Representação Quali-quantitativa do DSC 1 para P1

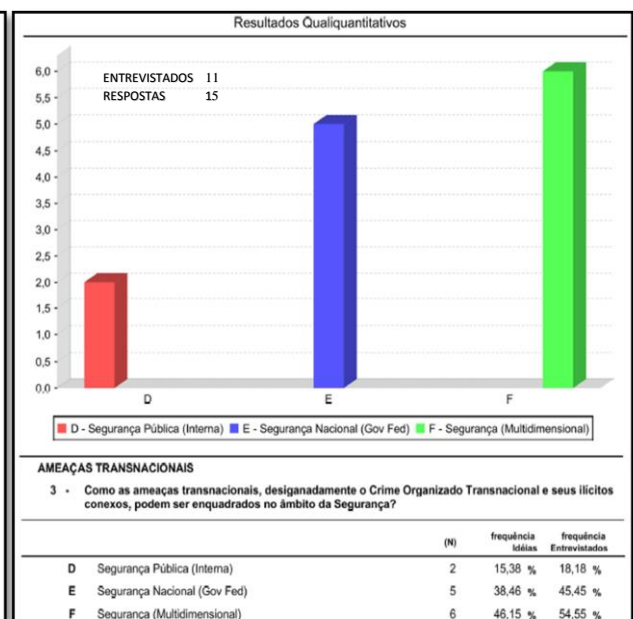
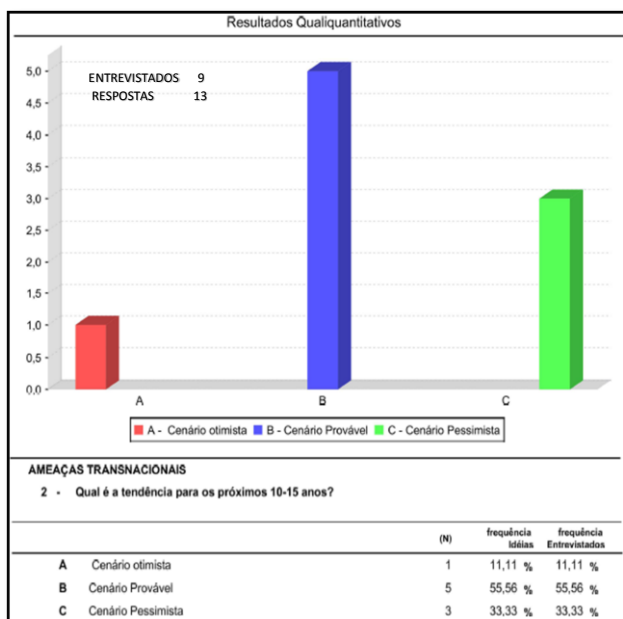


Figura 5 e 6 - Representação Quali-quantitativa do DSC 1 para P2 e P3

#### 1.4. Síntese conclusiva

De acordo com os indicadores regionais utilizados, infere-se que a realidade das AT na América do Sul pode ser assim compreendida:

- Promove **impactos** negativos transversais à governação do Estado, desde o âmbito municipal ao federal, com projeção ao cenário internacional.

- Alcança **amplitude** em todo território nacional, desde a faixa de fronteira ao litoral, envolvendo tanto as principais cidades, onde os reflexos são maior percebidos, além do interior do país, por onde se estrutura a cadeia de suporte e por onde se ramificam as células criminosas em busca de novas oportunidades de expansão.

- Induz à **recorrência**, face à manutenção do *status* de fragilidade económica e social, associada à incapacidade de governação nas instituições políticas no âmbito da Federação.

Do exposto, considerando a tendência de continuidade desse fenómeno, já no curto prazo, com o entendimento conceptual cada vez maior sobre a questão da segurança ao nível multidimensional, infere-se que as AT mais relevantes e que têm exigido o empenhamento cada vez maior das FFAA-Brasil podem ser representadas pelo COT, pela ocorrência de CES e pelo fenómeno da C & H, conforme Figura 7.

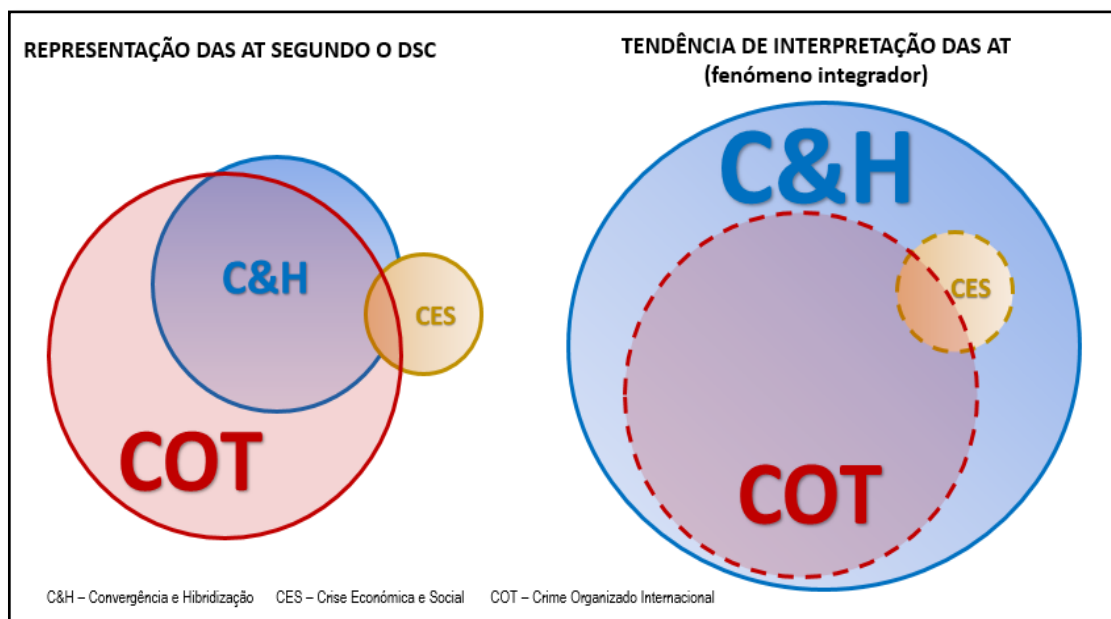


Figura 7 - Representação das Ameaças Transnacionais no cenário brasileiro

Pese embora o COT tenha obtido maior projeção entre as demais ameaças e considerando a tendência atual e o cenário prospectivo, em termos conceptuais, o fenómeno da C & H tem carácter integrador, caracterizando melhor e sintetizando a ocorrência das AT no Brasil, na medida em que elas atuam em simultâneo, convergem suas ações, aperfeiçoam



seu *modus operandi*, se diversificam e se reinventam, ao mesmo tempo em que trazem à cena novos atores não estatais e estatais, que conferem sustentabilidade, legitimidade ou ainda negligenciam ilícitos por conveniência ou incapacidade; tudo isso a desafiar a capacidade de governação e controle hegemônico do Estado legalmente constituído.



## **2. A atuação das Forças Armadas brasileiras face às novas Ameaças Transnacionais**

### **2.1. A atuação das Forças Armadas brasileiras**

Historicamente, as FFAA-Brasil sempre se envolveram na faixa de fronteira, conjugando esforços de desenvolvimento, de segurança e de preservação, seja pela capilaridade com que se apresenta em toda região, seja pelas capacidades operativas e logísticas; tudo isso em apoio às restrições dos entes legais do Estado de se fazerem presentes (Barbosa, 2010).

Com a evolução da conjuntura regional, o Estado Brasileiro regulou a atuação das suas FFAA no tocante às atribuições subsidiárias, por meio das Leis Complementares (LC 97, 1999, LC 117, 2004 e LC 136, 2010), absorvendo competências exclusivas da Polícia Judiciária para atuar, com ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre (...) contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, realizando ações de: i) patrulhamento; ii) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e iii) prisões em flagrante delito.

Tal medida ampliou a legitimidade e intensificou a atuação das FFAA contra essas AT, impondo o desenvolvimento de novas capacidades. Além disso, as FFAA-Brasil passaram a responder solicitações do Estado cada vez mais frequentes em apoio aos Governos estaduais, nomeadamente no tocante à Segurança Pública, seja em Grandes Eventos<sup>7</sup> internacionais, seja em atividades do cotidiano, quando situações de crise não foram passíveis de acomodação no âmbito das suas esferas regionais, contabilizando 135 participações, desde o marco inicial, em 1992, durante a Cimeira das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92)<sup>8</sup>, no Rio de Janeiro, até as ações de apoio humanitário aos refugiados venezuelanos, em Roraima (2018), com a Operação Acolhida.<sup>9</sup> (MD, 2018).

Merece destaque, ainda, a variedade e a complexidade da forma como as AT têm se manifestado, conforme a Figura 8, desafiando a atuação das FFAA-Brasil no seu apoio à Segurança Pública.

---

<sup>7</sup> O Brasil recebeu a Taça das Confederações, o Campeonato do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, que tiveram a participação das FFAA-Brasil atuando em prol da Segurança.

<sup>8</sup> Primeira grande Operação Militar com maciço emprego de tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais.

<sup>9</sup> Força Tarefa Logística de Apoio Humanitário (FT Log Ap Hum), estabelecida em Boa Vista-RR, subordinada ao Ministério da Defesa do Brasil, em coordenação com agências nacionais e internacionais, desde 2018.

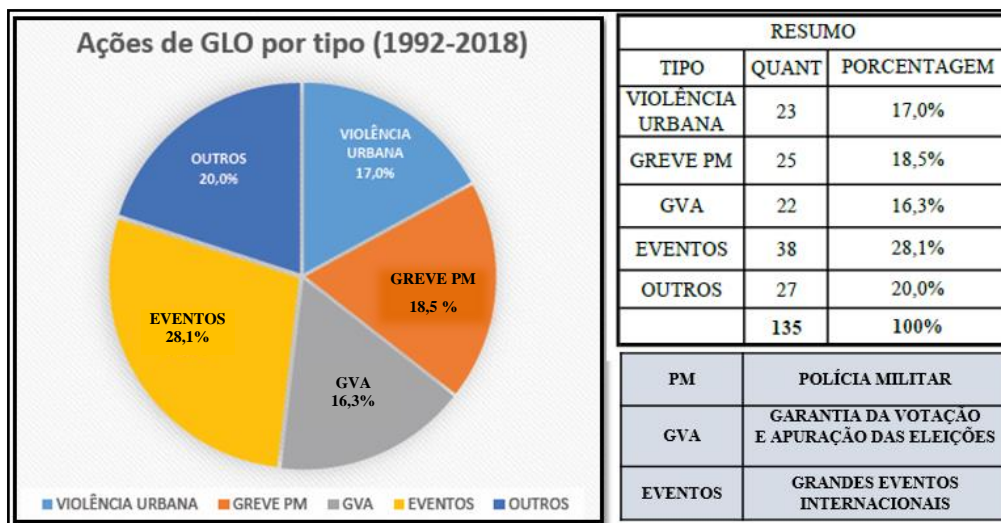


Figura 8 – Atuação das Forças Armadas brasileiras relacionada com Segurança Pública

Fonte: (MD, 2018)

## 2.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores

Seguindo o mesmo raciocínio usado no capítulo anterior, a Tabela 5 descreve as categorias inseridas no *DSCsoft 2.0*, conforme Apenso A – DSC 2, para estas perguntas P4, P5 e P6, que permitiram a elaboração dos respectivos DSCs para a QD2. Importa acrescentar que para o atendimento pleno dessa QD, foram identificadas as Potencialidades e Vulnerabilidades no âmbito interno das FFAA-Brasil, transcritas nos Apêndices D e E, respectivamente, que apoiarão a conclusão do trabalho, após a análise SWOT (Apêndice H).

Tabela 5 – Organização do DSC sobre a atuação das Forças Armadas do Brasil

<b>QD 2</b>	De que forma as FFAA-Brasil têm conduzido suas ações operativas contra as novas ameaças transnacionais?			
<b>Categorização</b>				
<b>P4</b>	<b>Empenhamento</b>	FFAA- Brasil	Orgãos de Segurança	Estado Brasileiro
<b>P5</b>	<b>Potencialidades</b>	Institucionais <sup>10</sup>	Militares e operativas <sup>11</sup>	Organizacionais <sup>12</sup>
<b>P6</b>	<b>Vulnerabilidades</b>			

## 2.3. O Discurso do Sujeito Coletivo para atuação das FFAA-Brasil

### 2.3.1. Por que empenhar as FFAA-Brasil contra as AT?

Na verdade, as FFAA não podem dizer que “não” ao País, por uma questão simples: é a cadeia de comando e a hierarquia, além da característica do contrato do servidor público militar. A grande diferença é que as FFAA-Brasil têm disponibilidade permanente, sob uma

<sup>10</sup> Capacidades genéticas das FFAA-Brasil, inclui o *ethos* (valores, princípios, cultura organizacional) e RH.

<sup>11</sup> Capacidades materiais e imateriais observadas no emprego operacional das FFAA-Brasil.

<sup>12</sup> Capacidades organizacionais (planeamento organizacional, articulação territorial e estratégias).



hierarquia. Isto é claro aos militares, não importa a hora ou o lugar de atuação. O emprego das FFAA-Brasil no combate às AT é tarefa prevista no texto constitucional, ainda que não seja uma ação prioritária, que continua a ser o emprego na defesa da Pátria, nos termos da alteração constitucional que incluiu a GLO e face às limitações dos OSP estaduais.

Devido à organização, prontidão, presença territorial, capacidade e flexibilidade, as FFAA-Brasil têm excelentes condições para contribuir com os OSP e reduzir os delitos transnacionais. As FFAA são efetivas na resolução de tais problemas, particularmente na faixa de fronteira, onde o Estado é menos presente, por adotarem a Estratégia da Presença, para além de possuírem base legal para exercer o poder de Polícia nessa região.

Atualmente, as FFAA-Brasil se beneficiam do prestígio e da experiência resultantes do sucesso nos Grandes Eventos, nas Operações de GLO e na Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Ou seja, constituem o melhor, mais prático, rápido e eficiente meio para responder a estas catástrofes, porque têm capacidade de resposta imediata e disponibilidade permanente.

Várias são as razões da ativação das FFAA-Brasil e que passam, basicamente, pela incapacidade da Segurança Pública em algumas unidades da Federação, cujos sistemas funcionam como a burocracia cartorial do século XVIII, com falta de tecnologia e compartimentação de informações; enquanto o COT tem crescido muito, dificultando a atuação do componente policial.

Os OSP não possuem logística compatível para sustentar ações em todo o território brasileiro, pelo reduzido efetivo, equipamento inadequado e treino insuficiente, infraestrutura económica incompatível para essas necessidades, capacidade de planeamento limitada e, conseqüentemente, de respostas adequadas às ameaças. Além disso, os OSP só atuam em suas jurisdições, legitimando o Governo Federal a atender aos pedidos locais, considerando que as FFAA-Brasil colaboram com a GLO ao nível nacional.

Por último, embora o Estado não seja omissivo às AT, ao empregar a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e a Operação ÁGATA (a cargo do MD), também não é efetivo no controlo das fronteiras.

Em vários países do mundo, há Orcrim estruturadas que representam grandes ameaças armadas, inclusive a alguns governos com menor capacidade de resposta. No Brasil, sua ação se torna facilitada pela falência de alguns órgãos de controlo: a Justiça (lenta, complacente e desigual); os OSP (politizados, infiltrados, mal coordenados, treinados, remunerados, indisciplinados) e o Sistema Penal (descontrolado/controlado por Orcrim). Por



isso, sempre que acuado diante de uma crise e sobre a pressão da opinião pública, o Governo recorre à credibilidade das FFAA para solucionar os problemas de Segurança Pública e outros de ordem social; é o “uso político” do Poder Militar. As FFAA-Brasil têm vindo a ser empenhadas em função da grande aceitação junto à população brasileira; trata-se de uma estratégia mediática por parte das instituições políticas.

### 2.3.2. **Potencialidades**

Os valores e princípios militares, que impregnam os quadros profissionais das FFAA-Brasil, são os principais sustentáculos da construção das suas potencialidades, constituindo Capacidades Institucionais. A disponibilidade permanente, a prontidão, a cadeia de comando, a organização hierárquica e a cadeia logística são as características que fazem das FFAA-Brasil uma boa opção para o combate às AT.

Para além das crenças e cultura militar, outro grande diferencial é a sua formação e treino. Ou seja, o alinhamento da estrutura das FFAA-Brasil, enquanto Capacidade Organizacional com os valores institucionais, como por exemplo a fé na missão e patriotismo, potencializa o emprego das forças.

Adicionalmente, no tocante às Capacidades Militares e Operacionais (Anexo B), o desempenho face às AT tem sido excepcional para as FFAA, que não têm esse tipo de emprego como sua missão principal. Por outro lado, o treino também prepara para as exigências das missões contra as AT, quer do ponto de vista do planeamento quer da execução, desde o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) até as unidades operacionais, sobretudo no combate aos ilícitos transnacionais.

A crescente preparação das tropas, baseada na Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Ensino, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI) constitui uma capacidade operacional que é uma potencialidade, incluindo uma logística flexível e eficiente, que se encontra pronta tanto para as operações convencionais como para as ações contra o COT.

As FFAA-Brasil têm-se adaptado rapidamente às AT, desenvolvendo novas doutrinas, como a de Operações Interagências, adquirindo requisitos como prontidão (pronta resposta), mobilidade (transporte), sustentação logística, comando e controle e outras capacidades; tudo isso está associado à efetividade na resolução dos problemas.

No âmbito das Capacidades Organizacionais, é de destacar que a estrutura organizacional das FFAA-Brasil permite o alinhamento de ações, desde o nível estratégico até o tático. A sua estrutura é tão grande e tão versátil, que o conjunto de capacidades disponíveis fornece instrumentos para responder aos problemas, independentemente da



forma como estes se revelam: capacidade de planejamento de operações complexas, logística; sistema de Ensino; grande capilaridade; presença territorial; desdobramento em qualquer parte do país; grande flexibilidade e prontidão.

Enfim, as FFAA-Brasil dispõem de um conjunto de capacidades que resulta numa grande versatilidade, demonstrando excelentes condições de atuar face às AT, seja contribuindo com os OSP, seja na execução de missões inéditas e sem precedentes doutrinários, como a Operação Acolhida, que já é a maior Operação Conjunta, Interagências e de natureza humanitária que o Brasil já teve e que as FFAA têm participado.

Adicionalmente, na Intervenção Federal na Segurança Pública, a maior potencialidade das FFAA-Brasil foi evidenciada na capacidade de gerir a coisa pública, favorecendo a otimização dos limitados recursos disponibilizados, bem como sua grande experiência na elaboração de protocolos (Regras de Empenhamento), já amadurecidas e que proporcionam relativa proteção jurídica a seus integrantes. Além disso, o Planejamento Estratégico baseado em capacidades e na concentração de meios mitiga as vulnerabilidades face às AT.

### 2.3.3. Vulnerabilidades

Quando as FFAA-Brasil são empregues em operações de “não guerra” e sob o enquadramento jurídico vigente no País, o grande temor é a criminalização de militares em confrontos nas ações operacionais, que possam gerar dano à vida de civis, particularmente pelo grande efetivo de temporários (contratados) empenhados. Além disso, existe um risco de aliciamento pelo COT. Ainda que não seja de esperar uma criminalização sistêmica, talvez em algum caso isolado isto possa ocorrer e repercutir negativamente às FFAA-Brasil.

Outra vulnerabilidade institucional é a mentalidade excessivamente conservadora e ortodoxa e um pensamento cartesiano muito rígido, que restringe a reflexão sobre novos direcionamentos para a renovação do conceito de missão das FFAA-Brasil, conforme a evolução das AT e do contexto que as envolve; bem como a preparação para a salvaguarda da imagem das FFAA-Brasil, atendendo à exposição natural da instituição num cenário de conflito dentro do território brasileiro e contra civis nacionais, que pode ser impopular.

Dentre as vulnerabilidades operacionais, a presença continuada e ostensiva das tropas nas ruas das grandes cidades no enfrentamento ao COT não está necessariamente associada à produtividade das suas ações. O excesso de ostensividade concorre para a diminuição da credibilidade das FFAA-Brasil, pois altera-se a percepção no âmbito da sociedade, podendo evoluir desde a sensação positiva de segurança à falta de efetividade e gastos públicos desnecessários.



Há ainda outros dois aspetos a serem destacados como vulnerabilidades: a necessidade de aprimoramento doutrinário das operações de informação, essencial para as FFAA-Brasil e Forças de Segurança no contexto atual e o gradual enfraquecimento do sentido bélico nos militares, com a recorrência de empenhamento em ações de não guerra.

As FFAA-Brasil não são originariamente vocacionadas para a atividade de segurança pública. Daí uma possível vulnerabilidade, no tocante à inadequação dos meios e capacidades. A estrutura de guerra possui alguns aspetos específicos, que não são os mais adequados em ações policiais, principalmente ao permanecer muito tempo em GLO, que é prejudicial, pois essas ações devem ser pontuais e por curto período. Atualmente, são realizadas duas capacitações: Defesa Externa e GLO e isto gera ambiguidade no treino.

Já se observa obsolescência de material contra este tipo de ameaça contemporânea; a restrição de algumas funções de combate nas Brigadas (módulo de combate da F Ter), designadamente pela falta de efetivo e de equipamentos modernos, o que alavancaria os resultados operacionais, pois o potencial humano já é muito bom.

No âmbito organizacional, constata-se que a principal vulnerabilidade decorre da expressão econômica do Poder Nacional, que deveria garantir a continuidade dos Projetos Estratégicos das FFAA-Brasil.

As figuras 9, 10 e 11 complementam esta análise no esforço de responder à QD2.

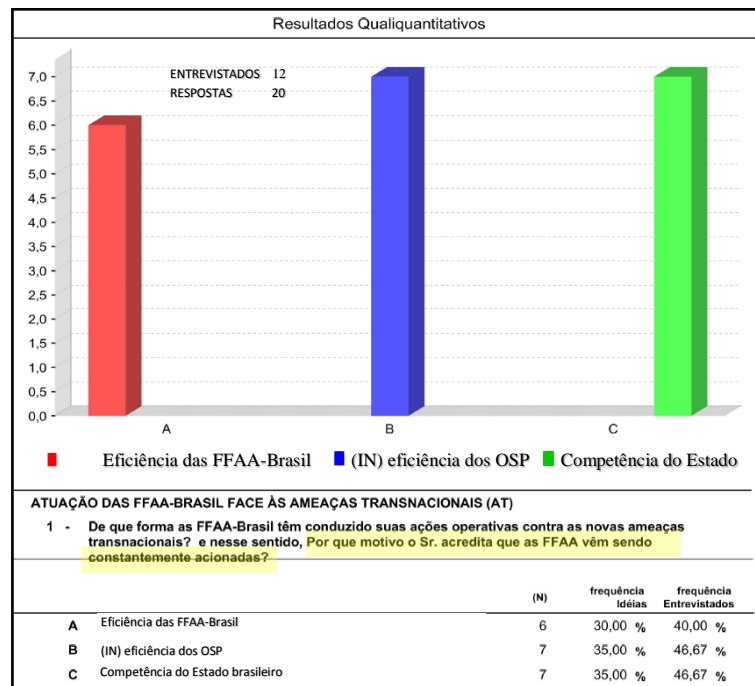


Figura 9 – Representação Quali-quantitativa do DSC 2 para P4

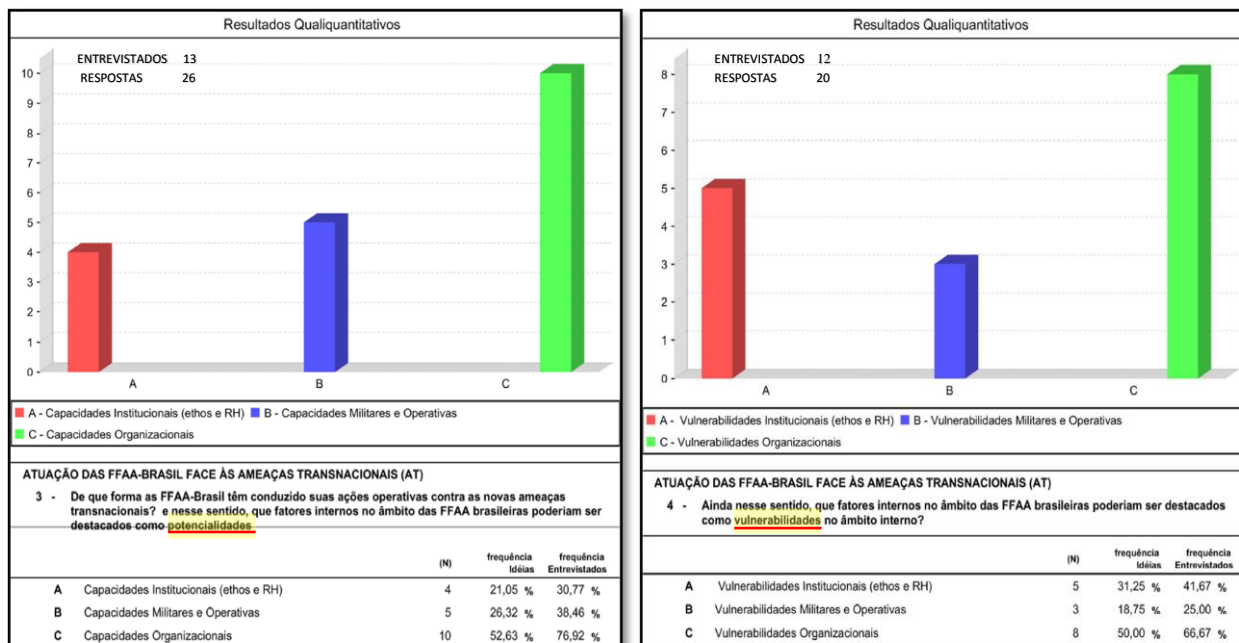


Figura 10 e 11 - Representação Qualiquantitativa do DSC 2 para P5 e P6

Nessa análise, observaram-se os motivos que têm levado ao acionamento das FFAA-Brasil (P4), considerando os aspetos que envolvem o Poder Público, bem como a relação de fatores de força e de fraqueza, no âmbito interno (P5 e P6), pelo que se infere o seguinte:

- Na Figura 9, observa-se que a solução contra as AT deve ser compartilhada ao âmbito do Estado, a exigir a participação de todos os intervenientes. Ratifica também o DSC ao reconhecer a necessidade de maior envolvimento do Estado, a incapacidade dos OSP e a eficiência das FFAA, endossada pela credibilidade já alcançada.

- Nas figuras 10 e 11, verifica-se o protagonismo das capacidades organizacionais das FFAA-Brasil, tanto nas potencialidades quanto nas vulnerabilidades, constatando-se que os níveis mais altos da Instituição possuem as melhores condições de influência sobre a sua atuação.

#### 2.4. Síntese conclusiva

Do exposto, considerando a interação entre o empenhamento das FFAA-Brasil e o diagnóstico no seu âmbito, infere-se que sua atuação tem sido com base legal, de forma legítima e eficaz, sempre quando solicitada.

As FFAA-Brasil possuem um conjunto de capacidades sólido, versátil e articulado, permitindo que as potencialidades contornem as vulnerabilidades, a proporcionar soluções provisórias de segurança e estabilidade, naqueles respectivos locais e períodos de empenhamento, para que os governos estaduais possam exercer a governação, implementar



os serviços essenciais e as políticas públicas necessárias, de maneira que a sociedade possa dar sequência às suas atividades em situação de normalidade, respondendo assim a QD2, conforme a Figura 12.

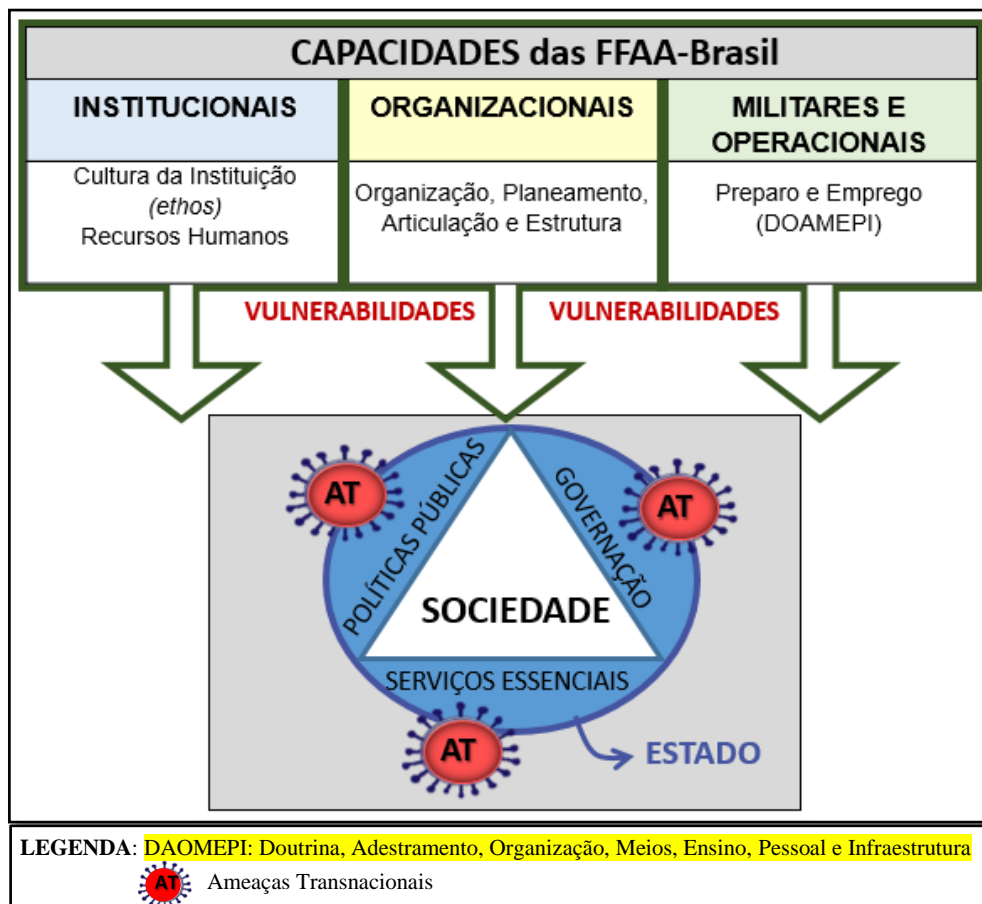


Figura 12 - Atuação das Forças Armadas brasileiras face às Ameaças Transnacionais.



### 3. Influência do ambiente externo sobre a atuação das Forças Armadas brasileiras

#### 3.1. Caracterização do ambiente externo (PESTEL)

Para caracterizar o ambiente externo, foi utilizado o documento “Cenário da Defesa 2020-2039” (MD, 2017), cujo propósito visa contribuir para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Defesa no Brasil, projetando tendências e destacando aspectos conjunturais e estruturais que poderão afetar a Segurança e a Defesa Nacionais (Figura 13). Esse produto também apresenta Oportunidades e Ameaças para a Defesa Nacional (Anexo C – 1), servindo de orientação à investigação.

<b>CENÁRIO NACIONAL 2020 – 2039</b>	
<b>P</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Instabilidade Político-Institucional</li><li>- Terrorismo Transnacional (ampliação da influência das Orcrim)</li><li>- Inexistência de fricções interestatais diretas</li></ul>
<b>E</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Abundância de recursos naturais</li><li>- Crescimento econômico e ampliação da economia brasileira</li><li>- Concentração da população, infraestruturas e economia no Sudeste</li><li>- Avanços setorizados na Base Industrial de Defesa</li></ul>
<b>S</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pobreza, desigualdades, serviços públicos insuficientes</li><li>- Insatisfação de classes no âmbito da Segurança Pública e questões indígenas</li><li>- Crime Organizado Transnacional</li></ul>
<b>T</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Capacidade de exploração do espaço exterior e do setr nuclear</li><li>- Sistemas de comunicação e informações defasados e vulneráveis</li><li>- Modestos avanços na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&amp;I)</li></ul>
<b>E</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Efeitos do desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade</li><li>- Efeitos das mudanças climáticas (instabilidade social)</li><li>- Insegurança sanitária pelo aumento de circulação de pessoas e bens</li></ul>
<b>L</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manutenção do status quo em Tratados e Foros internacionais sobre desarmamento</li></ul>

Figura 13 – Tendência para o Cenário Nacional 2020-2039

**Fonte:** Adaptado de (MD, 2017)

#### 3.2. Estratégia de análise, categorização e indicadores

Para aplicação da técnica DSC, a Tabela 6 indica as categorias inseridas no *DSCsoft 2.0*, conforme Apenso A – DSC 3, para perguntas P7 e P8, que permitiram a elaboração dos respectivos DSC para a QD3. Neste caso, trata-se da identificação das Ameaças (Apêndice F) e Oportunidades (Apêndice G), que influenciam o desempenho das FFAA-Brasil face às AT.



Tabela 6 – Organização do DSC sobre a influência do ambiente externo

<b>QD 3</b>	Considerando as dimensões PESTEL, até que ponto e de que forma o ambiente externo influencia a atuação das FFAA-Brasil no combate às AT e que OPORTUNIDADES e AMEAÇAS podem ser identificadas?				
<b>Categorização</b>					
<b>P7</b>	<b>Oportunidades</b>	Aspetos Políticos	Aspetos Económicos e Tecnológicos	Aspetos Sociais e Ambientais	Aspetos Legais
<b>P8</b>	<b>Ameaças</b>				

### 3.3. O Discurso do Sujeito Coletivo para a influência do ambiente externo

#### 3.3.1. Oportunidades

##### 3.3.1.1. Aspetos Políticos

A definição de uma Política de Estado que estabeleça parâmetros para atuação das FFAA face às AT constitui uma oportunidade. Dada a relevância desse tema para o País, estes elementos devem ser trabalhados no médio e longo prazos, inclusive através da ação diplomática (cooperação internacional).

As FFAA-Brasil podem também participar no reforço das capacidades dos OSP para enfrentar as AT, compartilhando: aspetos positivos de sua cultura organizacional; boas práticas de gestão na logística e experiência na administração de recursos, como referência aos OSP. Destaca-se o legado deixado pelas FFAA-Brasil à Segurança Pública do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal, em 2018.

As FFAA-Brasil podem contribuir para reduzir o hiato de conhecimento técnico e de planeamento, fazendo das vulnerabilidades dos OSP uma oportunidade de integração. Nesse sentido, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) se apresenta como uma oportunidade para a melhoria das estruturas de Segurança e Defesa na faixa de fronteira.

##### 3.3.1.2. Aspetos Económicos e Tecnológicos

Considerando as restrições orçamentais para o investimento em Produtos de Defesa (PRODE), a disponibilidade de recursos suplementares constitui um contributo para suplantar as referidas restrições. Nas missões atribuídas pelo Presidente da República (PR), no âmbito das AT, normalmente os Ministérios envolvidos disponibilizam recursos próprios às FFAA-Brasil, aumentando seu nível de operacionalidade. Por meio de Medida Provisória, o Governo Federal propiciou o aprontamento dos meios e ainda tem sustentado a execução da Operação Acolhida, em Roraima.



Outra oportunidade consiste na cooperação em parcerias de PRODE para aquisição de itens de duplo uso. Nesse caso (Defesa/Segurança) com meios de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, apoiado na recuperação da indústria nacional de defesa.

### 3.3.1.3. Aspectos Sociais e Ambientais

Não obstante as dificuldades orçamentais e falta de valorização na esfera política, as FFAA-Brasil mantiveram-se coesas e fiéis ao País, angariando respaldo e a referência de Instituição Nacional com maior credibilidade (DATAFOLHA, 2019), conforme Figura 14.

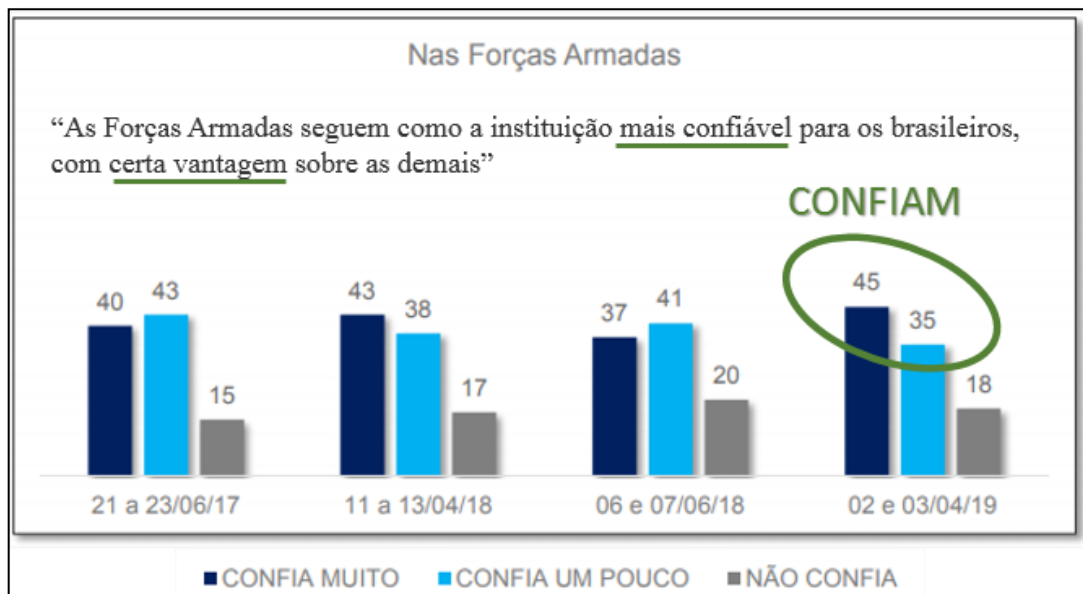


Figura 14 – Grau de confiança nas FFAA-Brasil (abril 2019)

Fonte: Adaptado de (DATAFOLHA, 2019).

A opinião pública apoia o emprego das FFAA-Brasil no combate ao COT. Esta percepção é mais sentida nas grandes cidades e nos centros urbanos, onde boa parte da população se sente segura com a presença militar. Na Intervenção Federal no Rio de Janeiro, a população reconheceu que o Exército deve combater as AT, porque as polícias já não conseguem.

A Operação Acolhida, em Roraima, tem sido muito positiva para a imagem das FFAA-Brasil. Não obstante o sucesso, existem também oportunidades de melhoria que podem ser implementadas, nomeadamente no âmbito da dimensão informacional. Nesse aspeto, a criação de um Comando de Informações poderia ter grande utilidade e servir de modelo e ensaio para qualquer tipo de cenário de atuação face às AT.

### 3.3.1.4. Aspectos Legais

Existe a possibilidade de cooperação para a utilização de legislação internacional que facilite o combate integrado às AT. Ao nível nacional, também há necessidade de estabelecer



um quadro legal que permita aperfeiçoar a colaboração das FFAA-Brasil com os OSP, constituindo uma oportunidade para o reforço da autoridade do Estado, com reflexos na qualidade de vida da população.

### 3.3.2. As Ameaças

#### 3.3.2.1. Aspectos Políticos

A estrutura conceptual baseada na atual dicotomia está ultrapassada e dificulta o enquadramento estratégico no combate às AT. A ausência de uma orientação política ao mais alto nível é reflexo da inexistência de uma Política de Estado que aborde a Segurança de forma multidimensional e o papel de cada instituição, em particular o das FFAA-Brasil.

A maior ameaça é a banalização do seu empenhamento pelo Estado, em vez de organizar e dotar os órgãos estaduais e municipais com os recursos necessários. Nesse sentido, a natureza e a missão das FFAA colocam algumas dificuldades ao combate às AT, como as capacidades bélicas, que não podem ser usadas na sua plenitude contra civis nacionais em um quadro de “não guerra”, ou seja, o envolvimento permanente das FFAA-Brasil em ações de Segurança Pública pode, adicionalmente, influenciar ou desvirtuar a essência no emprego das FFAA.

A narrativa de natureza política pode enveredar para a secundarização e desconstrução do papel das FFAA na sociedade, questionando a sua função e existência, confrontando e manipulando a sua imagem face aos alegados direitos e liberdades e garantias do cidadão num Estado democrático.

No Rio de Janeiro, a inércia do Poder Público e a crise de gestão no Governo local, que já dura décadas, permitiu a ocupação desordenada do território por comunidades pobres, levando à favelização<sup>13</sup>, que tem constituído o principal cenário de atuação do COT, já não mais adstrito aos ilícitos transnacionais, tradicionalmente conhecidos por enquadrar o tráfico de armas, estupefacientes e munições, mas a um variado rol de ilícitos de menor visibilidade, pese embora muito lucrativos.

As condições políticas dificultam a implementação de medidas de combate às Orcrim. Não existe uma solução ótima, apenas soluções de compromisso ou de contingência, até que seja a própria população a exigir leis de exceção contra essas organizações.

#### 3.3.2.2. Aspectos Económicos e Tecnológicos

A conjuntura económica das últimas três décadas não foi favorável às FFAA-Brasil, com desvalorização profissional, limitações orçamentais e baixos salários. Isto motivado

---

<sup>13</sup> Processo de ocupação irregular e desordenado de áreas urbanas.



pela falta de mentalidade de Defesa por parte da sociedade e do Parlamento, que refletiu na baixa prioridade orçamental para os setores da Defesa e Segurança, inclusive na faixa de fronteira. Atualmente, a maior limitação quanto ao emprego das FFAA-Brasil no combate às AT está nas restrições orçamentais, que também afetam as Forças Policiais.

Outra ameaça a considerar é a exploração da situação social das populações carentes: seja nas grandes cidades, pelas ações do COT, em que se inclui as “Milícias”; seja em Roraima, onde o número de imigrantes e refugiados venezuelanos se acumulam nas ruas, podendo favorecer ao aumento da prática de ilícitos e ao consequente ingresso no COT.

#### 3.3.2.3. Aspectos Sociais e Ambientais

Existem situações nas operações de GLO em que a ação das FFAA-Brasil ocorre com muita frequência e de forma ostensiva, com empenhamento de efetivos aparentemente desproporcionais e uso desnecessário de força. Isto se deve à forte pressão pelo “erro zero”, mantendo-se o êxito nas operações, mas pode levar a danos colaterais.

Por isso, apesar do apoio da sociedade, a presença de militares fortemente armados ou de veículos blindados nas ruas também inspira certo receio. Outra reação negativa é compartilhada por indivíduos que têm suas atividades comerciais ligadas direta ou indiretamente aos ilícitos e mantêm-se interrompidas durante as operações. Esse grupo normalmente reclama o seu alegado “direito de ir e vir”<sup>14</sup>: é a sociedade que vive do COT. Há, ainda, aqueles que criticam o emprego das FFAA-Brasil por questões ideológicas e até ressentimentos pessoais.

Outra ameaça advém de aliciados e aproveitadores (cúmplices das atividades ilícitas), que usam os media para expor as FFAA. Este universo extrapola os grupos armados e a comunidade local, alcançando formadores de opinião, acadêmicos, artistas e outros, porventura consumidores de estupefacientes, que antagonizam as autoridades envolvidas no combate aos atos ilícitos.

#### 3.3.2.4. Aspectos Legais

A Legislação brasileira, ao proteger o consumidor, fortalece o mercado de estupefacientes. O ordenamento jurídico é vulnerável, permissivo e está sujeito à influência política; não enfrenta efetivamente o problema. O COT já opera mais por meio da lavagem de dinheiro e da exploração da ocupação urbana desordenada em comunidades carentes. Só uma legislação de exceção na Segurança Pública, com suporte do Governo e apoio social teria sucesso. Este anacronismo perpassa a sociedade, que já não entende a complexidade do

---

<sup>14</sup> Em referência ao artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias individuais do cidadão.



problema: de um lado se vê a “permissividade excessiva” ao tratamento do ilícito, criticada pelos militares; do outro, vê-se o “garantismo excessivo”, a que se opõem os juristas. As Figuras 15 e 16, que resumem a análise quali quantitativa do DSC para este capítulo.

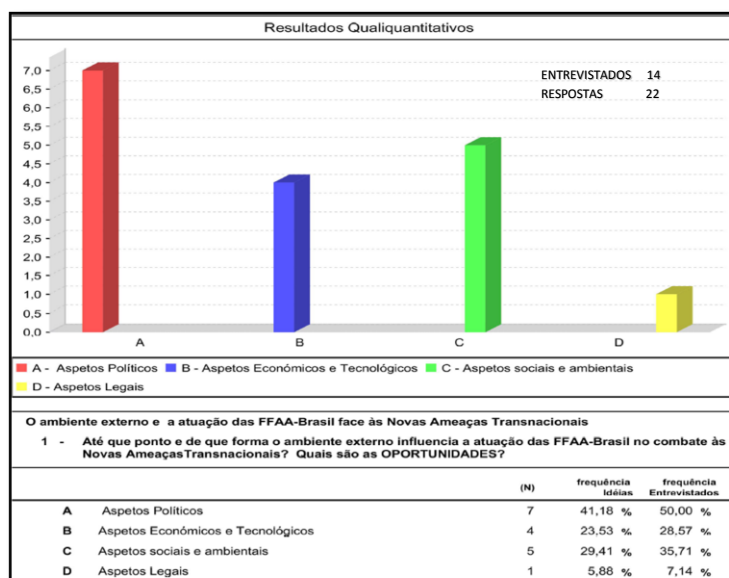


Figura 15 – Representação Quali quantitativa do DSC 3 para P7

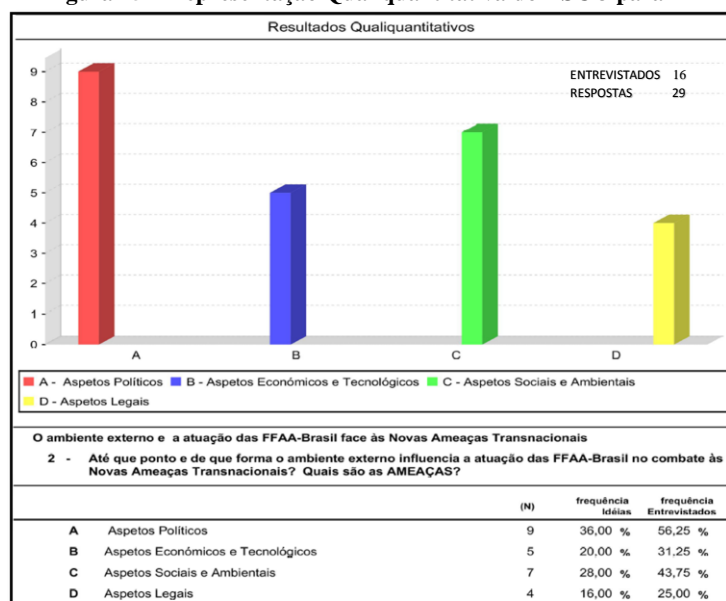


Figura 16 – Representação Quali quantitativa do DSC 3 para P8

Na dimensão política, a evolução crescente da presença de AT no território nacional, levou a iniciativas do Estado que “apoiam” e até “potenciam” a atuação das FFAA-Brasil. Estas medidas estimularam a cooperação com os OSP, em todos os níveis, com ampliação e aperfeiçoamento de operações interagências, sobretudo após os Grandes Eventos (GE) e, recentemente, a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e a Operação Acolhida em Roraima.

A inexistência de uma Política de Estado para a Segurança Pública constitui, simultaneamente, uma oportunidade e uma ameaça. A ausência de clareza sobre a atuação



das FFAA-Brasil e os demais órgãos do Estado leva à vulgarização do empenhamento do Poder Militar, abrindo espaço para o “uso político” a favor do interesse de governos, uso por inércia de outros setores responsáveis, ou por incapacidade de governação. Nesse contexto de empenhamento em amplo espectro, as FFAA-Brasil tendem a dispersar meios, restringindo suas capacidades, podendo comprometer sua credibilidade e efetividade no cumprimento das suas missões no vasto território nacional.

Na dimensão econômica, ainda que sejam efetuados reforços ao orçamento da Defesa, quando as FFAA-Brasil são acionadas para missões de apoio governamental, surge a possibilidade de aquisição de PRODE. Por outro lado, a médio e longo prazos, considerando o cenário de déficit orçamental sistêmico, a insuficiência de recursos financeiros para a sustentação dos meios já adquiridos pode ser “restritiva” às atividades de custeio das FFAA-Brasil, restringindo gradativamente sua capacidade de atuação.

No tocante à dimensão social, assume-se que as FFAA-Brasil contam com o apoio da sociedade, na medida que a presença militar e o êxito regular de suas ações transmite a sensação de segurança. Este indicador é o fiel da balança, o limite para “inversão de tendência”, pois a necessidade de suporte do Estado face às AT é inquestionável, mas a solução não pode concorrer para a própria (in)segurança da população, caso ocorra desproporcionalidade de força, perenidade das operações ou condutas impróprias de militares.

Na dimensão legal se encontram os maiores desequilíbrios entre oportunidades e ameaças, conforme se observa nas Figuras 16 e 17, deixando claro que os reflexos do ordenamento jurídico atual “restringem” a atuação das FFAA-Brasil, pela insegurança jurídica que aflige os militares em ações de combate contra cidadãos brasileiros, a despeito de serem criminosos e com arsenais bélicos de relevo. Adicionalmente, o quadro legal em vigor é anacrônico ao contexto atual, é permissivo à sustentação das Orccrim, “dificultando” a repressão e a efetivação do ciclo completo de polícia, que deveria iniciar com a investigação e culminar com a prisão dos perpetradores.

#### **3.4. Síntese conclusiva**

Diante do exposto, infere-se que as oportunidades e ameaças evoluem conforme o cenário e a postura dos intervenientes, que também interagem mutuamente. Observa-se a prioridade dos aspectos políticos na abordagem qualiquantitativa; é evidente a sustentação propiciada pelos aspectos econômicos para o empenhamento das FFAA-Brasil; assim como nota-se a relevância das restrições impostas pelos aspectos legais na atuação do poder militar.



Entretanto, reside nos aspetos socioambientais o carácter prevalente, pois no cenário brasileiro atual agem como indutores sobre os demais, seja pela capacidade de amplificação, seja pela pressão exercida sobre a governação nacional, principalmente num Estado Democrático, em que a sociedade exerce o papel prioritário, de maneira que o ambiente externo, pese as restrições, é favorável à atuação das FFAA-Brasil contra a AT.

Tais inferiões podem ser resumidas graficamente, por meio do exposto na Figura 17.

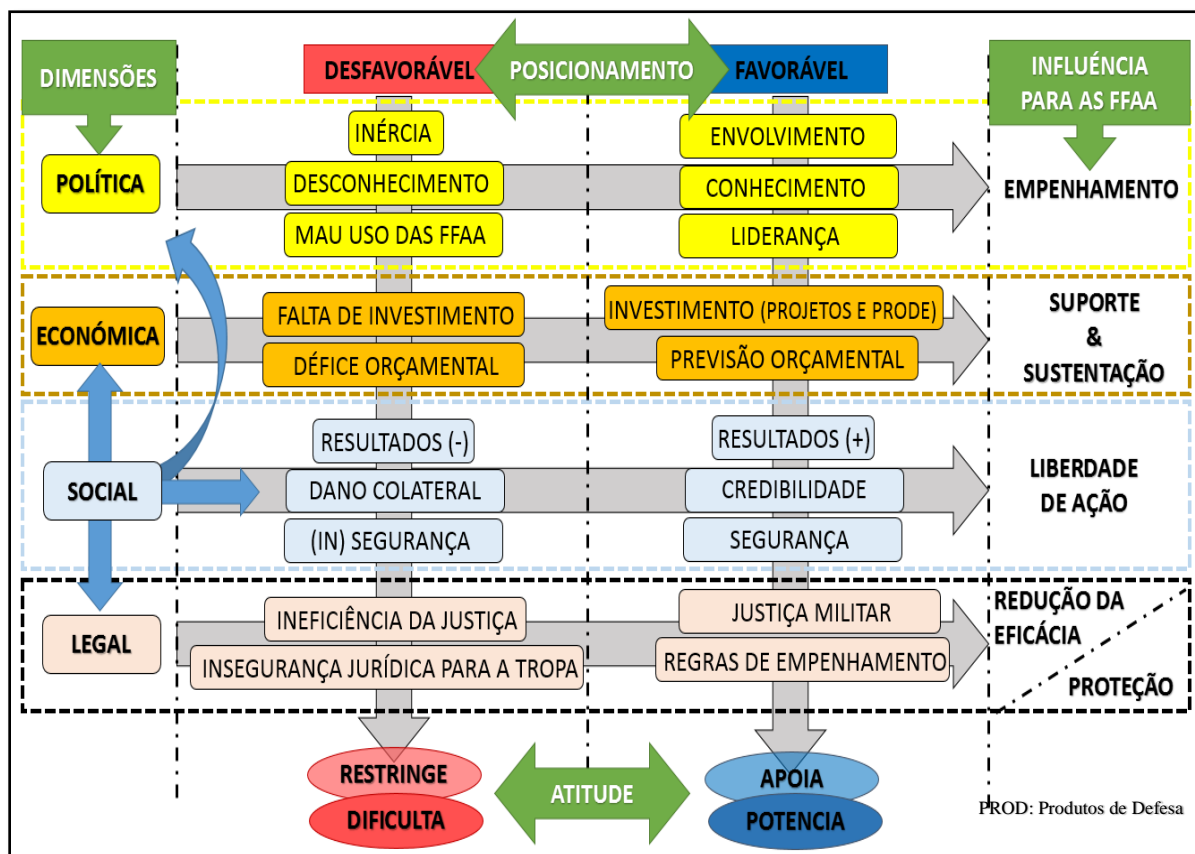


Figura 17 – Dinâmica de relação entre as dimensões PESTEL e a atuação das FFAA



#### 4. Os atuais desafios das FFAA-Brasil face às Ameaças Transnacionais

Para identificar os atuais desafios das FFAA-Brasil face às AT é necessário conhecer o seu papel nos diversos níveis de planejamento e execução (Político, Estratégico, Operacional e Tático) e situar o seu posicionamento num cenário de operações de não guerra.

Nesse contexto, as FFAA-Brasil realizam interações com organismos de Estado afetos à Segurança Pública e à Defesa Civil, para além de agências governamentais, caracterizando a importância da relação entre os diversos atores para alcançar resultados efetivos num ambiente Interagência (Anexo D). Tal doutrina, no âmbito do EB, estabelece fundamentalmente a Colaboração Interagência, que enquadra quatro níveis de atuação, de acordo com o grau de relação entre os distintos órgãos: i) Minimização de efeitos, ii) Coordenação, iii) Integração e iv) Parceria genuína (EB, 2013).

No tocante às AT, salienta-se duas recentes e importantes estruturas: o PPIF, que contribui para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão aos delitos transnacionais, tendo como principal finalidade a integração de diversos órgãos federais e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que visa integrar os OSP (polícias civis, militares e federais, as secretarias de segurança, os agentes penitenciários e as guardas municipais) nas áreas de partilha de dados, operações e estruturas para o combate às Ocrim vinculadas aos ilícitos transnacionais (Fonseca, 2019).

##### 4.1. Estratégia de análise, categorização e indicadores

Considerando o cariz subjetivo do aspeto a conhecer neste capítulo, a análise dos atuais desafios se baseou em duas técnicas, para além de redundantes, sobretudo complementares: primeiramente o DSC, orientado pela Tabela 7, que aponta as categorias inseridas no *DSCsoft 2.0*, conforme Apenso A – DSC 4, para as perguntas P9 e P10 (Apêndice A – 4) e, posteriormente, a matriz SOWT, que apoiou a organização e categorização dos desafios e as suas estratégias de enfrentamento para se alcançar a solução da QC.

Tabela 7 – Organização do DSC sobre os atuais desafios das FFAA-Brasil

<b>QD 4</b>	Quais são os atuais desafios das FFAA-Brasil e como os enfrentar, face às novas ameaças transnacionais?			
<b>Categorização</b>				
<b>P9</b>	<b>Papel das FFAA-Brasil</b>	Orientação Coordenação	Colaboração	Atuação Operacional
<b>P10</b>	<b>Desafios</b>	Nível Político-Estratégico	Nível Operacional-Tático	Transversal aos Níveis



## 4.2. O Discurso do Sujeito Coletivo para atuais desafios das FFAA-Brasil

### 4.2.1. O papel das Forças Armadas brasileiras

#### 4.2.1.1. Orientação - Coordenação

Não cabe às FFAA-Brasil assumirem um papel aos níveis político ou estratégico, que não seja de coordenação interministerial com os diversos atores envolvidos. O Estado brasileiro já visualizou a possibilidade de desenvolver o PPIF, tornando-o um instrumento de orientação e coordenação para as questões de fronteira, onde participam todos os órgãos com incumbência na Segurança Pública, ou fiscalização de fronteiras e proteção ambiental.

Tal postura permitirá mais coordenação com alcance ao nível regional, porém com ligações e coordenações extrarregionais. Ao nível político, por meio do MD e dos Comandantes das FFAA, o papel deve centrar-se no diálogo junto aos decisores para que haja a plena implementação do PPIF, sem limitações, valorizando as instituições de Estado. Adicionalmente, quando a segurança é afetada por instabilidade regional, o emprego das FFAA pode ser coordenado em convergência de ações com países vizinhos.

#### 4.2.1.2. Colaboração

As FFAA-Brasil devem desempenhar um papel colaborativo, uma vez que as competências para atuação contra as AT são, prioritariamente, de outras instituições do Estado. Além disso, as FFAA-Brasil não são formadas e treinadas para gerir as dificuldades do Estado, decorrentes de políticas públicas erradas. As FFAA-Brasil devem empenhar suas capacidades, como integrantes da estrutura da Defesa, de forma a que esta possa contribuir com sua estrutura para a Segurança Multidimensional.

As capacidades operacionais que são voltadas para a Defesa podem ser adaptadas ao duplo uso, em colaboração ao combate às AT. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um recurso voltado à monitorização das fronteiras, que pode ser aplicado contra essas ameaças.

O papel das FFAA-Brasil no combate às AT não se deve simplesmente voltar para atuação ostensiva de militares na rua com base na “quantidade”. Esta postura é contrária ao princípio da “economicidade”, gasta-se demasiado para pouca produtividade. A atuação maciça já deixou de ser tão colaborativa, importante e eficaz.

Na Intervenção Federal, no Rio de Janeiro, foram promovidos processos de capacitação e valorização dos quadros, reorganização das Polícias e transferência de *know-how*. Também se concluiu que uma das maiores vulnerabilidades da Segurança Pública



estadual estava no hiato cognitivo e tecnológico da sua própria estrutura organizacional, que pode ser melhorada através da participação colaborativa das FFAA-Brasil.

Assim, investiu-se na transferência de conhecimentos e capacidades de gestão de pessoal, material, recursos e informações. Naquela altura, as FFAA-Brasil atuaram como entidade consultora dos órgãos de segurança, apoiando a reestruturação necessária e provendo seu melhor funcionamento, e não simplesmente substituindo-os nas operações. A postura deve ser de colaboração com os OSP, proporcionando acesso às informações, apoio logístico, treino e estruturas de C2, como o SISFRON e os Centros de Operações dos Comandos Militares de Área (C Cop/C Mil A).

#### 4.2.1.3. Atuação operacional

Ao nível operacional existe um plano de ação que prevê a criação de um Centro Nacional de Monitoramento de Crimes Transnacionais. As FFAA-Brasil devem colaborar para a edificação de uma arquitetura de segurança cooperativa eficiente e eficaz.

Na faixa de fronteira, as FFAA têm vindo a ampliar sua atuação no patrulhando, usando o poder de polícia para realizar prisões em flagrante, em complemento à atuação da Polícia Federal. Os Pelotões Especiais de Fronteira do EB realizam reconhecimentos e vigilância constantemente. Ou seja, o papel operativo das FFAA-Brasil, de acordo com as leis em vigor, dá-se prioritariamente em prevenção e, complementarmente, em repressão aos crimes transfronteiriços e ambientais, estando o protagonismo dessa atividade aos órgãos federais, que têm essa missão constitucional tipificada.

#### 4.2.2. Desafios face às Ameaças Transnacionais

##### 4.2.2.1. Nível Político-Estratégico

Ao nível Político-Estratégico, considerando que as FFAA-Brasil não devem ter um envolvimento regular no combate às AT, apenas atuar subsidiariamente, talvez o desafio mais difícil seja o enquadramento legal, no tocante à definição de um órgão que organize e coordene todos os demais envolvidos.

Outros desafios relevantes estão na colaboração continuada com as instituições que têm a missão constitucional de prevenir e reprimir crimes transnacionais e ilícitos conexos; no apoio ao processo de consolidação do PPIF e SUSP; na manutenção da representação no Sistema Nacional de Segurança Pública (SENASP), contribuindo com assessoria; e no acompanhamento das ações dos órgãos vinculados. Este conjunto de iniciativas facilita as ligações entre os órgãos envolvidos e estimula a criação de um Comando Interagências, que poderia estar subordinado diretamente à Presidência da República, através do GSIPr.



Ressalta-se, ainda, a necessidade de definição do escopo de atuação das FFAA-Brasil na área de Segurança Pública, relativamente ao que deve ser prioridade. Segurança e Defesa são deveres do Estado, cujos encargos não são compreendidos pela população.

Em termos conceituais, para além da perspectiva ortodoxa e cartesiana que é característica das FFAA-Brasil, um grande desafio é o de fazer uma redefinição do problema, conduzindo uma nova leitura do ambiente estratégico, a fim de adequar as FFAA-Brasil às novas dinâmicas e ameaças. Uma nova abordagem estratégica permitirá combater o zelo excessivo ou a ausência de iniciativa, tornando a postura das FFAA-Brasil mais ousada e eficiente.

#### 4.2.2.2. Nível Operacional-Tático

O desafio passa pela dificuldade de coordenação entre as FFAA-Brasil e as diversas agências federais, estaduais e municipais. É importante estar a par das ações realizadas por estas agências, mantendo uma ligação permanente. Deste modo, fica facilitada a atuação das FFAA durante o acionamento dos meios militares para apoiar algum estado da Federação.

Tal como já referido, na luta contra o COT, o desafio não é colocar militares na rua, mas conseguir influenciar na cultura organizacional dos OSP e fazer com que as forças policiais trabalhem de forma colaborativa e coordenada, ao nível tático. Complementarmente, o futuro das ações de proteção das fronteiras baseia-se numa grande mobilidade tática, proporcionada por vetores aéreo, terrestre e fluvial e trabalhos minuciosos de Informações.

#### 4.2.2.3. Transversal a todos os níveis

A nova complexidade do mundo, da sociedade pós-industrial, em contraponto com a cultura da instituição militar, típica da sociedade industrial, dificulta a interpretação desta nova realidade. A atual estrutura conceptual é rígida e anacrónica. Defesa, no sentido tradicional, significa manutenção da integridade territorial perante uma ameaça, proveniente de uma Força Regular de outro Estado. Este modelo dificulta a interpretação de novas dinâmicas, realidades e paradigmas.

O desafio para as FFAA-Brasil consiste em ultrapassar esta estrutura conceptual e em desenvolver capacidades, ao nível estratégico e operacional, que contribuam para as capacidades requeridas pela Defesa, passíveis de atuação contra as AT e que tenham dualidade de emprego, em ambiente interagência. Neste sentido, é necessário manter atualizado os Planeamentos Estratégicos e os Projetos de Força para a aquisição e a manutenção das capacidades desejadas face às AT.



As FFAA-Brasil devem elevar a mentalidade colaborativa, que ocorre nas operações interagência, ao caráter sistêmico, duradouro, voltado para o desenvolvimento de ações continuadas contra essas ameaças. Não se deve pensar em emprego singular, o emprego das FFAA-Brasil estará sempre no contexto Conjunto.

A coordenação institucional nos níveis Político-Estratégico e Operacional-Tático deve ser estimulada, de forma a contribuir para edificação de uma arquitetura de segurança cooperativa eficiente e eficaz com o PPIF; estimular a integração dos meios tecnológicos de monitorização disponíveis, que podem ser compartilhados, juntamente com as informações. Esta capacidade propiciará intervenções oportunas e precisas, com o mínimo custos.

A coordenação das ações e a troca de informações permanente são os grandes objetivos a serem alcançados, particularmente entre os níveis estadual e federal. Constitui um desafio às FFAA-Brasil convencer, em todos os níveis, a importância de manter boas fontes de informações. Embora já existam, a comunicação e a partilha de dados ainda são restritas e isto permitirá um denominador comum: “onde”, “quando” e “como” combater as AT. Neste sentido, o Sistema de Informações das FFAA deve ser mantido em ligação permanente com os congêneres policiais e de fiscalização de fronteiras.

Por fim, destaca-se a necessidade de atingir maior domínio da dimensão informacional das operações, a qual permeia os níveis Estratégico e Operacional, mas ainda está aquém das possibilidades de aproveitamento.

Em uma abordagem gráfica, as Figuras 18 e 19, complementam esta análise.

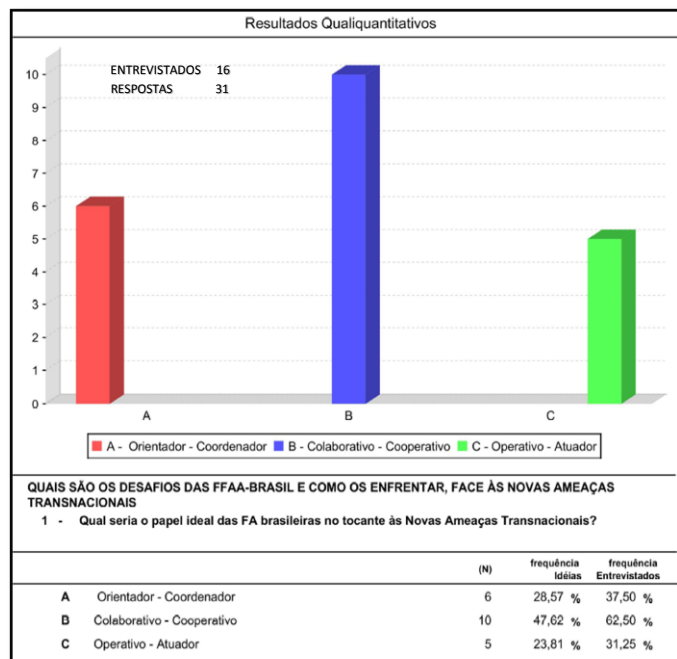


Figura 18 - Representação Qualiquantitativa do DSC para P9

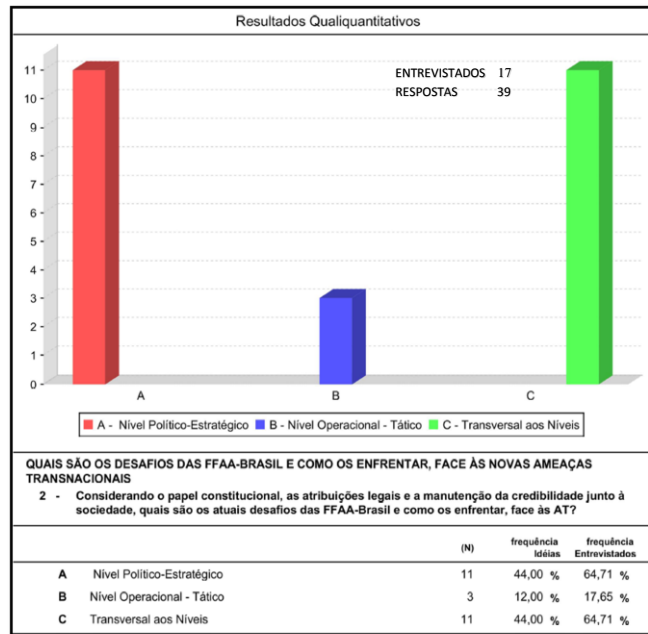


Figura 19 - Representação Quali-quantitativa do DSC para P10

Verifica-se na primeira figura que a prevalência de uma postura “colaborativa” para definir o papel ideal das FFAA-Brasil face às AT, pela efetividade, benefícios e por se enquadrar melhor nas características, capacidades e concepção de emprego dessa instituição militar, subjacente ao quadro jurídico vigente no País, sendo as demais atitudes ainda relevantes e complementares. Já no tocante aos desafios, observa-se igual destaque aos níveis “Político-Estratégico” e “Transversal”.

Não obstante o próprio DSC sobre os desafios das FFAA-Brasil já constituir a resposta para a QC, algumas ideias mais relevantes foram sintetizadas e enquadradas nos níveis de planejamento supramencionados (Apêndice J), sem desconstruir o discurso em sua plenitude.

#### 4.3. Caracterização dos desafios segundo a análise SWOT

Em outra forma de abordagem, a análise SWOT permitiu duas grandes valias à investigação: a primeira, de cariz qualitativo, por meio da identificação dos possíveis desafios da FFAA-Brasil, incluindo a categorização das formas de enfrentamento, e a segunda, quantitativa, que aponta o estado situacional das FFAA no contexto do combate às AT, apresentando opções para a organização do esforço, de acordo com as estratégias que a Instituição optar por seguir.

Para alcançar o primeiro contributo, foram realizadas todas as combinações julgadas coerentes com as variáveis disponíveis, a partir da interação das capacidades do ambiente interno (potencialidades e vulnerabilidades), à luz das capacidades das FFAA-Brasil (Apêndices D e E) com a influência do ambiente externo (oportunidades e ameaças), segundo as dimensões PESTEL (Apêndices F e G). Neste caso, verificou-se a ocorrência de



38 desafios, distribuídos em quatro áreas de convergência, com destaque para os 1º e 3º quadrantes, ambos com 11 desafios, caracterizando essas áreas como aquelas de maior incidência de desafios, conforme a Figura 20. Essa lista completa, incluindo as estratégias para combatê-los encontra-se no Apêndice H.

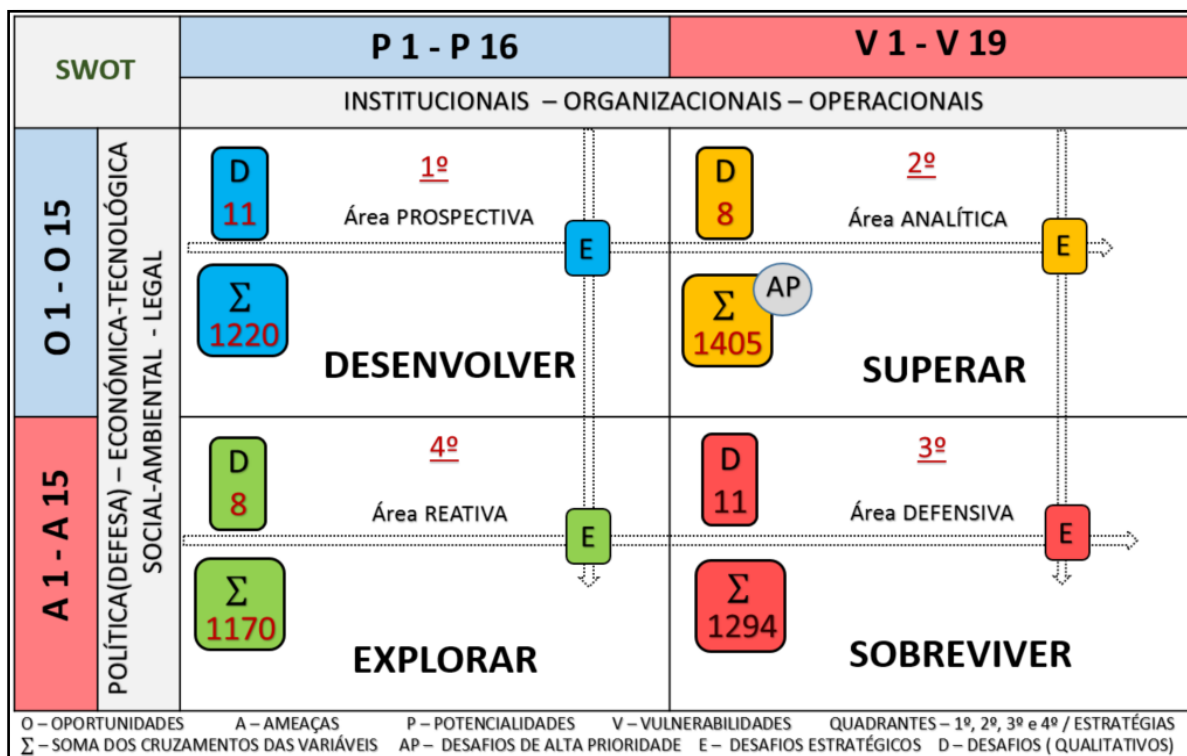


Figura 20 – Metodologia empregada na análise SWOT

Posteriormente, foram realizadas somas de todas as variáveis supramencionadas (Apêndices D a G), que reagiram mutuamente, gerando valores numéricos para áreas de convergência na matriz SWOT, sendo possível identificar a localização da maior concentração de desafios para as FFAA-Brasil no “2º quadrante”, área de convergência entre as Vulnerabilidades (ambiente interno) e Oportunidades (ambiente externo), ou seja, aqueles que suscitaram maior atenção dos entrevistados (AP). Foram ainda identificados os desafios estratégicos (E) para todos os quadrantes, a partir da convergência das faixas com maiores pontuações, distinguindo (em todas) as “capacidades organizacionais” com a “dimensão Política”, como mostra a Figura 20, e cujo detalhamento se encontra no Apêndice I.

#### 4.4. Síntese conclusiva

Após a realização da análise por duas ópticas distintas, porém complementares, infere-se que, pese embora os desafios das FFAA-Brasil sejam identificados em todos os níveis, eles são concorrentes, complementares e consequentes, de modo que a sua execução, para ser efetiva, deve ser necessariamente transversal.



Nesse sentido, constatou-se também que o alinhamento entre os atores militares nos diversos níveis é fundamental, sendo que é no Estratégico onde se encontram predominantemente os principais interlocutores das FFAA-Brasil no âmbito do Estado, os decisores de mais alto nível, a quem cabe também orientar, planejar, estruturar e conduzir os rumos da instituição, exercendo, também, o protagonismo na quebra de paradigmas, adaptação, flexibilização e cooperação, patrocinando as mudanças necessárias junto aos escalões subordinados e exercendo influência junto ao nível político.

Nesse contexto, sem objetivar a minimização do conteúdo já apresentado, assume-se uma interpretação “integradora” e “sintética” para os desafios das FFAA-Brasil:

- Adotar, face às AT, os aspectos doutrinários e características das operações em “ambiente interagência”, cuja essência se distingue pela “colaboração” (coordenação, integração e parceria genuína), considerando a eficácia já comprovada em complexas operações que as FFAA-Brasil participaram nas últimas duas décadas.

- Alinhar institucionalmente essa “postura colaborativa”, desde o nível mais alto que as FFAA-Brasil possam exercer influência (político) até o nível tático, por iniciativa e com o estímulo por parte dos mais altos escalões, em função da transversalidade desse contributo aos referidos níveis, identificado como essencial à obtenção de eficiência aos resultados.

- Edificar, já no dia-a-dia, o relacionamento com atores e instituições civis e militares, que normalmente são envolvidas face às AT, para alcançar, progressivamente, a “atitude cooperativa” que normalmente ocorre quando são acionados os gabinetes de crises nas operações interagências (episódicas) e atividades subsidiárias (emergenciais).

- Alargar a colaboração, desde a condição transitória até a situação de cariz sistêmico, regular e perene, com foco na partilha de informações, apoio de conhecimento técnico, fornecimento de tecnologias, e no empenho mútuo de meios, ampliando as capacidades dos órgãos de segurança e controle, garantindo maior presença e efetividade já nas atividades preventivas de rotina, reforçando ainda a capacidade dissuasória contra as Orcrim.

- Desenvolver as capacidades operacionais das Forças Singulares para adotar a estratégia de empenhamento conjunto e consolidar as capacidades da Defesa que atendam ao duplo uso (Defesa/Segurança – Cooperação Governamental), desde o tempo de normalidade, a fim de garantir a disponibilidade permanente das FFAA-Brasil ao Estado brasileiro.

- Exercer interlocução permanente, isenta e profissional junto aos representantes dos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judicial), salvando as competências dos



diversos níveis, para a leitura continuada do ambiente estratégico, nomeadamente no tocante aos impactos das AT no território brasileiro, no contexto atual, destacando ainda a necessidade de enquadramento das FFAA e demais OSP em uma arquitetura securitária nacional, com a definição do seu escopo de atuação, segurança jurídica, estrutura e orçamento; tudo isso subordinado a uma Política de Segurança Nacional.

Sinteticamente, a Figura 21 consolida as análises para os atuais desafios das FFAA-Brasil e os situa, em abrangência e importância, destacando sua transversalidade aos “níveis” de planejamento e execução, a influência dos “ambientes” externo e interno, bem como as principais “relações” entre os atores de relevo responsáveis para sua execução.

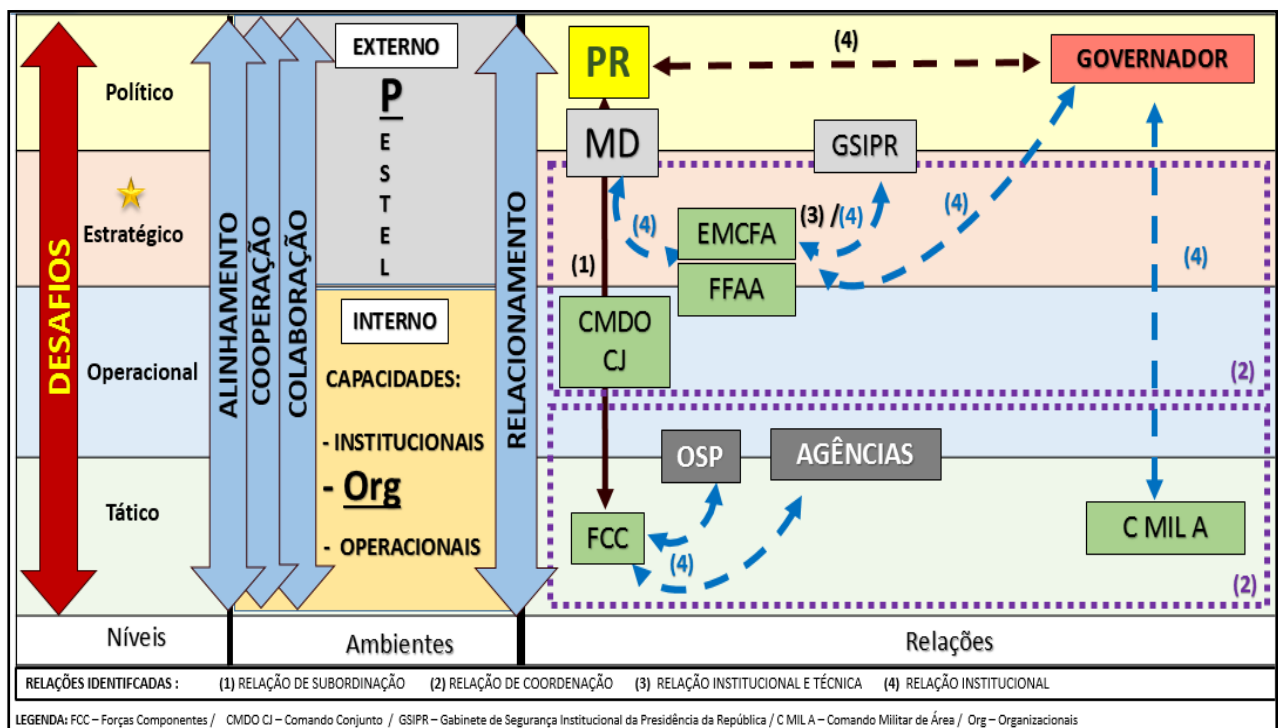


Figura 21 – Representação gráfica dos desafios das FFAA-Brasil



## **Conclusões**

Diante do paradoxo da “Paz Violenta na América do Sul”, que desponta estatisticamente entre as regiões mais violentas do mundo, não obstante a ausência de conflitos declarados, de média e alta intensidade, entre Estados, esta investigação propôs-se, inicialmente, por compreender a realidade das AT nessa região, com base na projeção dos indicadores de impacto, de amplitude e de recorrência através do território brasileiro, tendo sido constatada a eficácia dessa escolha, que permitiu, por meio de abordagem qualiquantitativa, uma radiografia atual e contextualizada dessa primeira problemática.

De seguida, a partir da compreensão desta realidade, a investigação centrou-se na análise dos atuais desafios das FFAA-Brasil face às AT. Nesse caso, foi necessário decompor o problema em partes: conhecer o ambiente de atuação das FFAA-Brasil, o que tem motivado o frequente empenhamento; suas potencialidades e limitações; de que forma o ambiente externo influencia o desempenho e, finalmente, como as FFAA-Brasil têm gerido essa questão. Em todos esses passos mencionados, não houve limitações às respostas, permitindo, ao final, o atingimento do que fora proposto.

### **Sumário das grandes linhas do procedimento metodológico seguido**

A investigação foi coerente com uma construção progressiva do conhecimento. O trabalho foi dividido em quatro capítulos, que acomodaram sucessivamente as QD e a QC; todas associadas aos OE e OG.

Como modelo de análise, deu-se preferência à abordagem qualiquantitativa. A investigação baseou-se em grande medida na síntese de análises bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas, permitindo a reunião de conhecimento relevante e atualizado.

Procurou-se rigor na análise da informação resultante das entrevistas, a partir das ferramentas PESTEL, SWOT e, principalmente, do DSC, por meio do *DSC soft 2.0*, que auxiliou a reunião, a organização e a tabulação das informações com mais assertividade, além de acrescentar contributo qualiquantitativo à investigação.

### **Avaliação dos resultados obtidos**

A abordagem qualiquantitativa permitiu uma radiografia atual e contextualizada das AT e nesse contexto foi possível compreender o fenómeno da “Convergência e Hibridização”, tendência conceptual que enquadra as mais variadas AT, provenientes de distintos atores não estatais e sob a conveniência, inépcia ou incapacidade de Estados frágeis.



Constatou-se que as AT se articulam, se reinventam e se multiplicam, de forma cada vez mais complexa e desafiadora às FFAA-Brasil, aos agentes do Estado e à própria capacidade de governação dos mesmos; tudo isso no âmbito de um cenário no qual a Segurança deve ser entendida como multidimensional; dessa forma respondeu-se a QD1 e, conseqüentemente, atingiu-se o OE1.

No segundo capítulo, por meio do DSC, foi analisado o ambiente de atuação das FFAA-Brasil, que indicou resultados positivos para o seu desempenho face às AT, seja na vasta faixa de fronteira, incluindo as águas interiores e o espaço aéreo, seja nas grandes cidades já mapeadas pelas Orcrim, alcançando todo território brasileiro. Tal eficácia resulta da consolidação de um sólido e amplo conjunto de capacidades que perpassa aos níveis de planejamento e execução, permitido que as potencialidades das FFAA-Brasil suplantem as vulnerabilidades, respondendo a QD2.

No terceiro capítulo, após análise do ambiente externo, verificou-se que a atuação das FFAA-Brasil é influenciada em todas as dimensões, enquadradas em oportunidades ou ameaças, ou de ambas vertentes, mas sob aspectos diferentes, que variam com os atores envolvidos, com os cenários e em função das motivações. Tais dimensões estabelecem relações que variam desde o simples apoio até a imposição de dificuldades de atuação do instrumento militar do Estado. Assim, ficou evidenciada a capacidade de influência da dimensão social sobre as demais, pela pressão que exerce sobre o poder público num Estado democrático. No caso brasileiro, as FFAA já consolidaram reconhecida credibilidade perante a sociedade, que lhe confere legitimidade à sua atuação face às AT, respondendo a QD3.

No último capítulo, foram analisados os atuais desafios das FFAA-Brasil face às AT e as estratégias para enfrentá-los, concluindo-se sobre a sua transversalidade aos diversos níveis, as ações a realizar, desde a revisão do enquadramento conceptual até o *modus operandi* das FFAA e que exigem o desenvolvimento de atitude cooperativa para o estabelecimento de relações colaborativas sistêmicas e continuadas entre todas as instituições envolvidas com a temática da Segurança e Defesa para efetiva resposta interagência face às AT, respondendo a QC e alcançando-se o OG.

### **Contributos para o conhecimento**

Coerente com o objeto desta investigação, foram apresentados quatro linhas de ação (LA), a perspetivar estratégias de atuação no âmbito das FFAA-Brasil para os respetivos desafios identificados. Tal contributo foi produto da convergência de duas técnicas de



análise: o DSC e a análise SWOT, a partir da interação das potencialidades e vulnerabilidades (capacidades das FFAA) com as oportunidades e ameaças (dimensões PESTEL). Em complemento, foram apresentados quatro Planos de Ação, que sugerem ideias práticas a contribuir para a execução das aludidas LA, conforme o Apêndice H.

### **Recomendações e outras considerações de ordem prática**

Uma resposta plena face às AT passa, inevitavelmente, pela colaboração entre os países limítrofes, portanto sugere-se a inclusão/ intensificação desse tema nas reuniões bilaterais de Defesa e de Estados-Maiores das FFAA dos países da América do Sul.

No tocante ao treino das FFAA face às AT, sugere-se: a utilização dos conceitos de “Convergência e Hibridização” e “Segurança Multidimensional” para contextualização dos quadros situacionais e a exploração da “Dimensão Informacional” e da doutrina das “Operações Interagências” na execução das atividades.

Sugere-se, ainda, o aperfeiçoamento continuado do conjunto de capacidades de Defesa para o duplo uso, considerando a tendência de manutenção de atuação das FFAA-Brasil face às AT.

### **Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras**

A vasta quantidade de bibliografia disponível, com temas transversais às AT suscitou uma minuciosa pesquisa para não se perder o foco no tema já delimitado.

Na sequência desta investigação, sugere-se particular atenção para a seguinte temática:

- a atuação das FFAA nas operações interagências, ao nível combinado, face às AT na América do Sul;
- o papel das FFAA como instrumento indutor para edificação de uma “Comunidade de Segurança” na América do Sul, a partir da abordagem de prevenção e repressão às AT; e
- estudo comparativo, no âmbito dos países da América do Sul, no tocante ao empenhamento das suas FFAA face às AT.



## **Bibliografia**

- Abreu, G. S. (2009). Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada? *Revista A Defesa Nacional*, p.31-42. 3. Quadrimestre 2009. Brasília.
- Alvesson, M. and Deetz, S. (2000). *Doing Critical Management Research*, Sage, Thousand Oaks, CA.
- Ayoob, M. (1992). Security Predicament of the Third World State: Reflections on State-Making in a Comparative Perspective In: Job, Brian (Ed.). *The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States*. Boulder, C.O.: Lynne Rienner Publishers, 1992, p. 63-80.
- Barradas, J.S. (2015). Defesa e Segurança: Conceituação e Entrecruzamento entre Disciplinas. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v.30, n.61, p.11-36, jul/dez.2015.
- Battaglino, J.M. (2012). The coexistence of peace and conflict in South America: toward a new conceptualization of types of peace. *Rev. Bras. Polít. Int.* 55 (2), pp131-151.
- Belhot, A. P. (2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. São Carlos: Gest. Prod.
- Brasil. (1983). Lei nº 7.170, de 14 DEZ 1983, Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências
- Brasil. (1999). Lei Complementar nº 97, de 9 JUN 1999, Normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 SET 04, e pela Lei Complementar nº 136, de 25 AGO 10.
- Brasil. (2001). Decreto Federal nº 3.897, de 24 AGO 01, Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO).
- Brasil. (2001). Parecer da Advocacia Geral da União nº 025, de 10 AGO 01, Atuação das Forças Armadas em caráter emergencial e temporário, na preservação da ordem pública.
- Brasil. (2002). Decreto Federal Nº. 4.332, de 12 AGO 02. Planejamento, a coordenação e a execução das medidas de segurança a serem implementadas durante as viagens presidenciais em território nacional.
- Brasil. (2002). Decreto Federal nº. 4.411, de 07 de outubro de 2002. Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação ambiental.



- Brasil. (2002). Decreto Federal nº. 4.412, de 07 de outubro de 2002. Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas.
- Brasil. (2004). Exército Brasileiro. Portaria nº 736 – Comandante do Exército, de 29 OUT 04. Diretriz Estratégica de Garantia da Lei e da Ordem, e dá outras providências.
- Brasil. (2005). Exército Brasileiro. COTER. Diretriz de Comando nº 03/05. Preparo e Emprego da Força de Contingência para Operações de Garantia da Lei e da Ordem.
- Brasil. (2009). Exército Brasileiro. COTER. Diretriz de Planeamento Operacional nº 04/09. Emprego de a F Ter na situação de normalidade institucional no âmbito interno.
- Brasil. (2012). Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Casa Civil da Presidência da República
- Brasil. (2012). Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.
- Brasil. (2012). Política Nacional de Defesa. Brasília: Casa Civil da Presidência da República
- Brasil. (2014). Exército Brasileiro, Plano Estratégico do Exército 2016-2019, Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército (Portaria nº 1.507, de 15 de dezembro), Brasília: Boletim do Exército.
- Brasil. (2016). Decreto Federal nº.8.903, de 16 de novembro de 2016. O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), acedido pelo (link [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm)).
- Brasil. (2017). Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria, 2017. 64 p.
- Brasil. (2000). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Casa Civil. (2010). Normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto), Brasília: Diário Oficial da União.
- Castro, T. (1994). Espaços Geográficos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército BIBLIEX.
- Cervo, A. L. (2008). A crise da América do Sul e a solução diplomática. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais MERIDIANO 47, Nr 92. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Março, p.46. Versão eletrônica disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1046>



- CIMAV. (2019). Acesso em 2019, disponível em [http://www.oficina.pt/empreendedorismo/comunicacao-e-marketing/CIMAVE\\_secpro\\_ComMark\\_ApresAnaliseSWOT.pdf](http://www.oficina.pt/empreendedorismo/comunicacao-e-marketing/CIMAVE_secpro_ComMark_ApresAnaliseSWOT.pdf)
- Coelho, H. G., & Dominguez, L. (2016). Diagnóstico e recomendações estratégicas numa empresa da restauração: contributos da análise de Porter, SWOT e PESTEL. Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, U.PORTO FEP Economia e Gestão, Porto.
- Collier, P. E. (2003). *Breaking the conflict trap: Civil war and development policy*. Washington, D.C.: World Bank - Oxford University Press.
- Cresswell, J. W. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed methods approaches*. 4a Edição ed. s.l.:SAGE.
- DATAFOLHA. (2019). Avaliação das instituições – Instituto Datafolha – Abril de 2019. São Paulo: FOLHA DE SÃO PAULO. Acesso em 10 de maio de 2019, disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>
- EB. (2013). Operações em Ambientes Interagência (EB20-MC-10.201). Estado-Maior do Exército. Brasília: EGGCF.
- EB. (2015). Catálogo de capacidades do Exército. EB20-C-07.001, Exército. Estado-Maior do Exército. Brasília: EGGCF.
- Figueiredo, M. Z., Brasília, C. M., & Goulart, B. N. (2013). Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualitativa. 129-136. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>
- Fonseca, A. R. (2019). A Paz Violenta e as Novas Ameaças Transnacionais na América do Sul: os atuais desafios das FFAA-Brasil. (A. L. Barbosa, Entrevistador)
- GSIPr. (2018). Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF. Planejamento Estratégico, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPr, Brasília.
- IUM. (2016). Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação. Lisboa: IUM.
- Lefreve, F. L. (2014). Discurso do Sujeito Coletivo: Representações sociais e Intervenções comunicativas. *Relato de Experiência*(23 (2)), 502-7. Fonte: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014000000014>



- Marques, V. S. (2019). *As alterações climáticas e o seu impacto na segurança internacional*. Lisboa: IUM.
- MD. (2012a). *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa Nacional do Brasil. Fonte: <https://www.desesa.gov.br/estado-e-defesa>
- MD. (2012b). *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa do Brasil. Fonte: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)
- MD. (2017). *Cenários de Defesa 2020-2039 - Sumário Executivo / Ministério da Defesa (MD)*. MD, Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN), Brasília.
- MD. (2018). *Histórico de Operações de Garantia da Lei e da Ordem 1992-2018*. Chefia de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD). Brasília: MD.
- ONU. (2004). *A more security world? our share responsibility*. New York.
- ONU. (2004). *Relatório do Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças*. Fonte: ONU A/59/565: <http://www.un.org/secureworld/>
- Paladino, P. A. (2002). *Caracterización de las amenazas transnacionales a la seguridad*. Rede de Seguridad Defensa de América Latina - RESDAL. Fonte: <http://www.resdal.org.ar/Archivo/d00001c8.htm>
- Rosas, J. L., & Torres, L. W. (2018). *Los Ejércitos y el sistema internacional contemporáneo: Nuevas Amenazas, Tendencias e Desafios*. Departamento del Ejército.
- Rudizit, G. Nogami, O. (2010). *Segurança e Defesa Nacionais: conceitos para uma análise*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.53, n.1, p.5-24, 2010.
- Saint-Pierre, H. (2015). *Breve Reflexión sobre el empleo de las Fuerzas Armadas*. *Revista Voces en el Fênix*, 48, pp 14-21.
- Stevaux, J. (1996). *Missão dos Elementos de Fronteira: manutenção da integridade territorial ou vivificação da faixa de fronteira*. Dissertação de Mestrado do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.
- Tolteca. (2019). *Tutorial do DSCsoft 2.0*. Tolteca Informática. Acesso em 16 de abril de 2019, disponível em <http://www.tolteca.com.br/dscsoft20.aspx>
- Vicente, P.A.R. (2011). *As Forças Armadas e a Segurança Interna. O Caso Nacional*. *Revista Militar* N.º 2512, maio de 2011, pp 771 – 789
- Xavier, A. I. (2019). *Conferencia no Ambito do CPOG 2018/19 - OIE 01 . A atual Orem Internacional. O Cerco à Europa*. IUM, Lisboa.



## **Anexo A — Corpo de Conceitos**

**Agência** é uma organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituída, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional.

**Ameaças** são atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas ou pela população em geral.

**Ameaças Transnacional** são o conjunto de circunstâncias que, integradas, constituem um fator potencial da ocorrência de danos que interagem entre diferentes atores estatais e não estatais, para além de suas fronteiras nacionais.

**Ameaça à segurança internacional** é qualquer evento ou processo que conduza a mortes ou diminuição das possibilidades de vida, em larga escala, e debilite os Estados como a unidade básica do sistema internacional, deve ser considerado uma ameaça para a segurança internacional.

**Atividade (AT)** Conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou de similaridade, cujos resultados concorrem para o desenvolvimento de uma determinada função de combate.

**Atribuições Subsidiárias** são estabelecidas em instrumentos legais, compõem-se de atribuições gerais e particulares.

**Atribuições Subsidiárias gerais** dizem respeito à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, dentre elas a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; o atendimento às solicitações de órgãos governamentais; e a participação em planos e programas públicos, em função da capilaridade; da mobilidade; da logística; da proteção e de demais expertises das FFAA.

**Atribuições Subsidiárias particulares** constituem uma contribuição das FA para as ações governamentais em assuntos de natureza não-militar, vinculadas com sua atividade finalística, levadas a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no País e pela natureza estratégica das atribuições em apreço.

**Capacidade Militar Terrestre (CMT)** é a capacidade militar terrestre é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida (EB, 2015).



**Capacidade Operativa (CO)** é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (EB, 2013).

**Centro de Comando e Controle (C<sup>2</sup>-MD)** é o Órgão central do Sistema Militar de Comando e Controle responsável pelo gerenciamento das informações que conformam a consciência situacional no âmbito do MD (EB, 2013).

**Centro de Coordenação Operacional (CCOp)** é a estrutura de Comando e Controle que materializa e apoia o Comando Operacional, onde funcionam as representações dos órgãos envolvidos no planejamento, coordenação, assessoria e acompanhamento das ações em curso (EB, 2013).

**Colaboração Interagências** é, em síntese, a cooperação e coordenação na dinâmica de interação entre as agências, colocando a primeira como uma condição para a segunda. Para que a coordenação produza seus efeitos, é necessário que exista um grau mínimo de cooperação entre todos os vetores envolvidos (EB, 2013).

**Conflito Latente** é o termo utilizado para caracterizar as crises, disputas territoriais e questões de limites em áreas de fricção, que remontam às querelas de fronteira entre os Estados Sul-americanos desde o período do seu estabelecimento no século XIX, e que se encontram congeladas, com alguma possibilidade de recrudescimento.

**Controle Operacional** é o poder conferido à Autoridade encarregada das operações para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública (OSP).

**Cooperação Interagências** é caracterizada por menor formalismo nos relacionamentos institucionais (EB, 2013).

**Coordenação** – é o nível mais comumente utilizado, por ser de fácil execução. Significa que cada vetor deve planejar suas ações com relativa independência, mas são organizadas reuniões de coordenação entre as agências interessadas para compartilhar informações e evitar a omissão de alguma ação importante (EB, 2013).

**Coordenação Interagência** tende a assegurar que as atividades de um vetor levem em consideração os efeitos sobre as ações dos demais atores, normalmente requerendo arranjos organizacionais mais elaborados (EB, 2013).



**Defesa Nacional** é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

**Eficácia, eficiência e efetividade**, respectivamente, a obtenção de um efeito desejado, a capacidade de produzir o efeito desejado com economia (emprego racional) de meios e a capacidade de manter eficácia ao longo do tempo (EB, 2013).

**ENAFRON** é um conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, com a finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

**Estados Fracos e Estados Falhados** são aqueles, cuja autoridade ou legitimidade não é aceita internamente, são incapazes de assegurar os serviços básicos como a saúde ou educação e onde prevalece uma forte economia paralela que priva o Estado de recursos fiscais. São considerados como perigo devido às dinâmicas associadas ao terrorismo.

**Éthos**, referido pelo Gen Ex Villas Bôas, em seu discurso de despedida do Comando do Exército, é conjunto dos costumes e hábitos fundamentais do comportamento do Soldado de Caxias e da cultura (princípios, valores e crenças), característicos da Instituição Militar.

**Favelização** é o processo de ocupação desordenada e irregular dos espaços urbanos, com raízes históricas e políticas, decorrentes de falta governação, que resulta na formação de habitações sem planejamento mínimo, oriundas de invasões e constituindo problema de ordem social, econômicas e de segurança. (<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br>)

**Forças Oponentes (F Opn)** ou **Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP)** são pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

**Integração** – significa que as atividades civis e militares são planejadas para se apoiarem mutuamente, ainda que sejam desenvolvidas no âmbito de cada vetor de forma descentralizada. Este é o primeiro nível onde existe a figura do “coordenador das ações”, o qual deve expedir orientações de entendimento a todos os vetores envolvidos. Pressupõe-se a estruturação de um Centro de Coordenação de Operações (CCOp) (EB, 2013).



**Militar Temporário** são Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados que incorporam às fileiras das FFAA-Brasil mediante o serviço militar obrigatório ou por meio de processos seletivos, podendo permanecer até oito anos, após sucessivas renovações de contratos.

**Operação de Garantia da Lei e da Ordem** (Op GLO) é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144º. da Constituição ou em outras em que se presuma a perturbação da ordem.

**Operações Interagências** são caracterizadas pela interação das FFAA com outras agências, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes, que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia (EB, 2013).

**Paz Duradoura**, ao longo das últimas duas décadas e meia, tem havido uma robusta produção de trabalhos teóricos, a maior parte, relacionada ao fenômeno da “longa paz” (Holsti, 1996; Kacowicz, 1998, 2005; Mares, 2001, 2012; Buzan e Weaver, 1998, 2003, 2009; Miller, 2007; Olesner, 2007; Merke, 2011; Battaglino, 2012).

**Paz Violenta** é outra abordagem sobre a o status tradicional de paz concebido na Europa, que propõe um esquema conceitual de diversas gradações de uso da força, distribuídas em um crescente: a) desacordo não violento; b) sanções não violentas; c) ação encoberta; d) disputa militarizada; e) guerra. Embora a maioria das disputas escale e se torne militarizada, é extremamente raro que elas atinjam o grau da guerra (mais de 1.000 mortos em campo de batalha), cenário característico na América do Sul (Mares, 2001).

**Paz negativa** é o status caracterizado por um conjunto de mecanismos simbólicos que contrariam o senso comum conflitualista, naturalizador da violência em todas as escalas, impõe-se constatar que o seu núcleo essencial é habitado por uma tensão não resolvida entre igualdade e diferença (Pureza & Moura 2004).

**Paz Híbrida** é um status caracterizado pela subversão, resistência, reforma ou negação do *peacebuilding*, decorrente da interação de agentes internos e externos, após a transposição de meios que geram novos tipos de espaços e novos significados às instituições existentes.

**Parceria Genuína** – este é o mais alto nível de “colaboração interagências”. Envolve alto grau de coesão entre os planejadores dos vetores envolvidos, em todos os níveis. A sinergia



é obtida quando as atividades estão entrelaçadas por uma única estratégia. Os vetores civis e militares planejam de forma conjunta e implementam uma estratégia comum para alcançar objetivos de forma a superar desafios difíceis e complexos (EB, 2013).

**PESTLE** é uma ferramenta de análise baseada em fatores macro ambientais que parte do pressuposto que o sucesso de uma organização não pode ser devidamente compreendido e estudado sem antes se recolher, analisar e perceber toda a informação existente relacionada com o setor onde atua a empresa e com o ambiente de negócio externo existente.

**Realpolitik** refere-se à política ou diplomacia baseada em práticas, em detrimento de noções ideológicas, sendo uma visão cínica que não admite o altruísmo nem a justiça, proclamando que não há moral em matérias de relações internacionais. O termo é frequentemente utilizado pejorativamente, indicando tipos de política que são coercitivas, imorais ou maquiavélicas.

**Regras de Empenhamento (RE)** são normas de conduta expedidas para cada nível da operação (operacional e tático), com a definição de procedimentos (em amplo leque de situações), com base nas Lições aprendidas em operações anteriores e com foco na proteção das pessoas e do patrimônio.

**Segurança Nacional** é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.

**SISFRON** é um sistema de sensoriamento para apoio à decisão e atuação integrada do EB, que alcança as FFAA e agências governamentais, permitindo fortificar a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, além de reduzir problemas próprios dessas áreas e aperfeiçoar a interoperabilidade e a cooperação regional.

**Minimização de Conflitos** é o nível mais elementar, em que os integrantes dos vetores (civis e militares) planejam com relativa independência, e somente se reúnem para assegurar a ausência interferências nas atividades das organizações envolvidas (EB, 2013).

**Tarefa** é o Trabalho ou conjunto de ações cujo propósito é contribuir para alcançar o objetivo geral da operação. É um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos integrados, segundo uma determinada sequência e destinado à obtenção de um resultado determinado.



## Anexo B — Lista de capacidades militares terrestres e capacidades operativas

CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES (CMT)	CAPACIDADES OPERATIVAS (CO)
CMT 01 – PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA	CO 01 – Mobilidade Estratégica
	CO 02 – Suporte à Projeção de Força
	CO 03 – Prontidão
	CO 04 – Combate Individual
	CO 05 – Operações Especiais
CMT 02 – SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO	CO 06 – Ação Terrestre
	CO 07 – Manobra
	CO 08 – Apoio de Fogo
	CO 09 – Mobilidade e Contramobilidade
	CO 10 – Preparação da Força
CMT 03 – APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	CO 11 – Proteção Integrada
	CO 12 – Atribuições subsidiárias
	CO 13 – Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise
	CO 14 – Ações sob a égide de organismos internacionais
	CO 15 – Planejamento e Coordenação
CMT 04 – COMANDO E CONTROLE	CO 16 – Sistemas de Comunicações
	CO 17 – Consciência Situacional
	CO 18 – Gestão do Conhecimento e das Informações
	CO 19 – Digitalização do Espaço de Batalha
	CO 20 – Modelagem, Simulação e Prevenção
CMT 05 – SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA	CO 21 – Apoio Logístico para Forças Desdobradas
	CO 22 – Infraestrutura da Área de Operações
	CO 23 – Gestão e Coordenação Logística
	CO 24 – Saúde nas Operações
	CO 25 – Gestão de Recursos Financeiros
CMT 06 – INTEROPERABILIDADE	CO 26 – Interoperabilidade Conjunta
	CO 27 – Interoperabilidade Combinada
	CO 28 – Interoperabilidade Interagência
CMT 07 – PROTEÇÃO	CO 29 – Proteção ao Pessoal
	CO 30 – Proteção Física
	CO 31 – Segurança das Informações e Comunicações
CMT 08 – SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES	CO 32 – Guerra Eletrônica
	CO 33 – Apoio a Informação
	CO 34 – Comunicação Social
	CO 35 – Inteligência
CMT 09 – CIBERNÉTICA	CO 36 – Exploração Cibernética
	CO 37 – Proteção Cibernética
	CO 38 – Ataque Cibernético



## Anexo C — Oportunidades e Ameaças (Cenário 2020-2039)

### Oportunidades

#### **ID 08 – Crescimento Econômico, Cooperação e Multilateralismo**

O crescimento econômico, a cooperação internacional, principalmente em termos regionais, e a promoção do multilateralismo **poderiam** aumentar o poder relativo brasileiro no contexto mundial, permitindo-lhe maior influência nas decisões globais e, dessa forma, diminuir a possibilidade de soluções bélicas para controvérsias. Os instrumentos diplomático e econômico, portanto, **poderiam** incrementar o poder nacional e, conseqüentemente, a capacidade dissuasória do Brasil.

#### **ID 09 – Aumento da demanda mundial por recursos naturais**

A possibilidade de aumento da demanda mundial por recursos naturais **poderia** ampliar e abrir mercados aos países sul americanos e africanos, acelerando o desenvolvimento econômico regional e disponibilizando maiores recursos a serem aplicados em segurança e defesa, quer na forma de aquisições extra regionais de equipamentos, quer investindo em tecnologias e indústrias próprias.

#### **ID 10 – Operações de paz**

As operações de paz **permitirão** ao Brasil estreitar laços de cooperação e criar uma imagem favorável por intermédio das Forças Armadas, contribuindo, assim, para a política externa nacional.

#### **ID 11 – Cooperação regional**

O aumento da cooperação regional **incrementará** a confiança mútua e **promoverá** projetos conjuntos de defesa visando, dentre outros, ao desenvolvimento de estratégias comuns, de capacidades tecnológicas e industriais, de monitoramento territorial e ambiental, bem como de combate ao crime organizado transnacional.

#### **ID 12 – Projetos de desenvolvimento nacional**

Os projetos de desenvolvimento nacional, principalmente aqueles ligados à área tecnológica, **poderiam** ser aproveitados para atender às Forças Armadas sem maiores impactos em seus orçamentos, ao mesmo tempo em que suprem as necessidades maiores da sociedade brasileira e melhoram a imagem das instituições militares.

#### **ID 13 – Parcerias com países desenvolvidos em projetos de tecnologias avançadas**

A dimensão econômica brasileira **poderia** propiciar ao País melhores condições de cooperação tecnológica com nações mais avançadas, o que, por sua vez, permitiria a redução da defasagem das Forças Armadas brasileiras nessa área, provendo-lhes maior capacidade dissuasória.

#### **ID 14 – Intercâmbios e exercícios com países da OTAN/União Europeia – UE**

O constante envolvimento dos países da OTAN e, em menor grau, da UE, em conflitos/atividades ao redor do globo lhes propicia elevada expertise sobre o emprego de forças armadas nos mais variados ambientes. Os padrões doutrinários, as estruturas organizacionais e os processos de comando e controle adotados pelas forças da ONU em missões de paz, como os da própria UE, são análogos aos da OTAN. Portanto, a participação em exercícios, cursos e intercâmbios promovidos por seus integrantes **permitirá** a capacitação de militares brasileiros no que há de mais avançado em termos de emprego de forças armadas, além do conhecimento sobre o "modus operandi" daquelas organizações.



## Ameaças

### ID 15 – Dependência tecnológica

O ritmo de desenvolvimento tecnológico brasileiro **não será** suficiente para eliminar a dependência externa em áreas de fundamental importância para a indústria de defesa, com impacto na capacidade das Forças Armadas para se contrapor a potências de médio porte, em eventuais conflitos.

### ID 16 – Escassez mundial de recursos naturais

O Brasil possui uma grande reserva de recursos naturais, recursos estes cuja escassez em nível mundial **poderia** levar a conflitos em que seria possível prevalecer o uso da força ou o respaldo da mesma para impor sanções políticas e econômicas.

### ID 17 – Manipulação da opinião pública

A facilidade de divulgação e acesso às informações **poderia** ser utilizada para manipular, tanto a opinião pública nacional quanto a internacional, sobre questões como as ambientais e indígenas, entre outras, com o intuito de denegrir a imagem do Brasil e justificar sanções internacionais que atentem contra sua soberania e exijam resposta militar.

### ID 18 – Terrorismo

Apesar de não existirem no Brasil as condições que normalmente atraem ou estimulam o terrorismo, essa atividade é de natureza instável, o que **exigirá** que as Forças Armadas se mantenham aptas a atuar de forma coordenada com organismos nacionais e internacionais, na prevenção (inteligência) e no combate ao mesmo.

### ID 19 – Crime organizado transnacional

O aumento do crime organizado transnacional **demandará** maior participação das Forças Armadas no controle territorial, marítimo, fluvial e aeroespacial, bem como no suporte aos órgãos de segurança pública, principalmente na Amazônia.

### ID 20 – Tensões sociais no Brasil

Questões de segurança pública ou de natureza diversa (agrárias, indígenas, ambientais) **poderiam** se potencializar e gerar conflitos que extrapolem a capacidade de atuação dos órgãos de segurança pública, exigindo o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

### ID 21 – Hostilidades contra cidadãos e bens brasileiros no exterior

Instabilidades políticas e sociais em países onde haja cidadãos e empresas brasileiras exercendo atividades econômicas, permanentes ou temporárias, **poderiam** torná-los alvo de represálias e expropriações, exigindo a intervenção das Forças Armadas no sentido de protegê-los.

### ID 22 – Insuficiente capacidade operacional das Forças Armadas

A situação de obsolescência e a insuficiência de equipamentos das Forças Armadas **não poderiam** ser superadas com os atuais níveis orçamentários, comprometendo, assim, sua capacidade em defender a Nação e autonomia para salvaguardar seus interesses frente a ameaças de potências militares de médio porte.

### ID 23 – Insegurança de sistemas de informação

A defasagem tecnológica e a dependência externa em relação a sistemas de informação e comunicação **manterão** o Brasil vulnerável a acessos indesejados e bloqueio de fluxos de informação, capazes de expor ou paralisar governos e organizações. No campo militar, tal dependência **poderia** inviabilizar qualquer tipo de operação pela impossibilidade do exercício das atividades de comando, controle e inteligência.

### ID 24 – Catástrofes naturais e pandemias

As **possíveis** mudanças climáticas e outras causas, antrópicas ou não, **provavelmente** gerariam catástrofes naturais com consequentes rupturas de atividades econômicas, escassez de recursos naturais e deslocamentos populacionais. A elevada circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo, ou mesmo ações deliberadas, **poderia** provocar pandemias, atingindo seres humanos e a produção animal e agrícola. Tanto mudanças climáticas quanto pandemias provocariam instabilidades política, econômica e social, demandando apoio das Forças Armadas em missões de ajuda humanitária, inclusive no exterior, bem como na garantia da lei e da ordem e controle de portos, aeroportos e fronteiras.



### **ID 25 – Fricções e tensões na América do Sul**

Apesar do ambiente de cooperação reinante na América do Sul, questões internas políticas, sociais e econômicas em diversos países, bem como antigas fricções entre alguns destes, **poderiam** ser potencializadas e gerar pedidos para a participação de contingentes das Forças Armadas brasileiras para a estabilização de conflitos, em função do papel político e econômico que o Brasil desempenha na Região.

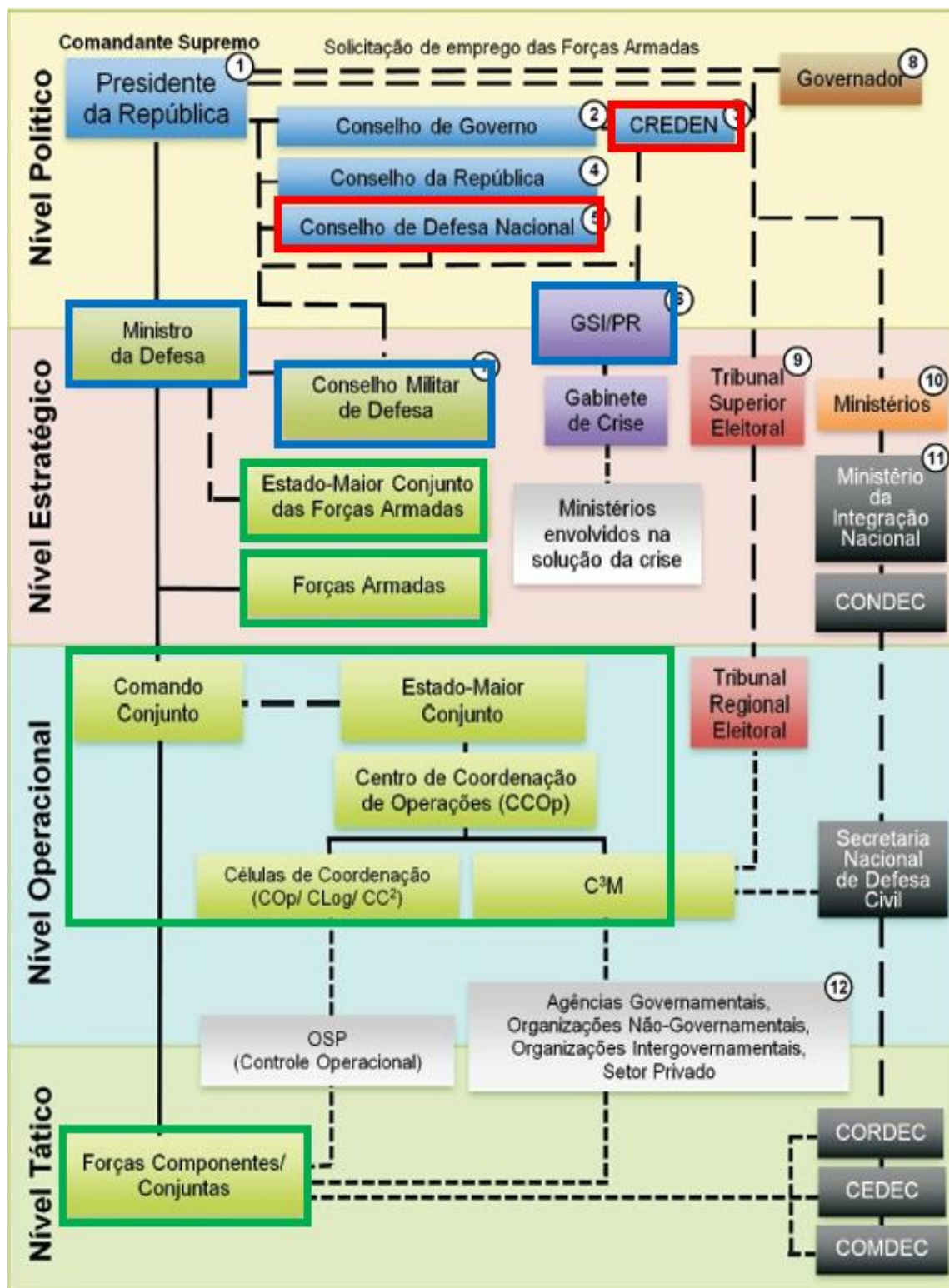
### **ID 26 – Militarização do Atlântico Sul**

América do Sul, África Subsaariana e Atlântico Sul, pelos recursos naturais que possuem, tanto nas porções continentais quanto nas águas jurisdicionais, incluindo as plataformas continentais (petróleo, pescado, etc.), atraem, progressivamente, empresas estrangeiras e fluxos de mercadorias. Em situação de escassez de tais recursos, **poderia** haver disputas entre potências no sentido de garantir suprimentos. Conflitos inter e intraestatais na África também **poderiam** atrair potências extra regionais. Como consequência **poderia** haver militarização do Atlântico Sul, com reflexos, inclusive, para as Linhas de Comunicação Marítimas prioritárias.

**Fonte:** Recorte do Cenário 2020-2039 (MD, 2017)



### Anexo D — Coordenação interagências na situação de não guerra



CONDEC, CORDEC, CEDEC e COMDEC - Coordenação Nacional, Regional, Estadual e Municipal da Defesa Civil, COP/ C Log/ CC² - Células de Coordenação (Operações, Logística e Comando e Controle)

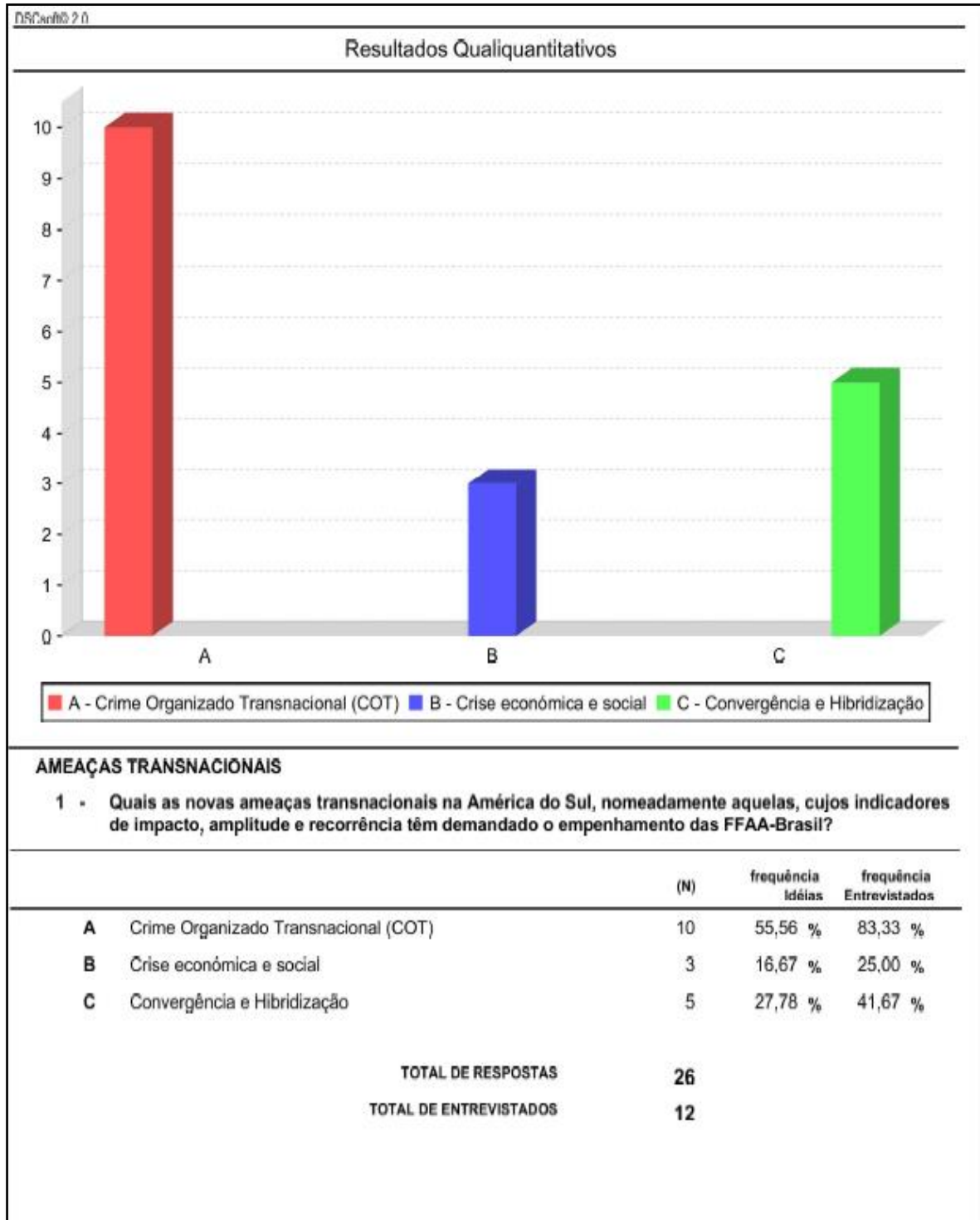
CREDEN: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Governo do Brasil

Posição de atores (interlocutores) das FFAA-Brasil nos níveis Tático ao Político.

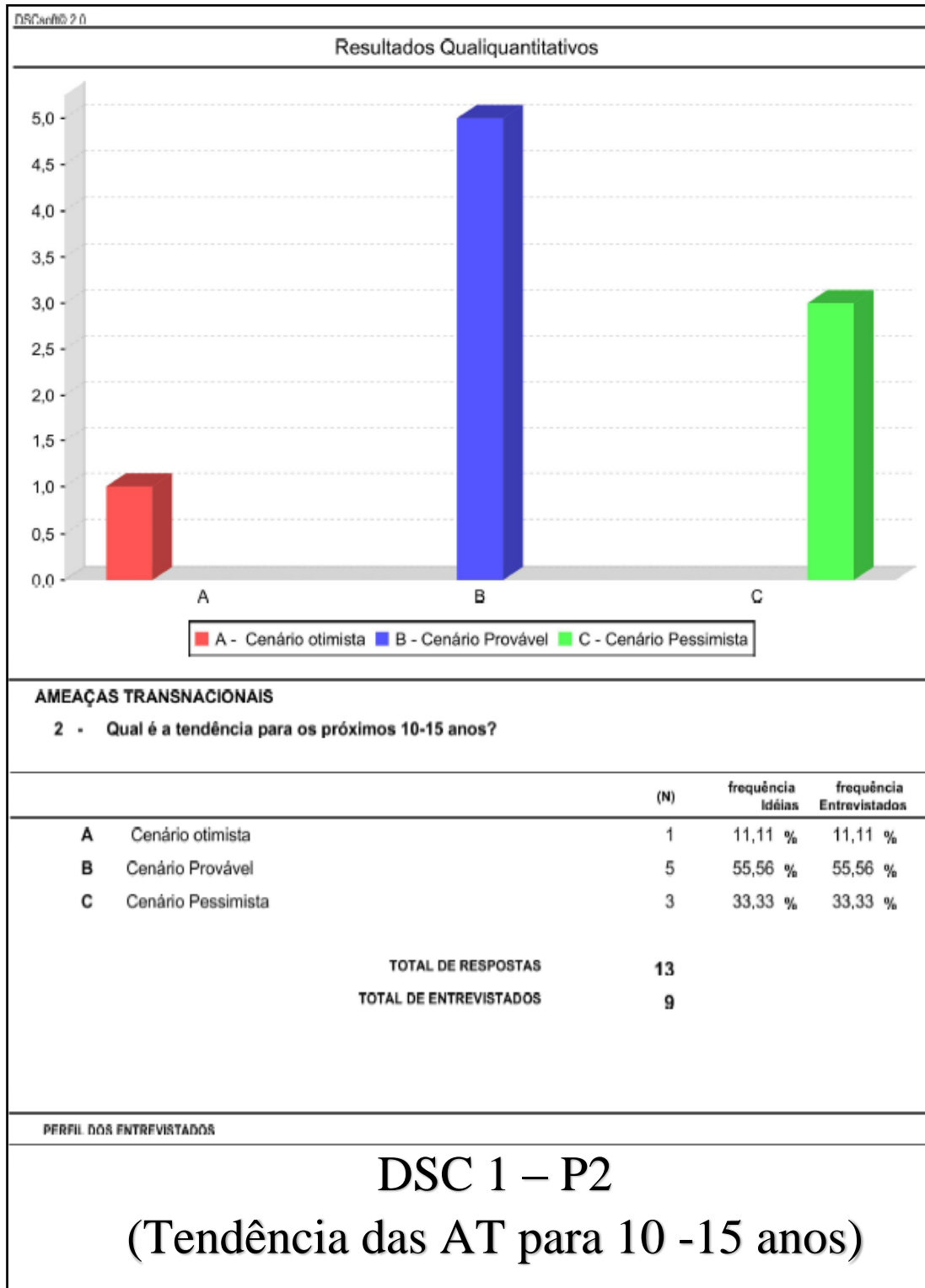
Fonte: Adaptado de (EB, 2013)

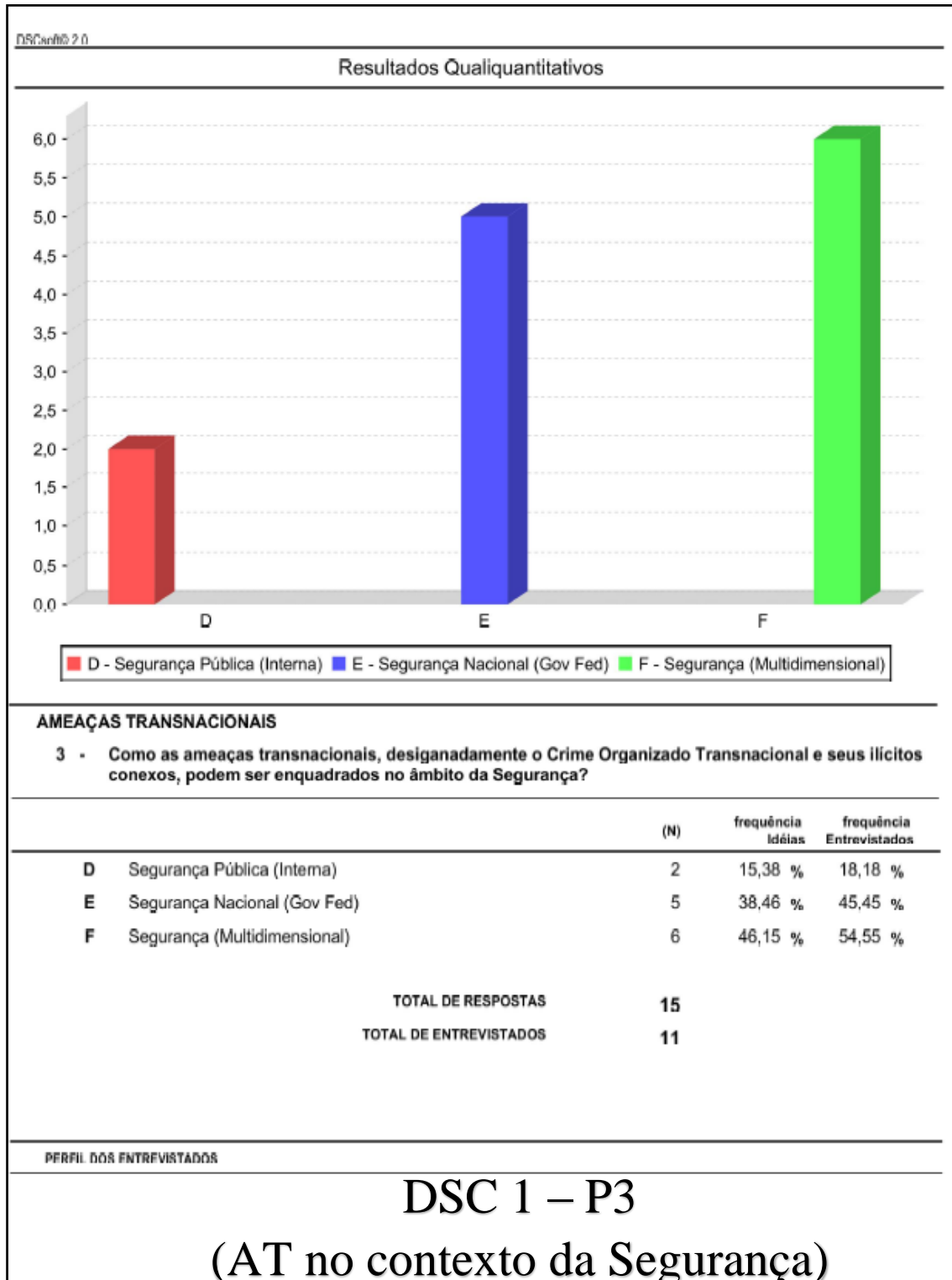


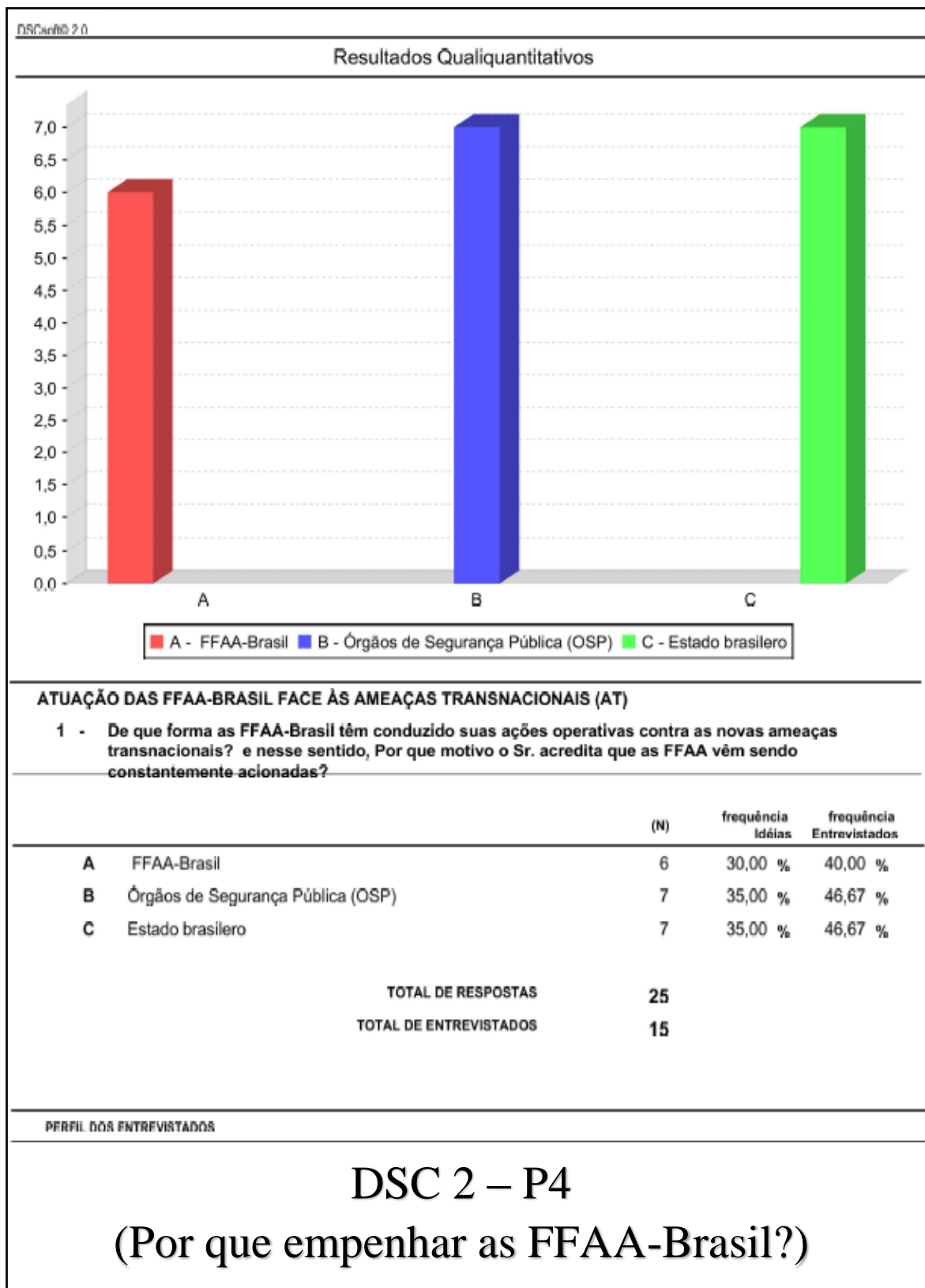
## Anexo E — Resultados Qualiquantitativos do DSCsoft 2.0

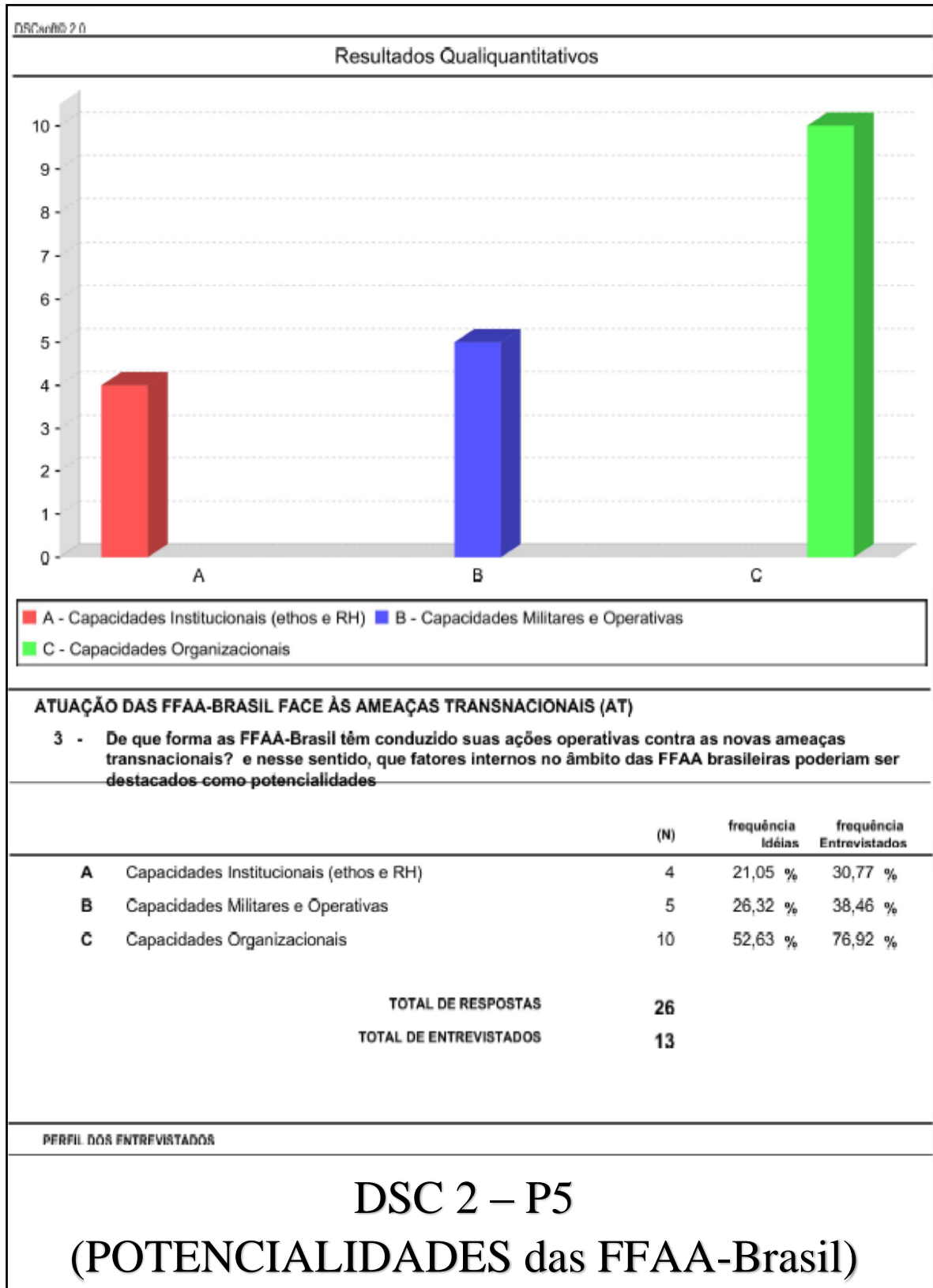


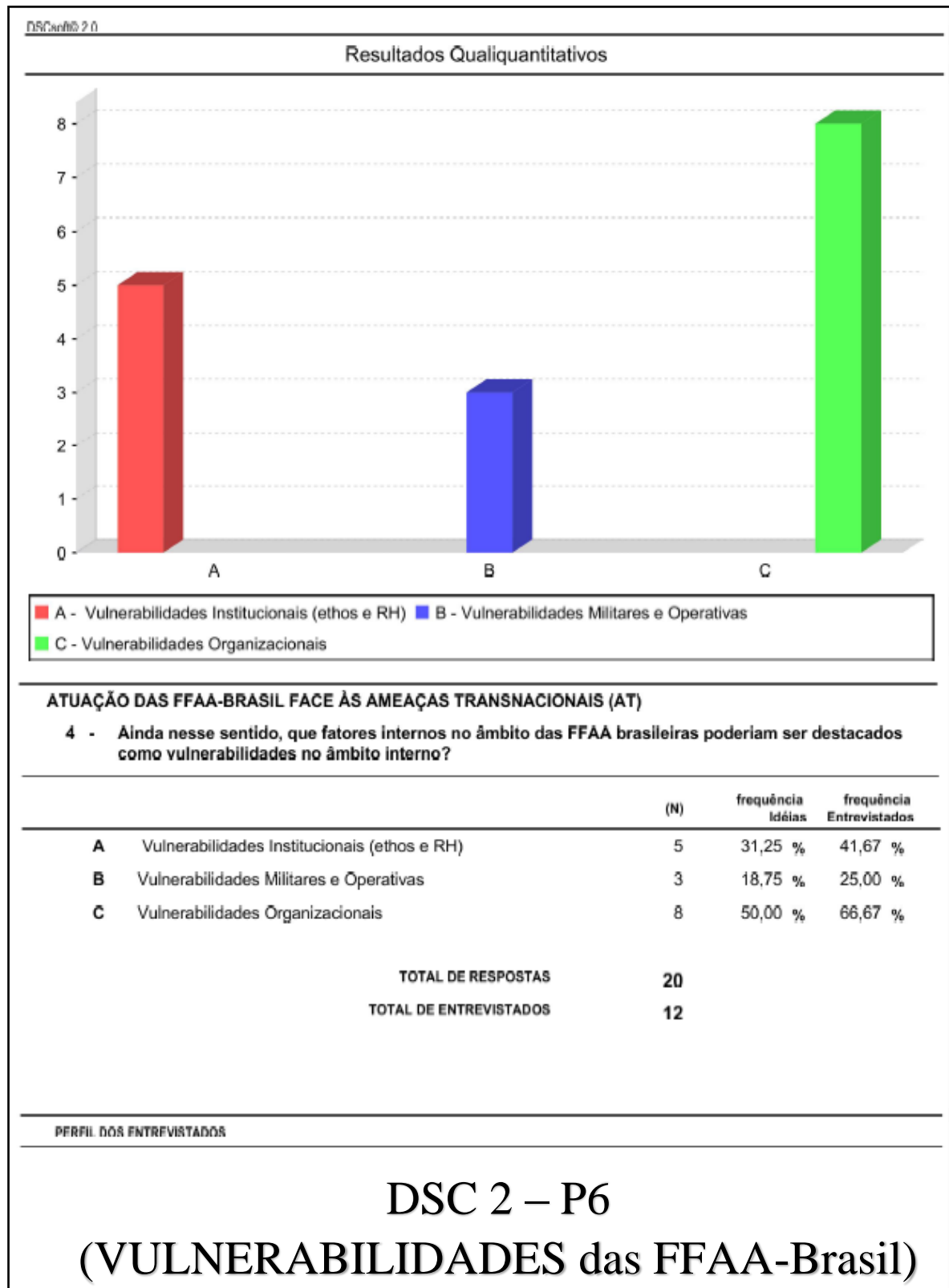
## DSC 1 – P1 (Ameaças Transnacionais - AT)

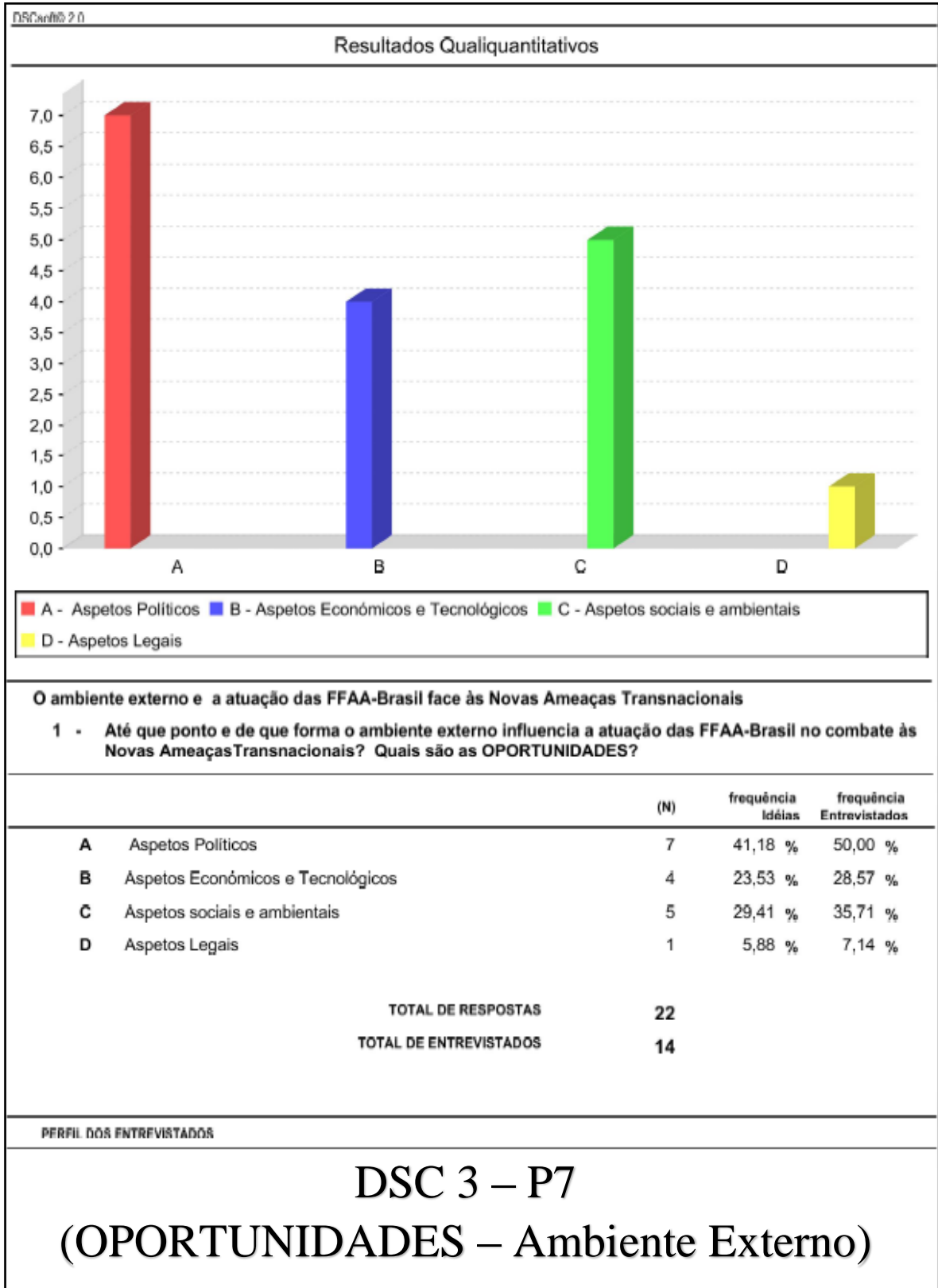








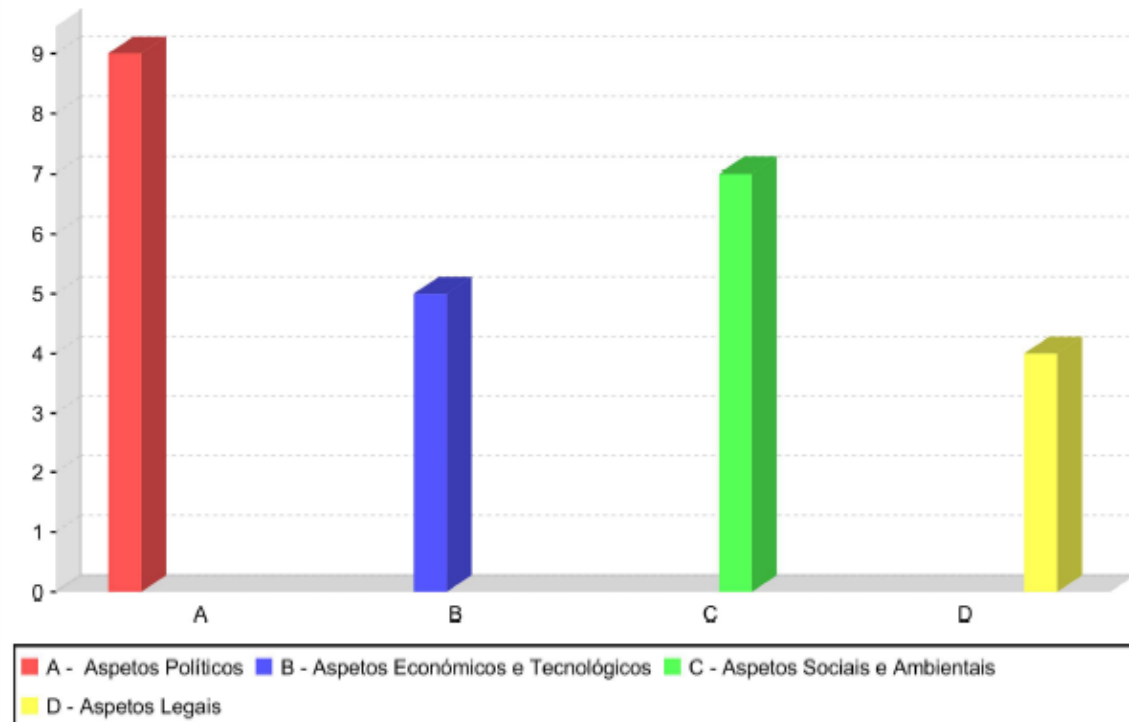






DSCantão 2.0

### Resultados Quali-quantitativos



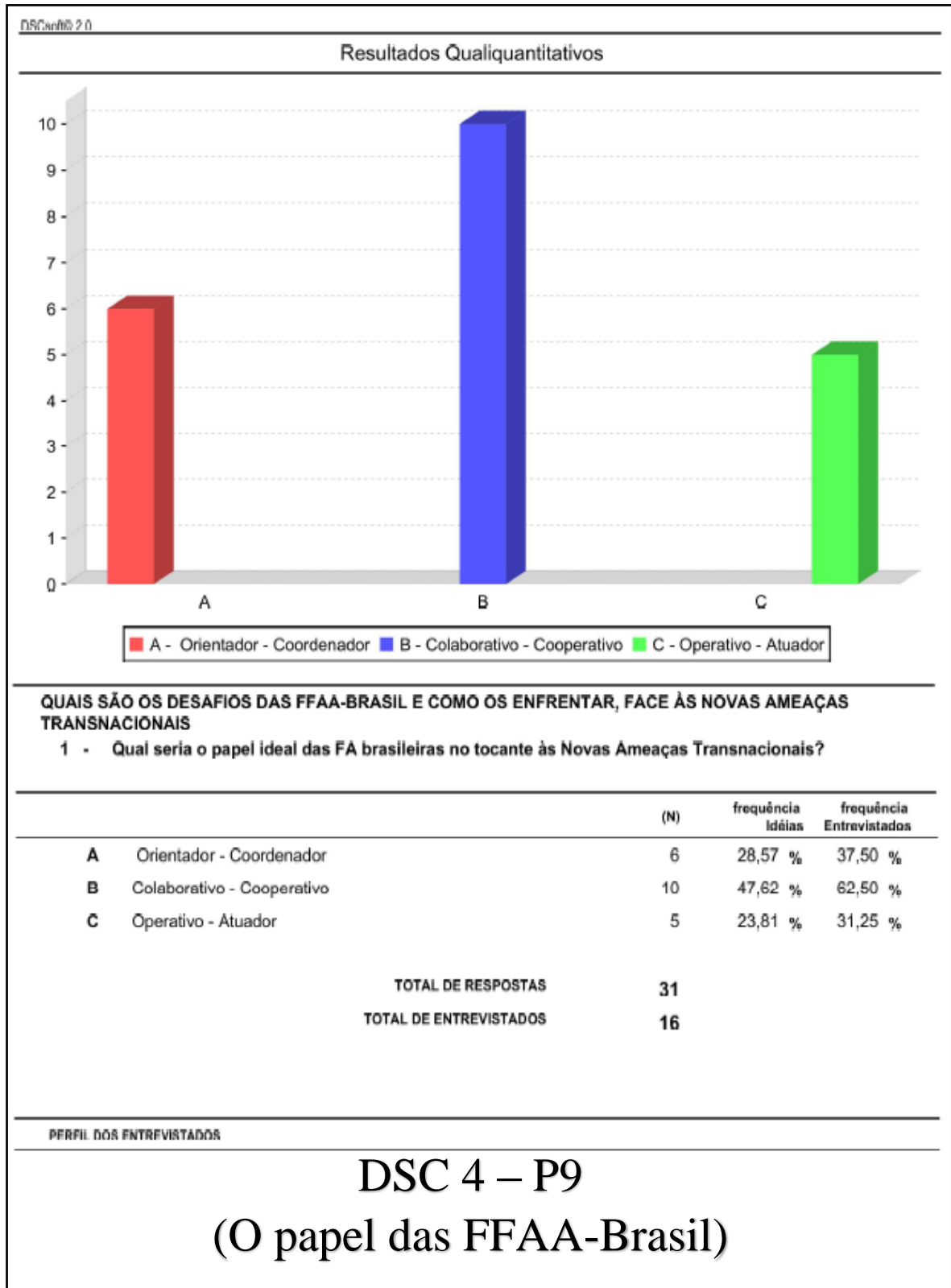
#### O ambiente externo e a atuação das FFAA-Brasil face às Novas Ameaças Transnacionais

2 - Até que ponto e de que forma o ambiente externo influencia a atuação das FFAA-Brasil no combate às Novas Ameaças Transnacionais? Quais são as AMEAÇAS?

	(N)	frequência Idéias	frequência Entrevistados
A - Aspectos Políticos	9	36,00 %	56,25 %
B - Aspectos Económicos e Tecnológicos	5	20,00 %	31,25 %
C - Aspectos Sociais e Ambientais	7	28,00 %	43,75 %
D - Aspectos Legais	4	16,00 %	25,00 %
<b>TOTAL DE RESPOSTAS</b>	<b>29</b>		
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	<b>16</b>		

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

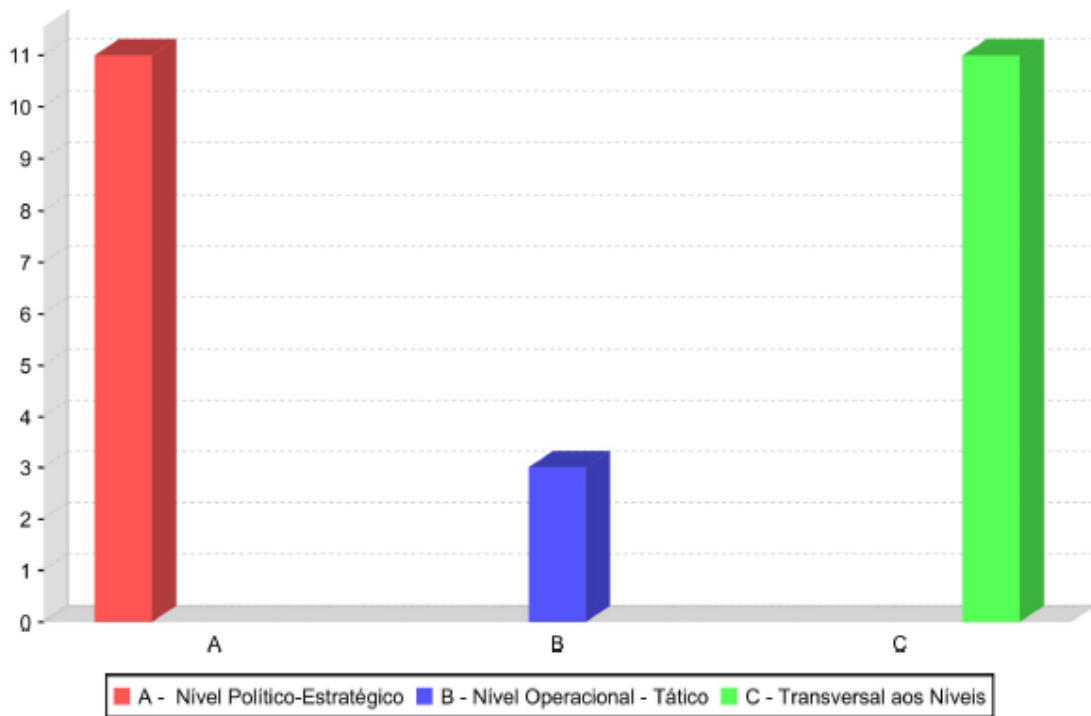
## DSC 3 – P8 (AMEAÇAS – Ambiente Externo)





DSC 4 - P10

### Resultados Qualiquantitativos



#### QUAIS SÃO OS DESAFIOS DAS FFAA-BRASIL E COMO OS ENFRENTAR, FACE ÀS NOVAS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS

- 2 - Considerando o papel constitucional, as atribuições legais e a manutenção da credibilidade junto à sociedade, quais são os atuais desafios das FFAA-Brasil e como os enfrentar, face às AT?

	(N)	freqüência Idéias	freqüência Entrevistados
A Nível Político-Estratégico	11	44,00 %	64,71 %
B Nível Operacional - Tático	3	12,00 %	17,65 %
C Transversal aos Níveis	11	44,00 %	64,71 %
<b>TOTAL DE RESPOSTAS</b>	<b>39</b>		
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	<b>17</b>		

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

## DSC 4 – P10

### (Desafios das FFAA-Brasil face às AT)



## Apêndice A — DSC 1: Novas Ameaças Transnacionais (Perguntas P 1).

Discurso do Sujeito Coletivo	
<b>AMEAÇAS TRANSNACIONAIS</b>	
<b>1</b>	- Quais as novas ameaças transnacionais na América do Sul, nomeadamente aquelas, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das FFAA-Brasil?
<b>A</b>	- Crime Organizado Transnacional (COT)
<p>No tocante às ameaças transnacionais, o Brasil está diante de três ameaças internas, reais e atuais, dentre as quais a de maior importância, estão as organizações criminosas (Orcrim), que ameaçam a soberania, a segurança e o bem-estar da sociedade e do cidadão, demandando o empenhamento das FFAA-Brasil, no contexto do Braço Forte [denominação de emprego operativo característico no âmbito do Exército Brasileiro].</p> <p>O crime organizado transnacional (COT), definido inicialmente pelo tráfico de drogas e de armas, além de toda a cadeia de suporte logístico desses ilícitos, está entre as ameaças mais recorrentes. Muito embora ocorra na faixa de fronteira, por onde esses produtos entram, oriundos de países vizinhos, ou na costa marítima, vai chegar até o centro das cidades, impactando todo o território nacional, principalmente na sensação de segurança da população, tendo em vista sua relação com os índices de violência.</p> <p>O Tráfico de drogas, pessoas, armas e crimes ambientais são os principais ilícitos relevantes em ocorrência no subcontinente sul-americano, já é uma tendência em várias regiões do mundo, inclusive a América Latina, com repercussão no território brasileiro, pois o Brasil já é o 2º maior consumidor de cocaína no mundo e, como não a produzimos, ela vem do Peru e Colômbia, entra no Brasil e segue para África e depois para a Europa.</p> <p>O COT, já está extremamente diversificado e evolutivo, abrange desde as Orcrim, ligadas aos ilícitos tradicionais: tráfico de drogas, armas e munições, até as milícias, o que impacta a economia brasileira com a entrada ilegal de produtos (combustível, cigarro, brinquedos, etc.), gerando perdas à indústria e fuga de divisas ao Estado. Além disso, o COT impacta a nossa imagem junto as outras nações, sendo prejudicial às questões diplomáticas, depreciando a confiabilidade internacional no País.</p> <p>As fronteiras brasileiras, cuja característica principal é a existência de uma atividade ilícita ligada, principalmente, ao tráfico de drogas, nos colocaram em contato com dez países, dentre eles a Bolívia e Paraguai, que apresentam dificuldades econômicas e sociais, para além de outros países vizinhos, que associadas às fragilidades políticas, propiciaram a ocorrência desse tipo de atividade. A Bolívia e o Paraguai já invadiram o Brasil há muito tempo e o tráfico de drogas e armas, que tomou conta do território nacional, começa nesses países.</p> <p>Sem dúvida, COT é a ameaça mais recorrente, de maior amplitude e de impacto negativo mais perceptível, tanto nas cidades, quanto na zona fronteira.</p>	
<b>AMEAÇAS TRANSNACIONAIS</b>	
<b>1</b>	- Quais as novas ameaças transnacionais na América do Sul, nomeadamente aquelas, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das FFAA-Brasil?
<b>B</b>	- Crise econômica e social
<p>A grave crise econômica e social na Venezuela é um ameaça transnacional contemporânea, que levou à migração descontrolada e em massa para cidades na fronteira amazônica, normalmente sem infraestrutura compatível, como é o caso de Boa Vista, no Estado de Roraima, no Brasil, desestabilizando a região de fronteira. Isto fez o Brasil empenhar suas FFAA, compondo uma Força Tarefa Logística Humanitária, que desenvolve trabalhos no contexto da Mão amiga [designação conhecida para o emprego subsidiário do Exército Brasileiro], a fim de acomodar as demandas sociais e econômicas, que têm sido recorrentes, quando o Estado não é capaz e eficiente, recorrendo à FFAA. Outra ameaça [que torna potencial com a concentração de migrantes venezuelanos] é a situação econômica e social [degradada] em zonas urbanas de baixa renda, nas grandes cidades, que se utilizam e são utilizadas pelo COT.</p>	
<b>AMEAÇAS TRANSNACIONAIS</b>	
<b>1</b>	- Quais as novas ameaças transnacionais na América do Sul, nomeadamente aquelas, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das FFAA-Brasil?
<b>C</b>	- Convergência e Híbridização
<p>Num cenário atual, de Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade (VUCA), a Segurança Pública e o COT constituem a ameaça de maior amplitude ao Estado Brasileiro. Adicionalmente, e coerente com as características desse mesmo cenário, o terrorismo transnacional, os movimentos populacionais [fenômenos migratórios] e os ataques cibernéticos, também podem ser identificados como ameaças de maior impacto. Se por um lado, a globalização assimétrica e as disputas por influência e controle sobre recursos e áreas de valor estratégico são ameaças transnacionais de origem externa, há ilícitos, aparentemente de menor impacto, praticados pelas Milícias, que alimentam o COT [tornando-se extremamente rentáveis] tais como a trepanação, o contrabando de combustível e cigarro, além da cadeia logística das Orcrim, para o fluxo dos estupefacientes, desde as regiões produtoras em países vizinhos até os mercados consumidores; tudo isso acarreta sérios desafios ao Brasil. Ressaltando que a Bolívia, que se transformou em um Narcoestado e o Paraguai, que negligencia o contrabando de cigarro, utilizam esses ilícitos como ferramenta de Estado, especialmente a Bolívia. Ou seja, o principal problema é o fenômeno da convergência e híbridização. A convergência de rede de ilícitos, que congrega elementos estatais e não estatais, armados ou não.</p>	



## Apêndice B — Guião de entrevista



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL 2018/19

ÁREA DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS MILITARES

ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO DAS CRISES E CONFLITOS ARMADOS.

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**“A PAZ VIOLENTA E AS NOVAS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL: OS ATUAIS DESAFIOS DAS FORÇAS ARMADAS”**

ENTREVISTA -

Solicita-se a identificação com o preenchimento dos dados abaixo:

Nome do entrevistado	
Posto/Titulação	
Função	
Outros dados julgados úteis	



No contexto do estudo das Ciências Militares, áreas de investigação das Crises e Conflitos Armados, foi proposto pelo Instituto Universitário Militar (IUM) a elaboração do Trabalho de Investigação Individual (TII) com o tema “*A Paz Violenta e as novas ameaças transnacionais na América do Sul: os atuais desafios das Forças Armadas*”.

O referido tema foi concebido, partindo-se da premissa que a América do Sul tem apresentado peculiaridades em sua arquitetura securitária, de maneira que o status de ‘Paz Duradoura’ tem sido questionado pela comunidade científica nas últimas décadas, conforme asseveram Franchi, Migon & Villarreal (2017). Para além das questões de limites fronteiriços, tensões declaradas e conflitos latentes entre Estados, nas últimas décadas, as novas ameaças de caráter transnacional têm conquistado o protagonismo nesse subcontinente.

As novas ameaças transnacionais na América do Sul manifestam-se desde origens internas aos Países, até aquelas exógenas, em decorrência da porosidade das fronteiras Sul-americanas, a afetar a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos seus habitantes, bem como a sua qualidade de vida, portanto, de natureza desterritorializada, disseminada e individualizada, segundo Nunes (2004).

Nesse mesmo ano, a Organização das Nações Unidas classificou essas ameaças em seis grupos: “crime organizado transnacional; terrorismo; ameaças econômicas e sociais [que abrange as questões ambientais e as migrações em massa]; guerra civil e conflitos internos; proliferação de armas de destruição em massa”, além dos “conflitos interestatais”.

Em resumo, percebe-se que tal fenômeno, transversal a todo espaço geográfico da América do Sul, tem desafiado os Estados ao encontro de soluções que possam reverter o quadro de extrema violência e instabilidade decorrentes, que não tem fronteiras e incidem nos espaços territoriais nacionais.

Nessa dinâmica, observa-se que o Brasil tem empenhado seu Poder Militar em variadas, inéditas e cada vez mais complexas demandas, com nítida recorrência, e em períodos prolongados, desde as ações continuadas na faixa de fronteira, águas interiores e costa marítima, às operações militares pontuais em diversas áreas do território nacional, em prol do restabelecimento da ordem pública e manutenção da estabilidade institucional, em cooperação com os Governos estaduais.

Considerando este enquadramento, pretende-se analisar o papel das Forças Armadas brasileiras diante de tal cenário, que desafia às características institucionais, as capacidades operacionais e as estratégias militares no cumprimento de sua missão constitucional de forma eficiente e credível perante a sociedade.



### Guião de Entrevista

ID.	DIMENSÃO	TEMPORAL
A	Novas Ameaças Transnacionais	Situação atual
<p>1. Quais são as novas ameaças transnacionais (NAT) na América do Sul, nomeadamente aquelas, cujos indicadores de impacto, amplitude e recorrência têm demandado o empenhamento das Forças Armadas brasileiras?</p> <p>(* ) a escolha desses indicadores tem a finalidade de melhor interpretar a realidade regional. (**) a intenção dessa questão é obter uma abordagem qualitativa (interpretativa do fenômeno), que possa se sobrepor à tradicional coleta de dados estatísticos.</p> <p>2. Para que tipo de ameaças transnacionais o Estado Brasileiro deve estar preparado nos próximos 10 a 15 anos, com base em vossa expectativa de manifestação desse fenômeno?</p> <p>3. As NAT, nomeadamente o crime organizado transnacional (COT), representa uma ameaça à Segurança Pública ou à Defesa Nacional? Como esse fenômeno pode ser enquadrado no âmbito da Segurança, no cenário contemporâneo brasileiro?</p>		

ID.	DIMENSÃO	TEMPORAL
B	Atuação das Forças Armadas (Exército Brasileiro)	Situação atual
<p>4. Por que motivo o senhor imagina que as Forças Armadas vêm sendo constantemente acionadas para fazer face a essas ameaças?</p> <p>5. Como o senhor avalia o desempenho da Força Terrestre (F Ter) na atuação contra as novas ameaças transnacionais nessa última década, particularmente nas ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira e no combate ao crime organizado transnacional e seus ilícitos conexos?</p> <p>6. Que fatores internos, no âmbito da F Ter, poderiam ser destacados como <i>potencialidades</i> na atuação contra essas ameaças, diante do aludido cenário?</p> <p>7. As <i>Características da Instituição</i>, ou seja, princípios, valores, crenças e costumes (<i>éthos das FFAA</i>) são indicadores relevantes para a construção de tais potencialidades? De que maneira?</p> <p>8. E no tocante às <i>capacidades operacionais</i>, o Sr considera que são compatíveis, ou seja, os instrumentos disponíveis permitem eficaz atuação contra as ameaças transnacionais?</p> <p>9. A utilização das <i>Estratégias Militares</i> da Presença, da Dissuasão, da Cooperação, da Integração e Comunicação Social são também pertinentes ao combate às novas ameaças transnacionais ou sugerem adequações/supressões?</p> <p>10. Ainda no âmbito interno da instituição, que <i>vulnerabilidades</i> podem ser apontadas relativamente à atuação da F Ter contra essas ameaças?</p>		



ID.	DIMENSÃO	TEMPORAL
C	Influência do ambiente externo	Situação atual
<p>11. Até que ponto e de que forma o ambiente externo influencia a atuação das FFAA-Brasil no combate às ameaças transnacionais? [ POL (Eco e C&amp;TI) – SOC (Amb) – LEG]</p> <p>(*) Como reagem esses atores diante da decisão e do posterior emprego das FFAA no combate às ameaças transnacionais?</p> <p>12. Considerando as dimensões Política, Econômica, Social, Legal e Ambiental, que fatores externos ao âmbito das Forças Armadas podem ser aproveitados como <i>oportunidades</i>, no combate às novas ameaças transnacionais?</p> <p>13. Nesse mesmo sentido, que <i>ameaças</i> exógenas às Forças Armadas se contrapõem a sua atuação eficaz contra esse fenômeno?</p> <p>14. É necessário algum redirecionamento no Planejamento Estratégico, face o crescente acionamento do EB para o cumprimento de missões decorrentes das ameaças transnacionais?</p>		

ID.	DIMENSÃO	TEMPORAL
D	Desafios das Forças Armadas	Situação atual e futura
<p>15. O Antigo Ministro da Defesa, Gen Ex Silva e Luna, comentou em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1º de agosto de 2018, que o MD vem buscando a “<i>redução da porosidade das nossas fronteiras</i>” e o “<i>enfrentamento eficaz do crime organizado transnacional e seus derivados</i>”. Que papel deve assumir as Forças Armadas no enfrentamento dessas novas ameaças transnacionais?</p> <p>16. O crime organizado é uma questão de Segurança Pública ou de Defesa Nacional e qual é a fronteira entre esses dois conceitos para as FFAA</p> <p>17. Como o Sr imagina uma Coordenação multi-institucional nos níveis Político e Estratatégico para uma arquitetura de segurança cooperativa eficiente e eficaz no combate às ameaças transnacionais?</p> <p>18. A cooperação entre as autoridades nacionais está suficientemente desenvolvida para fazer face, de forma exitosa, às novas ameaças transnacionais?</p> <p>19. Como as FA do Brasil se relacionam com as FA de países vizinhos, no tocante ao enfrentamento a essas ameaças?</p> <p>20. Considerando o <i>papel constitucional</i> e <i>atribuições legais</i> e, ainda, a <i>manutenção da credibilidade</i> junto à sociedade brasileira, quais são os atuais <b>DESAFIOS</b> das FA brasileiras e como os enfrentar, face às NAT?</p> <p>(*) Esta é a Questão Central do trabalho</p>		



**Apêndice C — Lista de depoentes**

LISTA DE DEPOENTES		
INVESTIGADORES	DEFESA NACIONAL	EXÉRCITO BRASILEIRO
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Investigadores civis e militares que se dedicam aos temas de Segurança e Defesa, possuidores de ampla experiência, com participação em conferências, Seminários e painéis, e com artigos publicados sobre o tema. São colaboradores da Escola Superior de Guerra e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.	Representantes de Órgãos Cíveis e Militares que lidam com a Defesa e a Segurança Pública nacional, incluindo a presença de representante do Programa de Proteção Integrada de Fronteira e da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das FFAA.	Oficiais no último posto, possuidores de Curso de Altos Estudos e com larga vivência profissional e experiência no assunto, servindo no Estado-Maior do Exército, no Comando de Operações Terrestres e Órgãos de Direção Setorial da Instituição ou como oficiais de Ligação em Países amigos.
Especialização Acadêmica		
PÓS-DOCTORES/DOCTORES	DOCTORES/MESTRES	MESTRES
General LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	Coronel GEORGES FERES KANAAN	Coronel LISTER ALBUQUERQUE BARROS
Professor Doutor MÁRCIO ROCHA	Coronel MAURÍCIO QUINTAS MAGIOLI	Coronel FLAVIO MOREIRA MATHIAS
Professor Doutor TÁSSIO FRANCHI	Coronel ALEXANDRE RABELO DA FONSECA	Coronel RICARDO SANTOS TARANTO
Professor Doutor PETERSON FERREIRA DA SILVA	Coronel RAYMUNDO PIRES MONTEIRO	Coronel DOUGLAS FERNANDES DE OLIVEIRA AMARAL
Coronel ALESSANDRO VISACRO	Coronel GUILHERME LIMA TORRES SANGINETO	Coronel CARLOS MAGNO DE CARVALHO CORRÊA
---	Delegado da Polícia Federal GUILHERMO	Coronel KRISTIAN CARLOS SILVA AMAZONAS
<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>



## Apêndice D — Potencialidades

CAPACIDADES	POTENCIALIDADES	
<b>INSTITUCIONAIS</b>	Cultura da Instituição ( <i>ethos</i> ) - princípios, valores e crenças militares, culto à hierarquia e disciplina, obediência à cadeia de comando, disponibilidade permanente ao serviço, amor à Pátria e fé na missão	1
	Quadros profissionais competentes, motivados e envolvidos com a Instituição	2
	Capacidade de relacionamento com atores institucionais em diversos níveis	3
	Capacidade de coordenação com órgãos governamentais em operações interagências	4
<b>ORGANIZACIONAIS</b>	Capacidade de planejamento de operações com elevado grau de complexidade em diversos níveis de execução	5
	Estrutura organizacional que permite o alinhamento das ações desde o nível estratégico ao tático.	6
	Estrutura organizacional alargada e versátil que fornece instrumentos para resposta aos problemas mais variados possíveis	7
	Distribuição e articulação das Organizações Militares no interior do território nacional, no contexto da estratégia da Presença	8
	Capacidade de mobilização, concentração e disponibilização de meios humanos e materiais em apoio aos órgãos de segurança	9
	Capacidade de prontidão	10
<b>OPERACIONAIS</b>	Capacidade e qualidade na formação e treino dos militares	11
	Crescente preparação da tropa para as operações de não guerra com base no DOAMEPI	12
	Adaptação e desenvolvimento de novas doutrinas face às AT	13
	Formulação da doutrina de Operações Interagências	14
	Gestão da coisa pública, recursos financeiros, materiais e humanos	15
	Capacidade de sustentação logística, com flexibilidade, adaptabilidade e diversificação	16

DOAMEPI: Doutrina, Organização, Adestramento (treino), Material, Ensino, Pessoal e Infraestrutura



## Apêndice E — Vulnerabilidades

<b>(IN) CAPACIDADES</b>	<b>VULNERABILIDADES</b>	
<b>INSTITUCIONAIS</b>	Insegurança jurídica dos militares em operações de GLO	1
	Criminalização de ilícitos cometidos por militares em operações	2
	Empenhamento de militares temporários em operações de GLO	3
	Envolvimento de militares, individualmente, com o COT ou com a prática de ilícitos durante as operações	4
	Criminalização endêmica no âmbito das FFAA-Brasil (corrupção sistêmica de setores da Instituição)	5
	Eventuais danos colaterais à sociedade (pessoas e patrimônio)	6
	Desgaste à imagem das FFAA-Brasil	7
	Falta de vocação genética para esta atividade tipicamente policial, pese embora desempenhe muito bem	8
	Enfraquecimento gradual do sentido bélico nos militares pela frequência do treino e empenhamento em operações de GLO	9
<b>ORGANIZACIONAIS</b>	Restrição de recursos orçamentários para a continuidade dos projetos estratégicos	10
	Mentalidade excessivamente conservadora, ortodoxa e cartesiana, passiva à evolução dos cenários e reacionária às modificações sobre o papel das FFAA no tocante às AT	11
	Permanência continuada e por tempo demasiado em Operações de GLO, contrariando a concepção original: pontual, episódica e por tempo determinado.	12
	Doutrina de Operações de Informações pouco aperfeiçoada para os desafios do cenário atual face às AT (salvaguardar e potenciar as FFAA-Brasil)	13
	Restrições de recursos humanos e materiais nas Brigadas (módulo básico de combate do EB)	14
<b>OPERACIONAIS</b>	Empenhamento prolongado e com excesso de efetivo nas Op GLO em áreas urbanas	15
	Empenhamento de material bélico com desproporcionalidade de força, arriscando a incolumidade das pessoas e patrimônio	16
	Obsolescência de PRODE essenciais contra o COT	17
	Limitada capacidade de proteção da tropa pela insuficiência de veículos blindados e para infiltração das patrulhas em áreas urbanas	18
	Ambiguidade na formação e treino (Defesa vs Segurança)	19



## Apêndice F — Ameaças

DIMENSÃO	AMEAÇAS	
<b>POLÍTICA (DEFESA)</b>	Inconsistência conceptual sobre Segurança Multidimensional no âmbito do Estado brasileiro	1
	Falta de regulamentação clara das atribuições e limites das FFAA-Brasil face às AT	2
	Perda progressiva das capacidades bélicas das FFAA-Brasil, com a secundarização do tema Defesa em sua na concepção original	3
	Influência do fenómeno “Convergência e hibridização” na deterioração da Segurança no âmbito do Estado	4
	Influência das Orcrim nas estruturas e setores das FFAA-Brasil	5
	Aliciamento de militares para as Orcrim e os riscos para a segurança orgânica das Organizações Militares	6
<b>ECONÓMICA- TECNOLÓGICA</b>	Défice orçamental histórico e gradual que prejudica o investimento nos projetos estratégicos das FFAA-Brasil	7
	Contingenciamento que compromete o custeio dos PRODE já disponíveis	8
	Exploração socioeconómica das comunidades de baixo rendimento nas grandes cidades, ampliando o escopo de atuação das Orcrim e das atividades ilícitas que sustentam o COT	9
<b>SOCIAL - AMBIENTAL</b>	Sensação de (IN)segurança junto às populações localizadas nas zonas de conflito decorrente da possibilidade de dano colateral	10
	Grupos de influência que adotam historicamente narrativa desfavorável às FFAA-Brasil	11
	Restrições de deslocação no interior do território, a dificultar a fiscalização, decorrentes de narrativas ambientais, de direito de minorias e ideológicas.	12
	Zonas cinzas (áreas de influência das Orcrim e ausência do Estado)	13
<b>LEGAL</b>	Ordenamento jurídico complacente com o ilícito e restritivo quanto às ações repressivas do Estado, nomeadamente as Forças Públicas	14
	Pressão de órgãos de controle do Governo junto às Forças Públicas na gestão dos recursos emergenciais alocados para o combate às AT	15



## Apêndice G — Oportunidades

DIMENSÃO	OPORTUNIDADES	
<b>POLÍTICO (DEFESA)</b>	Criação de uma política de Estado para a Segurança, que estabeleça uma arquitetura securitária aos níveis federal, estadual e municipal	1
	Consolidação do Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF)	2
	Utilização da Inteligência Estratégica aos níveis internacional e nacional	3
	Existência de hiato cognitivo e tecnológico nos OSP	4
	Ambiente favorável à cooperação no âmbito dos OSP	5
	Criação de Comando de informações	6
<b>ECONÓMICO TECNOLÓGICO</b>	Recursos financeiros provenientes de Medidas Provisórias do Presidente da República para atuação emergencial face às AT	7
	Incremento, ainda que residual, da Base Industrial de Defesa para produtos de duplo uso (Defesa e Segurança)	8
	Empenhamento de recursos de outros Ministérios do Governo Nacional para apoiar as Operações de GLO e outras AT, sempre quando extrapolam às atribuições e responsabilidades da Defesa e da Segurança	9
	Consolidação do SISFRON e partilha dos dados com os OSP	10
<b>SOCIAL AMBIENTAL</b>	Valorização das FFAA (aceitação e credibilidade) pela sociedade	11
	Resultados Positivos nas Operações GLO e nos Grandes Eventos	12
	Utilização da Dimensão informacional para projetar e proteger a imagem das FFAA-Brasil junto à sociedade	13
<b>LEGAL</b>	Cooperação internacional com órgãos de controle e repressão de ilícitos transnacionais na faixa de fronteira brasileira	14
	Uso de Leis comuns na América do Sul para condução de combate integrado e sistêmico contra os ilícitos transnacionais	15



**Apêndice H — Desafios das FFAA-Brasil face às AT e Linhas de Ação**

POTENCIALIDADES (P)			OPORTUNIDADES (O)			
CAPACIDADES			PESTEL			
Institucionais (1-4)	Organizacionais (5-10)	Operacionais (11-16)	Políticas (1-6)	Económico-Tecnol. (7-10)	Socioambiental (11-13)	Legal (14-15)
1º Quadrante – PO (maxi-maxi)			Área Prospectiva			
<b>DESENVOLVER</b>			<b>ESTRATÉGIA:</b>			
			Tirar o <u>máximo</u> partido dos Pontos Fortes para aproveitar ao <u>máximo</u> as oportunidades identificadas			

1. Desenvolver relações de confiança junto aos atores institucionais (Poderes Executivo, Legislativo e Judicial) em todos os níveis de tomada de decisão (P1/4 – O1).
2. Desenvolver o envolvimento das Forças Singulares junto ao PPIF, alocando meios para a nova estrutura voltada à Segurança da fronteira brasileira, estimulando a mentalidade de operações conjuntas e interagência, a partir da cooperação (P3/4) – O2).
3. Desenvolver a cooperação institucional junto aos OSP, por meio das agências de inteligência já previstas no Sistema Brasileiro de Inteligência, com a partilha institucional de dados de Inteligência Estratégica (P1/4 – O3).
4. Desenvolver a cooperação institucional junto aos OSP, disponibilizando estruturas de pessoal qualificado, a prover conhecimento técnico, administrativo e tecnológico, visando a redução de hiato cognitivo, tecnológico e o fortalecimento estrutural dessas instituições (P 1/4, 8/9 e 13 – O4/5).
5. Desenvolver uma estrutura conjunta e permanente, no âmbito das FFAA-Brasil, voltada para o melhor aproveitamento da Dimensão Informacional, que possa orientar as operações de combate às AT, já em tempo de normalidade (P2,4/5,13 – O6)
6. Desenvolver a interlocução das FFAA-Brasil com a sociedade, a partir do melhor aproveitamento da Dimensão Informacional, que possa orientar e conduzir a comunicação com a sociedade e ampliar a credibilidade dessa Instituição (P1/2, 6/8, 10, 11/12, 15 – O 11/13).
7. Desenvolver a capacidade de gestão dos recursos financeiros (com rapidez e segurança) designadamente aqueles destinados à atuação face às AT (P1/4, 15/16 – O7,9).
8. Desenvolver atempadamente planejamentos abrangentes e atualizados às necessidades das OM, à luz das possíveis hipóteses de empenhamento (P1/4, 15/16 – O7,9).
9. Desenvolver a cooperação junto aos OSP para ampliação das suas capacidades em C2, Inteligência, Proteção, Mobilidade e Logística (P1/3, 6, 8/9 – O8).
10. Desenvolver, simultaneamente, capacidades institucionais, organizacionais e operacionais para a consolidação do SISFRON ao longo da fronteira, auferindo os contributos desse Programa Estratégico para ampliar as capacidades dos órgãos de controlo sobre as AT (P3/4, 15 – O10).
11. Desenvolver a interação entre as FFAA na América do Sul para permitir o alinhamento de ações contra as AT, com foco na partilha de inteligência estratégica (P3/4, 6/8, 12/14 – O14/15).



VULNERABILIDADES (V)			OPORTUNIDADES (O)			
CAPACIDADES			PESTEL			
Institucionais (1-9)	Organizacionais (10-14)	Operacionais (15-19)	Políticas (1-6)	Económico-Tecnol. (7-10)	Socioambiental (11-13)	Legal (14-15)
2º Quadrante – VO (mini-maxi)			Área Analítica			
<b>SUPERAR</b>			<b>ESTRATÉGIA:</b>			
			<u>Minimizar</u> e/ou ultrapassar os efeitos negativos dos Pontos Fracos para aproveitar, simultaneamente, as oportunidades emergentes			

1. Superar a (IN) segurança jurídica dos militares empenhados nas Op GLO, resguardando-os diante da possibilidade de criminalização, quando em atividades operacionais, eventualmente ocorra algum dano à vida de civis na área de operações, com arcabouço legal mais protetivo aos militares em operações face às AT (V1, 2, 7 – O1).

2. Superar a inércia/desconhecimento/desinteresse do Estado, independente do Governo vigente, à formulação de uma Política de Estado para a Segurança e, com base na Lei Orçamental, prover recursos financeiros regulares e compatíveis com as demandas atribuídas às FFAA-Brasil face às AT (V10,14,17,18 – O1).

3. Superar traços reacionários da cultura organizacional e identificar os novos paradigmas de Segurança e Defesa, as tendências na cena internacional, ponderando a reorientação do papel das FFAA-Brasil, a fim de obter maior efetividade nos resultados das suas ações face às AT, mantendo a credibilidade e a razão de ser dessa Instituição (V11,15 – O1).

4. Superar a defasagem doutrinária sobre operações de informações no âmbito das FFAA-Brasil e dotá-la de estrutura permanente, preferencialmente conjunta, para utilização nas Operações Conjuntas e Interagências, inclusive face às AT (V13 – O6).

5. Manter a eficiência operacional diante das missões atribuídas pelo Presidente da República (complexas, inéditas, simultâneas e recorrentes) logrando o êxito esperado e mantendo a credibilidade das FFAA-Brasil perante a sociedade (V10, 14, 16/18 – 7/9).

6. Superar a descontinuidade do fluxo de informações estratégicas (qualidade e quantidade de dados de inteligência), já desde o ingresso dos ilícitos através da faixa de fronteira brasileira, águas interiores e espaço aéreo, ao consolidar o SISFRON na plenitude de sua concepção, e com a partilha de dados aos OSP e demais agências reguladoras e com responsabilidade de coibir os ilícitos transnacionais. Isto reduz a capacidade de sustentação do COT e conseqüentemente a demanda de empenhamento ostensivo de tropas nas grandes cidades (V1 – O10).

7. Superar o hiato entre as FFAA da América do Sul no tocante à cooperação militar em prol da Segurança hemisférica, no tocante ao combate (combinado, sistêmico e interagências) contra as AT; tudo isto com respaldo legal, decorrente de convergências entre legislações dos países vizinhos para o combate aos ilícitos transnacionais (V1/5 – O14/15).

8. Superar os revezes, como o dano colateral e/ou ação imprópria e/ou delituosa cometida por militar isolado em operações, além de questionamentos de legitimidade das FFAA-Brasil, a partir da exploração da apropriada dimensão informacional (V2, 4/5, 7 – O11/13).



VULNERABILIDADES (V)			AMEAÇAS (A)			
CAPACIDADES			PESTEL			
Institucionais (1-9)	Organizacionais (10-14)	Operacionais (15-19)	Políticas (1-6)	Económico-Tecnol. (7-9)	Socioambiental (10-13)	Legal (14-15)
3º Quadrante – VA (mini-mini)			Área Analítica			
<b>NEUTRALIZAR</b>			<b>ESTRATÉGIA:</b>			
			Minimizar e/ou ultrapassar ao <u>máximo</u> os Pontos Fracos e, <u>tanto quanto possível</u> , fazer face às ameaças			

1. Neutralizar a tentativa de deslegitimar a atuação das FFAA-Brasil face às AT diante do arcabouço legal vigente no País (V 1/3, 6/7 – A1/2).
2. Neutralizar a criminalização das FFAA-Brasil diante do erro, do ilícito ou da impropriedade cometida isoladamente por um integrante da Instituição (V1/4, 6/7 – A 2,5/6).
3. Neutralizar as vulnerabilidades jurídicas dos militares, nomeadamente aqueles temporários e as praças mais modernas, diante de eventual dano à vida de civis na A Op, decorrente das ações de combate contra o COT (V 1/4, 6/7 – A 2,10/11).
4. Neutralizar as vulnerabilidades da Segurança Orgânica nas OM e as ameaças de aliciamento de militares para as Orcrim, a fim de reduzir os riscos ao patrimônio da Instituição (ativos), particularmente o extravio de armamento e munição para o COT, comprometendo a imagem das FFAA-Brasil (V 7 – A 4/6).
5. Neutralizar a degradação de valores na estrutura militar, influenciada pelas Orcrim e pela criminalização da sociedade (convergência e hibridização) (V 5/7,12 – A 4/6, 9, 11,14).
6. Neutralizar a perda de identidade belicista no âmbito da cultura organizacional e no escopo das capacidades operacionais (V 9, 15, 19 – A 1/2, 7/9).
7. Neutralizar o sucateamento das FFAA-Brasil, a degradação da eficiência operacional, decorrentes da obsolescência de PROD, da descontinuidade de investimento e recursos para custeio (V 10,14, 17/18 – A 7/8).
8. Neutralizar a resistência, nos níveis político e estratégico das FFAA-Brasil, à revisão do papel das FFAA-Brasil face às AT, diante do cenário atual e das características da Segurança Multidimensional (V 11/13 – A 1/3).
9. Neutralizar a narrativa (ideológica, política e criminoso) por vezes apoiada no próprio ordenamento jurídico vigente, que é complacente com o ilícito, excessivamente protetivo às Orcrim, e restritivo às operações militares face às AT, preservando a imagem das FFAA-Brasil (V 7, 13, 15/16 – A 2,4, 10/14).
10. Neutralizar a obsolescência de PROD e a degradação da capacidade operacional para fazer face às AT, mantendo sempre a proteção da tropa (V2/4, 7, 10, 12, 14, 17/18 – A 7/8).
11. Neutralizar as tentativas de restrição do volume e velocidade da execução financeira no âmbito das FFAA-Brasil, com a imposição de considerações jurídicas restritivas que vão de encontro à celeridade e às demandas necessárias ao sucesso militar contra as AT (V 1, 10, 14 – A 2, 7/8, 15).



POTENCIALIDADES (P)			AMEAÇAS (A)			
CAPACIDADES			PESTEL			
Institucionais (1-4)	Organizacionais (5-10)	Operacionais (11-16)	Políticas (1-6)	Económico-Tecnol. (7-9)	Socioambiental (10-13)	Legal (14-15)
4º Quadrante – PA (maxi-mini)			Área Analítica			
<b>EXPLORAR</b>			<b>ESTRATÉGIA</b>			
			Tirar o <u>máximo</u> partido dos Pontos Fortes para <u>minimizar</u> os efeitos das ameaças identificadas			

1. Explorar as capacidades institucionais das FFAA-Brasil (*ethos* da Instituição) para esclarecer, ao nível político, as especificidades e a legalidade das missões atribuídas às Forças face às AT, evitando a banalização de empenhamento, mesmo diante do caráter difuso da Segurança multidimensional no contexto atual (P 1/4 – A 1/2, 12, 14/15).
2. Explorar as capacidades organizacionais das FFAA-Brasil (planeamento, articulação e organização) para manter uma estrutura capaz de cumprir o variado leque de complexas missões face às AT (P 1/10 – A 1/2, 4, 9, 12).
3. Explorar as capacidades organizacionais das FFAA-Brasil para reorientar o planeamento, a organização e a estruturação dos meios (pessoal e material) assertivamente, garantindo a manutenção do estado de prontidão e disponibilidade permanente, diante das demandas face às AT (P 1/10 – A 4, 7/8, 12, 15).
4. Explorar as capacidades operacionais das FFAA-Brasil (formação, treino, crescente preparação, adaptação e formulação doutrinária) para permitir a manutenção da sequência de êxito nas missões já atribuídas: seja contra os ilícitos transnacionais (COT), seja no contexto da colaboração aos Governos estaduais para crises socioeconómicas e emergências civis (P 11/13 – A 1/3, 8).
5. Explorar a criatividade e a adaptabilidade dos integrantes das FFAA-Brasil, associadas às capacidades operacionais, nomeadamente a qualidade na formação e treino crescente para as operações de não guerra, para o pleno atingimento dos objetivos propostos, após ultrapassar as restrições de recursos materiais e orçamentais (P 11/13, 15/16 – A 7/8).
6. Explorar o conjunto de capacidades militares das FFAA-Brasil para suplantar as restrições de atuação face às AT, impostas por segmentos adversos (motivações políticas, ideológicas ou económicas), mantendo o foco e profissionalismo no cumprimento das missões legalmente atribuídas (P 1/16 – A 4, 11/12, 14/15).
7. Explorar as experiências acumuladas nas grandes operações e eventos, aos níveis nacional e internacional, realizados no Brasil, na última década, incluindo a elaboração de planos, rotinas operacionais, lições aprendidas e protocolos (como as Regras de Empenhamento) para difusão e capacitação no âmbito das forças empenhadas, como medida protetiva, diante do ordenamento jurídico, a partir da manutenção da correta postura e conduta dos militares (P 2, 4/5, 9/10, 11/16 – A 2, 14/15).
8. Explorar a capacidade de gestão proativa, célere e com base legal no âmbito das FFAA-Brasil para manter a normalidade da execução financeira dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para as operações face às AT (A 1/2, 5, 11, 15 – A 15).



**EXEMPLOS DE CONTRIBUTOS PRÁTICOS PARA LINHAS DE AÇÃO**

<b>CONTRIBUTOS PRÁTICOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>	<b>VULNERABILIDADES</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<p>1º Quadrante (maxi-maxi) (Área de DESENVOLVIMENTO)</p> <p><b>DESENVOLVER</b></p> <p><b>Programa de Relações Institucionais (PRI)</b></p>	<p>2º Quadrante (mini-maxi) (Área de MANUTENÇÃO)</p> <p><b>SUPERAR</b></p> <p><b>Programa de Desenvolvimento das Atividades Interagências (PDAI)</b></p>
<b>AMEAÇAS</b>	<p>4º Quadrante (maxi-mini) (Área de CRESCIMENTO)</p> <p><b>EXPLORAR</b></p> <p><b>Programa de Fortalecimento dos Órgãos de Segurança (PFOSP)</b></p>	<p>3º Quadrante (mini-mini) (Área de SOBREVIVÊNCIA)</p> <p><b>NEUTRALIZAR</b></p> <p><b>Programa de Valorização da Cidadania e Segurança (PVCS)</b></p>

Figura 19 – Contributos (Matriz SWOT)

**DESCRIÇÃO SUCINTA DE AÇÕES PRÁTICAS, CONCEBIDAS A PARTIR DA INTERAÇÃO ENTRE OS AMBIENTES EXTERNO E INTERNO PARA ATENDER AOS DESAFIOS DAS FFAA-BRASIL FACE ÀS AT**

**(1) Programa de Relações Institucionais das FFAA**

**a. Contextualização**

1) Os Comandantes, no âmbito das FFAA-Brasil, estão posicionados em todos os níveis (desde o Tático ao Político), detém capacidade de influência, elevado prestígio e aceitação nos ambientes institucionais, em que representam a Instituição Militar.

2) Os Prefeitos Municipais e os Governadores dos Estados são os maiores clientes do Governo Federal para o recebimento de apoio das FFAA-Brasil, seja em situações de Segurança ou instabilidade social e econômica.

**b. Objetivo**

- Sistematizar (em todas as áreas de interesses das FFAA-Brasil) as relações Institucionais entre as Forças Singulares e os Poderes Executivo, Legislativo e Judicial, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, no meio acadêmico e junto aos demais órgãos formadores de opinião, a fim de fortalecer as próprias relações Institucionais, desenvolvendo a confiança mútua e a postura cooperativa entre as Instituições do País.



## **(2) Programa de Desenvolvimento da Atividades Interagências**

### **a. Contextualização**

1) A frequência de acionamento das FFAA-Brasil para o apoio em situações de grave crise social e econômica ou mesmo em apoio à Segurança Pública já se mostrou recorrente; entretanto ainda necessita de mais coordenação, integração e sinergia, pelos riscos que causam à sociedade e pela responsabilidade dedicada aos agentes estatais.

### **b. Objetivo**

- Desenvolver a colaboração e estabelecer, de forma sistêmica e continuada, atividades no ambiente interagência, por meio de capacitação, simulação e treino, com foco no aperfeiçoamento da dimensão informacional e na ampliação das capacidades de comando e controle, logística e na integração de conhecimentos de inteligência e outras informações.

## **(3) Programa de Valorização da Cidadania e Segurança**

### **a. Contextualização**

- A Sociedade brasileira há décadas vive a desconstrução de valores éticos, morais e cívicos, incorporando potencial risco quando associado às zonas de influência do COT, que atinge normalmente as populações mais fragilizadas socioeconomicamente.

### **b. Objetivo**

- Valendo-se dos Projetos existentes, advindos de iniciativas de atores estatais ou não, inclusive no âmbito do MD, constituir uma plataforma integradora de infraestrutura, organização e condução de atividades sociais, esportivas, de ensino e cívicas, visando crianças e jovens, simultaneamente à difusão das crenças, valores e princípios militares, referência para a sociedade.

## **(4) Programa de Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública (OSP)**

### **a. Contextualização**

- Os OSP acumularam um passivo cognitivo, tecnológico administrativo que tem sido um dos principais motivos para a falta de eficiência e eficácia a Segurança Pública, designadamente quando se refere ao enfrentamento ao COT, o que foi constatado nos dez meses de participação das FFAA-Brasil na Intervenção Federal, no Rio de Janeiro.

### **b. Objetivo**

- Regular as ações necessárias ao fortalecimento da atuação das Polícias Militares (PM) na Segurança Pública por meio de disponibilização COLABORATIVA de capacidades por parte das Forças Singulares, usando como referência plano similar concebido pelo EB.





## **Apêndice J — DSC para os desafios das FFAA-Brasil (síntese)**

### **1. Nível Político-Estratégico**

- Dispor de enquadramento Legal infraconstitucional que defina a estrutura de que o Estado dispõe, responsabilidades e competências, incluindo as FFAA-Brasil, face às AT.
- Redefinir a problemática das AT, a partir de uma nova leitura do ambiente estratégico, considerando o conceito de Segurança Multidimensional.
- Definir o escopo de atuação das FFAA-Brasil na área de Segurança Pública.
- Criar um Comando Interagências com atuação permanente.
- Colaborar com as instituições que têm a missão constitucional de prevenir e reprimir crimes transnacionais e ilícitos conexos.
- Apoiar efetivamente o PPIF e SUSP, no processo de cooperação em curso.
- Manter a representação no Sistema Nacional de Segurança Pública (SENASP), a consciência situacional no tocante à atuação dos entes do Estado face às AT e contribuir com assessoria.

### **2. Nível Operacional-Tático**

- Manter a coordenação da atuação entre as FFAA-Brasil e OSP e diversas agências federais, estaduais e municipais com responsabilidade sobre as AT.
- Influenciar a cultura organizacional dos OSP para adoção de postura cooperativa, participativa e envolvida no combate às AT.
- Dispor de mobilidade tática, nos vetores aéreo, terrestre e fluvial e efetividade nos trabalhos minuciosos de Informações (classificadas ou não).

### **3. Transversal aos níveis**

- Interpretar as novas dinâmicas, realidades e paradigmas para o combate às AT, no contexto atual, reorientando o modelo de conceção de empenhamento.
- Desenvolver capacidades, ao nível estratégico e operacional, que contribuam para as capacidades requeridas pela Defesa, no contexto da Segurança Multidimensional.
- Ampliar a mentalidade colaborativa que já ocorre durante a execução das operações interagências para algo que possua caráter sistémico e duradouro.
- Pensar e executar o empenhamento das FFAA-Brasil sempre no contexto Conjunto e até Combinado, quando a situação permitir.
- Coordenação institucional nos níveis Político, Estratégico, Operacional e Tático.



- Estimular a integração dos meios tecnológicos de monitorização que podem ser compartilhados com os OSP, permitindo intervenções precisas, rápidas e atempadas face às AT.

- Manter o Sistema de Informações das FFAA em ligação permanente com os congêneres policiais e de fiscalização de fronteiras, da Proteção Civil e outros órgãos e agências de interesse, garantindo boas fontes de informações e a partilha permanente de dados.

- Atingir maior domínio da dimensão informacional das operações.



**Apenso A — Discurso do Sujeito Coletivo**

01 *Compact Disc* (CD) contendo o DSC relativo ao TII.

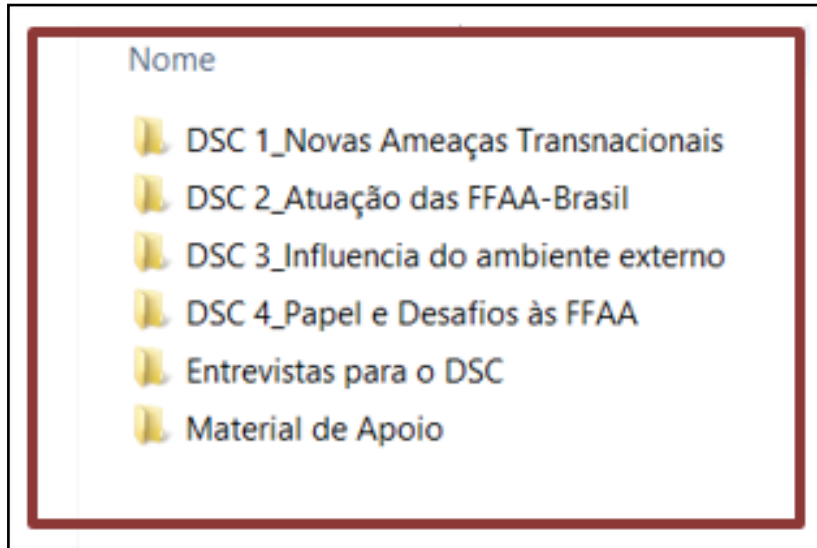


Figura 24 – *Compact Disc*